



# Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.15, n.43, jan.-abril 22

## **Conselho Editorial**

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil  
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil  
Ariel Jerez Navarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha  
Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal  
Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil  
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido  
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil  
Gabriel Cohn, USP, Brasil  
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália  
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha  
Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil  
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil  
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil  
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil  
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil  
Regina Silveira  
Silvana Maria Correa Tótoro, PUC-SP, Brasil  
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil  
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil  
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil  
Victor Sampetro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

## **Diretor Editorial**

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

## **Editores**

Luis Eduardo Tavares, FESP-SP, Brasil  
Pedro Malina, FESP-SP, Brasil

## **Editores Assistentes**

Mércia Alves, UFPR, Brasil  
Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil

## **Comitê Editorial**

Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil  
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha  
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales  
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil  
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina  
Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil  
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESP-SP, Brasil  
Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil

## **Revisão de texto**

Rosa Couto, UNESP-SP, Brasil

## **Diagramação**

Yasmin Mancini, FESP-SP, Brasil

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

## Sumário

<b>Nota dos Editores</b>	<b>3-5</b>
<b>Artigos - Patchwork</b>	
<b>Sociedade</b>	
<b>Reflexão sobre modernidade e pós-modernidade em Douglas Kellner</b>	<b>6-23</b>
Otávio Daros	
<b>Algoritmos, inteligência artificial e software livre na contemporaneidade: reflexões a partir de fundação de Isaac Asimov</b>	<b>24-44</b>
Gabriel Barros Bordignon	
<b>Feminismos</b>	
<b>Ofereço o retrato de minha filha como prova de nosso reconhecimento”: O corpo feminino na perspectiva da saúde mental expresso em fonte jornalística na cidade de Feira de Santana, Bahia (1921-1950)</b>	<b>45-63</b>
Suzi de Almeida Vasconcelos Barboni e Rebeca Ribeiro Ferreira	
<b>Arte</b>	
<b>A imanência da criação artística: elementos sobre o método de análise estética</b>	<b>64-83</b>
Elandia F. Duarte, Adele Cristina B. Araujo, Karine M. Sobral e José D. G. dos Santos	
<b>Arte, política, fé cristã, poesia: um diálogo para questionar fronteiras</b>	<b>84-102</b>
Isabella Pichiguelli	
<b>Política e Mídia</b>	
<b>Representação e posicionamento midiático: uma análise da política externa de Dilma Rousseff (2011-2014) aos olhos da grande mídia</b>	<b>103-121</b>
Leandro Carlos Dias Conde	
<b>Política e Educação</b>	
<b>A Universidade como espaço plural para a formação profissional, pessoal e cultural de jovens potiguara</b>	<b>122-140</b>
Elaine Freitas de Sousa e Jacques Therrien	
<b>Educação e Educação Tecnológica no Brasil: trajetórias truncadas</b>	<b>141-166</b>
Adriano Eurípedes Medeiros Martins e Luciano Marcos Curi	
<b>Resenha - Patchwork</b>	
<b>Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais</b>	<b>167-169</b>
Eduardo Viveiros	

## Nota dos Editores

Luis Eduardo Tavares

ORCID: 0000-0001-6005-6928

Pedro Malina

ORCID: 0000-0002-2719-4875

### Patchwork

Esta edição da Revista Aurora apresenta artigos relacionados à arte, cultura, tecnologia e mídia. Buscamos aqui trazer à baila artigos que demonstram a atualidade destes temas e os relacione com a realidade brasileira. Soma-se aos artigos a resenha do livro “Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais” organizado por Vera Chaia, Rosemary Segurado e Tathiana Senne Chicarino que acaba de ser lançado.

Nomeamos essa edição de *Patchwork*, termo que se utiliza quando se costura diferentes objetos buscando um conjunto não-uniforme. Aqui, os leitores terão acesso a um conjunto deste tipo. Os artigos selecionados tratam de objetos diversos que se costuram a partir das temáticas abarcadas pela revista e são elas a costura desse conjunto não-uniforme.

O primeiro artigo trata de como Douglas Kellner, teórico da mídia, aborda a modernidade e a pós-modernidade, esta última entendida por ele como um esforço de periodização histórica referente ao nosso tempo, mesmo que de forma heterogênea entre os autores que estabelecem o conceito. Para ele, é necessário um olhar crítico sobre o conceito, mas sem abandoná-lo.

No segundo artigo, o autor reflete sobre os padrões tecnológicos imaginados na série de livros “Fundação”, de Isaac Asimov, em comparação com os padrões

tecnológicos atuais, do mundo real, especialmente no que se refere à inteligência artificial e aos algoritmos. Além disso, o artigo aponta o software livre como um caminho ético para o desenvolvimento dessas tecnologias em nossa sociedade.

No artigo “Ofereço o retrato de minha filha como prova de nosso reconhecimento”: O corpo feminino na perspectiva da saúde mental expresso em fonte jornalística na cidade de Feira de Santana, Bahia (1921-1950)”, as autoras demonstram através de fontes jornalísticas como saúde mental e gênero estão relacionados, mostrando que a desigualdade de gênero e a medicalização da sociedade interferem diretamente na forma como a saúde mental é tratada.

O quarto artigo da revista traz uma discussão sobre metodologia de análise de obras de arte com base na obra de Georg Lukács. Para isso, os autores estabelecem a imanência como forma central para a realização desta análise, já que esta é capaz de nos mostrar como está localizada ideologicamente determinada obra, se essa é autêntica e se tem uma função social relacionada à vida material.

O artigo “Arte, política, fé cristã, poesia: um diálogo para questionar fronteiras” compreende os encontros e desencontros entre poesia e cristianismo partindo das obras de Rubem Alves e Adélia Prado. Reconhecendo as disputas comumente estabelecidas entre religião e arte hoje, a autora procura quais seriam os limites da relação entre os dois temas.

O sexto artigo mostra como a política externa brasileira foi tratada pelos três maiores jornais em circulação no país durante o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. A autora ressalta o papel da imprensa em enquadrar os fatos e tentar influenciar a agenda pública e como isso se deu neste caso.

O artigo “A universidade como espaço plural para a formação profissional, pessoal e cultural de jovens Potiguara” estabelece como a entrada na universidade interfere na formação de jovens, através de uma pesquisa de campo qualitativa no Rio Grande do Norte. Esta pesquisa focou na história de vida destes jovens como método.

O sétimo artigo trata da relação entre técnica, tecnologia e educação, compreendendo que trabalhar e educar são ações que nos tornam humanos. Partindo deste princípio e da relação inseparável entre esses dois elementos, o artigo pensa sobre como técnica e tecnologia se encaixam no processo de educar hoje.

Por fim, temos a resenha do livro “Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais” que acaba de ser lançado pela EDUC e

se mostra de extrema relevância no período atravessado pelo país, especialmente neste ano de eleições.

Esta edição da Revista Aurora mostra que se trata de uma publicação que busca ter uma amplitude tanto nas áreas abrangidas dentro das Ciências Humanas, quanto nas diversas abordagens teórico-metodológicas aqui apresentadas, reafirmando nosso compromisso com a ciência no Brasil hoje, mesmo em um momento de desvalorização e perda de financiamento da mesma.

Boa leitura!

*Luis Eduardo Tavares, Pedro Malina, Mércia Alves e  
Fabricio Augusto Antonio Amorim*

## Reflexão sobre modernidade e pós-modernidade em Douglas Kellner

Otávio Daros<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0003-0738-8207

**Resumo:** Teórico crítico da mídia, Douglas Kellner empreende um notável trabalho de contextualização do pós-moderno, em relação ao moderno. Segundo o estudioso norte-americano, a produção intelectual dos pós-modernos está ligada diretamente com o momento particular vivenciado por eles, durante as décadas de 1960 e 1970. Jean Baudrillard, o filósofo mais provocativo e extremista da época, seria prova. Este artigo pretende reconstruir a leitura feita por Kellner sobre a situação, identificando e discutindo seu diagnóstico sobre o pós-moderno.

**Palavras-chave:** Douglas Kellner. modernidade. pós-modernidade. Jean Baudrillard. Fredric Jameson. Jean-François Lyotard.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fellow do Laboratório de História da Comunicação e Mudança da Mídia, na Universidade de Bremen.

**Abstract:** Critical media theorist, Douglas Kellner has undertaken a remarkable work of contextualizing the postmodern, in relation to the modern. According to the North American scholar, the intellectual production of postmodernists is directly linked to the particular moment they experienced during the 1960s and 1970s. Jean Baudrillard, the most provocative and extremist philosopher of that time, would be proof. This article intends to reconstruct the reading made by Kellner about the situation, identifying and discussing his diagnosis about the postmodern.

7

---

**Keywords:** Douglas Kellner. modernity. postmodernity. Jean Baudrillard. Fredric Jameson. Jean-François Lyotard.



**Resumen:** Teórico crítico de los medios, Douglas Kellner emprende un notable trabajo de contextualizar lo posmoderno en relación con lo moderno. Según el académico norteamericano, la producción intelectual de los posmodernistas está directamente ligada al momento particular que vivieron durante las décadas de 1960 y 1970. Jean Baudrillard, el filósofo más provocador y extremista de esa época, sería una prueba. Este artículo pretende reconstruir la lectura realizada por Kellner sobre la situación, identificando y discutiendo su diagnóstico sobre lo posmoderno.

8

---

**Palabras clave:** Douglas Kellner. Modernidad. Posmodernidad. Jean Baudrillard. Fredric Jameson. Jean-François Lyotard.

## Notas introdutórias da polêmica sobre o pós-moderno

Autores como Steven Connor afirmam que os debates acadêmicos sobre o pós-moderno costumam seguir dois caminhos distintos, que variam conforme interpretação do prefixo do termo. Na visão de alguns intelectuais, “pós” significa determinada exaustão ou decadência cultural de um período. Por exemplo, “quem vive numa pós-cultura chegou atrasado à festa e só viu as garrafas e pontas de cigarro sendo jogadas fora”. Trata-se, para outros, de um período que apresenta novas potencialidades. “Pós” representa, neste sentido, o fruto caído no chão, em estágio de decomposição, pronto para lançar suas sementes à terra e dar continuidade à vida. O termo, aqui, não significa mais “fadiga de quem chega atrasado, mas a liberdade e a autoafirmação dos que despertam do passado” (CONNOR, 1996/2004, p. 57).

Explica que a temática pós-moderna nasceu na arquitetura e, posteriormente, ganhou força nos campos da filosofia e das ciências sociais, em meados dos anos 1970. Desde então, as afirmações sobre a existência do fenômeno ganharam força no interior de diferentes disciplinas. Primeiramente, “cada disciplina produziu provas cada vez mais conclusivas da existência do pós-modernismo em sua própria área de prática cultural; em segundo, e realmente mais importante, cada disciplina aproveitou progressivamente as descobertas e definições de outras disciplinas” (CONNOR, 1996/2004, p. 13-14).

Connor menciona Jean-François Lyotard, Frederic Jameson e Jean Baudrillard como os nomes de maior expressão do pensamento pós-moderno, pois teriam eles conseguido avançar no estudo de dimensões sociais, econômicas e políticas. Primeiramente, Lyotard merece crédito por ter iniciado a discussão, com a publicação da obra *La condition postmoderne* (1979, *A condição pós-moderna*):

A discussão de Lyotard no livro gira em torno da função da narrativa no discurso e no conhecimento científico. O seu interesse não é tanto o conhecimento e os procedimentos científicos como tais, mas as formas pelas quais estes obtêm ou reivindicam legitimidade. Em primeiro lugar, alega Lyotard, a ciência moderna se caracteriza pela rejeição ou supressão de formas de legitimação que se fundamentam na narrativa. Ele define o conhecimento narrativo a partir de relatos antropológicos sobre sociedades primitivas em que a função da narrativa está personificada em claros conjuntos de regras sobre quem tem o direito e a responsabilidade de falar e de ouvir em dado grupo social (CONNOR, 1996/2004, p. 30).

Lyotard analisa a transformação radical no modo como o saber é produzido e legitimado ao longo da história. O filósofo entende que a linguagem científica se colocou como opositora da linguagem da narrativa, com o passar da modernidade. Esta foi associada à ignorância, em razão daquela. Diferentemente da narrativa, a linguagem científica necessita recorrer à argumentação e à prova, como explica o interlocutor:

Por conseguinte, a ciência já não é considerada valiosa e necessária por causa do papel que desempenha no lento progresso em direção à liberdade absoluta e ao conhecimento absoluto. Com essa perda de confiança nas metanarrativas (e, talvez, como uma contribuição para essa perda de confiança), vem o declínio do poder regulatório geral dos próprios paradigmas da ciência, na medida em que esta descobre os limites dos seus pressupostos e procedimentos de verificação, encontrando paradoxos e deparando com questões (na matemática, por exemplo) indecidíveis, não questões que não tenham resposta, mas questões que se podem demonstrar, em princípio, irrespondíveis (CONNOR, 1996/2004, p. 32).

Ainda para Connor, “Lyotard une o domínio cultural/estético do pós-modernismo ao domínio socioeconômico da pós-modernidade ao estetizar este último, lendo o social como uma espécie do cultural” (1996/2004, p. 42). Essa mesma conjunção se expressaria em Baudrillard e, de modo semelhante, em Jameson, embora exista uma série de diferenças significantes entre os dois continuadores do debate.

Já em *Le Miroir de la production* (1973, *O espelho da produção*), Baudrillard lançou-se na “tentativa de modificar Marx para dar conta da emergência da cultura de massas e das tecnologias de reprodução em massa” (CONNOR, 1996/2004, p. 37), uma vez que ele sustentou que o marxismo ortodoxo limitou o modo de produção e subordinou a cultura e o processo de significação à atividade econômica. Conforme o estudioso, o filósofo francês julga impossível “separar o domínio econômico ou produtivo dos domínios da ideologia e da cultura, porque os artefatos culturais, as imagens, as representações e até mesmo os sentimentos e estruturas psíquicas tornaram-se parte do mundo econômico” (CONNOR, 2004, p. 48).

Jameson, por sua vez, em *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism* (1991, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*), enfatiza a caracterização do pós-moderno em termos socioeconômicos. Diferencia, nesse sentido, a pós-modernidade do pós-modernismo. Enquanto este refere-se a um

estilo cultural, que nasceu na arquitetura e, então, tornou-se visível em todas as outras artes — até ser substituído por outros estilos; a pós-modernidade, não é um estilo: é uma estrutura. A pós-modernidade está relacionada a um momento específico do capitalismo tardio, que diz respeito ao processo de globalização.

Significa que, em sua análise, Jameson situa a cultura pós-moderna no contexto de uma teoria dos estágios da sociedade capitalista e argumenta que o pós-modernismo é parte de um novo estágio desta dinâmica:

Na verdade, ele afirma que o pós-modernismo é uma nova “lógica cultural do capitalismo”, que sua cultura fragmentada de imagem e estetização é parte de uma mudança que diz respeito a um novo capitalismo globalizado, e que o pós-modernismo não é apenas outro estilo estético além do modernismo, mas é um novo dominante cultural (KELLNER, 1994, p. 3).

Embora simpatize com a teorização de Jameson, Douglas Kellner é um que traz outras compreensões de pós-moderno. Na visão do estudioso, o conceito de pós-moderno diz respeito às rupturas no campo da História (modernidade/pós-modernidade), das Artes (modernismo/pós-modernismo) e do pensamento (teoria moderna/pós-moderna). Nas páginas a seguir, temos como objetivo reconstruir a leitura feita por Kellner sobre a situação, identificando e discutindo seu diagnóstico.

---

 II

## Fundamentos da análise crítica de Kellner

Ao lado de Steven Best, Kellner demonstra maior interesse pelo estudo do pós-moderno enquanto matéria da História. Na visão deles, a pós-modernidade apresenta sobretudo um significado de periodização, referindo-se a uma época na qual “um estado anterior de coisas é substituído” (BEST; KELLNER, 1997, p. 3), ou está em processo de substituição por outro; nesse caso, a pós-modernidade como substituta da modernidade.

A modernidade entrou na vida cotidiana por meio da difusão da arte moderna, dos produtos da sociedade de consumo, das novas tecnologias e dos novos modos de transporte e comunicação. A dinâmica pela qual a modernidade produziu um novo mundo industrial e colonial pode ser descrita como “modernização” — um termo que designa os processos de individualização, secularização, industrialização, diferenciação cultural, mercantilização, urbanização, burocratização e racionalização, que juntos constituíram o mundo moderno (BEST; KELLNER, 1991, p. 2-3).

O autor também mostra como a modernidade se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo, à medida que um mercado global foi criado. Por isso, enxerga Marx como o primeiro grande pensador social a refletir a ruptura entre as sociedades modernas e pré-modernas. Nessa direção, Marx foi capaz de gerar novas perspectivas teóricas para pensar e questionar, de maneira profunda, a modernidade capitalista:

O exemplo de que mais gostamos refere-se a um professor de sociologia que, ao lhe pedirem que descrevesse com mais clareza o que queria dizer com o termo “pós-moderno”, disse que a melhor descrição de “nossa sociedade pós-moderna” se encontra no trecho do *Manifesto Comunista* em que Marx e Engels descrevem um Estado “onde tudo o que é sólido se dissolve no ar” (KELLNER, 1995/2001, p. 66).

Pode ser visualizado na obra marxista aspectos antecipadores do funcionamento da sociedade contemporânea, caracterizada pelo consumo e pela lógica da mercantilização. O domínio do mercado “pode ser interpretado em termos de inversão e abstração”, a exemplo da “inversão das relações sujeito-objeto e da dominação do sujeito pelo objeto” (BEST; KELLNER, 1997, p. 51).

Além do marxismo, o existencialismo e a fenomenologia dominaram o cenário intelectual no período pós-guerra, especialmente na França. Depois, no entanto, essas linhas de pensamento perderam força, sendo renovadas ou substituídas pelos discursos fundamentados no “estruturalismo e na psicanálise lacaniana, que avançaram em novos conceitos de linguagem, teoria, subjetividade e sociedade” (BEST; KELLNER, 1991, p. 18).

Na década de 1960, “intelectuais radicais e ativistas que se tornaram os primeiros grandes teóricos pós-modernos experimentaram o que acreditavam ser uma ruptura decisiva com a sociedade e a cultura modernas”. Basicamente, defenderam que mudanças significativas estavam ocorrendo em razão do surgimento de novos movimentos sociais, políticos e culturais que se opunham aos conflitos armados, “ao imperialismo, ao racismo, ao sexismo e às sociedades capitalistas em sua totalidade, exigindo revolução e uma ordem social inteiramente nova” (BEST; KELLNER, 1997, p. 4).

Ao mesmo tempo, surgiu uma contracultura oposicionista que exigia uma sociedade que renunciasse ao *ethos* materialista e às normas orientadas pelo triunfo do capitalismo. Os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo geraram esperanças de que

as alternativas emancipatórias fossem fundamentadas na própria dinâmica da história, levando a sociedades mais igualitárias, justas e democráticas. Muitos acreditavam que uma ruptura decisiva com o passado tinha ocorrido, que uma revolução moral, política e perceptiva estava em andamento, e que uma nova era da história estava nascendo (BEST; KELLNER, 1997, p. 4-5).

Os discursos pós-modernos, por isso, estão relacionados com essas experiências emancipatórias e revolucionárias das quais nasceram. De acordo com Best e Kellner, intelectuais como Foucault, Lyotard, Baudrillard, Deleuze, Guattari, Jameson, Laclau, Mouffe e Harvey não só participaram, mas também foram profundamente influenciados pelos movimentos nos anos de 1960.

Porém, muitos desses discursos, principalmente aqueles vindos de Baudrillard, perderam qualquer tom otimista nos anos seguintes. Tal pessimismo tem raízes em uma experiência de derrota, tendo em vista que “a maioria dos teóricos franceses que foram os primeiros a produzir análises teóricas e políticas do pós-moderno, na década de 1970, ficaram profundamente decepcionados com a traição dos acontecimentos de 1968, na França” (BEST; KELLNER, 1997, p. 5).

O argumento é de que a ruptura sonhada e até vivida, na década de 1960, “descrita no discurso da emancipação e da revolução, é projetada pelo discurso pós-moderno sobre a própria história, mas, dessa vez, para anunciar o fim de altas visões do progresso histórico e da transformação social” (BEST; KELLNER, 1997, p. 8).

As dúvidas pós-modernas sobre a eficácia da política moderna são em parte efeitos da experiência da dissolução dos movimentos políticos e da política revolucionária da época. As teorias do sujeito fragmentado e descentrado também podem descrever as subjetividades daqueles envolvidos nas lutas por uma nova sociedade, que se viu repentinamente marginalizada e deprimida, uma vez que suas esperanças não foram percebidas. [...] No entanto, existem versões mais positivas da teoria pós-moderna, que aprofundam e expandem algumas das tendências e ganhos progressistas dos anos 1960 para a teoria e a política (BEST; KELLNER, 1997, p. 9).

Embora possa ser traçado um perfil do pós-moderno como oposição ao moderno, eles defendem que inexiste uma teoria pós-moderna unificada. Em linhas gerais, podemos dizer que os teóricos pós-modernos abandonaram o sujeito racional e unificado, favorecendo um “sujeito socialmente e linguisticamente descentrado e fragmentado” (BEST; KELLNER, 1997, p. 5). Ao mesmo tempo, ressaltaram as características que são da ordem da diferença e emoção. Enquanto,

por exemplo, a identidade moderna era caracterizada pelo exercício de funções específicas na esfera pública e na esfera privada, a identidade pós-moderna valoriza outros aspectos da vida — como o lazer e a diversão, isto é, aquelas atividades geralmente realizadas longe do trabalho e da família.

Para os autores, entretanto, isso é insuficiente para formar “um conjunto coerente de posições”, e pode ser melhor traduzido como: “diversidade entre teorias muitas vezes agrupadas como ‘pós-modernas’, e pluralidade — muitas vezes conflituosa — das posições pós-modernas” (BEST; KELLNER, 1997, p. 2). No caso, eles trabalham para acentuar essa pluralidade teórica. Diferenciam, por exemplo, os pensadores pós-modernos entre aqueles com discursos extremos e aqueles com discursos moderados de ruptura. Os primeiros “acreditavam que uma ruptura decisiva com o passado havia ocorrido, que uma revolução moral, política e perceptiva estava em andamento, e que uma nova era da história estava nascendo” (BEST; KELLNER, 1997, p. 5).

Por outro lado, aqueles identificados como moderados “usam um modo mais qualificado e modesto de discurso pós-moderno, [e] não defendem uma ruptura fundamental com a modernidade ou com a teoria moderna” (BEST; KELLNER, 1997, p. 25). Conforme os autores norte-americanos, os pertencentes a esse grupo — como Foucault e Laclau — compreendem o pós-moderno apenas como variação do moderno, um período dentro do próprio moderno, e não como uma ruptura total.

Liotard também é visto como moderado, mas com restrição. Diferentemente de Connor, Best e Kellner consideram Lyotard um dos poucos pós-modernos que não forneceu perspectivas críticas sobre a modernidade enquanto fenômeno socioeconômico. Nessa leitura, sua obra deixa de teorizar a modernidade como um processo histórico, e acaba se limitando à crítica do conhecimento moderno:

A modernidade para Lyotard é a razão moderna, o Iluminismo, o pensamento totalizante e as filosofias da história. Ele não desenvolve análises da modernidade e da pós-modernidade, essas noções são sub-teorizadas em seu trabalho e deslocam a teoria pós-moderna da análise e da crítica sociais para a filosofia. Lyotard passa, assim, por um giro linguístico e filosófico que torna sua teoria cada vez mais abstrata e distanciada das realidades e problemas sociais da época atual (BEST; KELLNER, 1991, p. 165).

Com exceções, Kellner e Best demonstram preferência pelos teóricos moderados, uma vez que esses “normalmente não realizam ataques extremos à teoria moderna ou fazem reivindicações extravagantes por grandes rupturas históricas, mas simplesmente usam certas versões da teoria pós-moderna para tarefas específicas” (1997, p. 25).

Outras formas menos extremas de apropriação de posições pós-modernas incluem o trabalho de teóricos como Bernstein, Fraser, Harding, Nicholson, Seidman, Smart e West, que usam categorias e ideias pós-modernas para repensar a teoria moderna sem abandonar suas características principais, tais como a preocupação com a verdade, objetividade, ética e crítica normativa. Esses teóricos combinam perspectivas modernas e pós-modernas, baseando-se em ambas as tradições, fornecendo recursos para fazer teoria e crítica na era atual — uma posição com a qual nos identificamos (BEST; KELLNER, 1997, p. 25).

Já Baudrillard representa, para Kellner, o nome de maior expressão entre aqueles com discursos extremos de ruptura. Tomado por essa motivação, Kellner ocupa-se em aprofundar o trabalho de crítica à obra de Baudrillard, como veremos a seguir.

## O confronto de Kellner com Jean Baudrillard

Para Kellner, Baudrillard é a figura intelectual mais provocante da cultura da mídia entre as décadas de 1970 e 1980. Como teórico pós-moderno, ele destruiu as fronteiras que restavam entre filosofia, teoria social e literatura.

Seus estudos de simulação, implosão, hiper-realidade e tecnologias utilizados pela mídia demarcaram os novos caminhos da teoria social contemporânea, desafiaram as ortodoxias reinantes. Sua afirmação de radical ruptura com as sociedades modernas valeu-lhe o epíteto de profeta da pós-modernidade nos círculos teóricos de vanguarda em todo o mundo. Baudrillard proclamava o desaparecimento do sujeito, da economia política, do significado, da verdade e do social nas formações sociais contemporâneas. Esse processo de drástica mudança e mutação exigia teorias e conceitos inteiramente novos para descrever os processos sociais em rápido desenvolvimento e as novidades no momento atual (KELLNER, 1995/2001, p. 377).

A pós-modernidade é para o teórico francês um jogo com “todas as formas de sexualidade, arte e política, combinando e recombinando formas e possibilidades, movendo-se para o ‘tempo do travestismo’” (BEST; KELLNER,



1991, p. 137). Trata-se de uma época na qual “os indivíduos abandonam o ‘deserto do real’ pelo êxtase da hiperrealidade e pelo novo reino do computador, da mídia e da tecnologia” (KELLNER, 1995/2001, p. 378).

Nessa leitura baudrillardiana, as sociedades foram organizadas ao longo da modernidade em torno da produção e do consumo de bens culturais. A pós-modernidade, entretanto, marcou o início de uma sociedade que é organizada em torno de simulacros e da simulação:

Simulação para Baudrillard, portanto, descreve um processo de substituição de eventos “reais” por “virtuais” ou simulados, como quando imagens, signos ou espetáculos eletrônicos ou digitalizados substituem a “vida real” e objetos no mundo real. Modelos de simulação geram simulacros, representações do real, tão onipresentes que, a partir de então, é impossível distinguir o real do simulacro. O mundo do simulacro para Baudrillard é precisamente um mundo pós-moderno de signos sem profundidade, origens ou referências. [...] Simulacro são meros signos e imagens do real que constituem um novo campo de experiência, o hiper-real. O “hiper-real” de Baudrillard é o resultado final de um processo de simulação histórica em que o mundo natural e todos os seus referentes são gradualmente substituídos por signos tecnológicos e autorreferenciais (BEST; KELLNER, 1997, p. 98-101).

16

A pós-modernidade apresentou, assim, uma nova ordem social. Nela, os sujeitos começam a construir suas identidades e se relacionar por meio da apropriação de imagens múltiplas. Mas quem ocupa o papel central não é mais o sujeito e, sim, o objeto. Vendo isso, Baudrillard fornece uma “crítica progressista da dominação dos sujeitos por suas próprias criações fetichistas e alienadas”, na medida em que “dá aos objetos poderes autônomos” (BEST; KELLNER, 1991, p. 132). Nesse ponto, Baudrillard é muito mais provocativo e consegue ir além dos demais teóricos pós-modernos:

Baudrillard fornece uma análise multidimensional deste novo mundo e tenta esclarecer as maneiras pelas quais objetos e indivíduos são “liberados” dos sistemas e usos tradicionais, mas limitados pelos imperativos técnicos do novo ambiente (KELLNER, 1989, p. 10-11).

Kellner defende que o primeiro mérito intelectual de Baudrillard é provocar o campo de estudo do pós-moderno, que se encontrava em plena formação em 1970. Inicialmente, Baudrillard caracteriza a modernidade pelo capitalismo industrial, ao passo que a pós-modernidade se relaciona com o desenvolvimento tecnológico.

Enquanto a modernidade se distinguiu pela expansão, diferenciação, energia e movimento, bem como por projetos teóricos e artísticos que buscavam representar e interpretar o real, a pós-modernidade é distinguida por implosão, indiferença, reprodução de modelos de hiper-realidade e inércia. Esta nova ordem social distingue-se pelo desaparecimento de todos os grandes signos da modernidade [...] e a aparência de um novo tipo de ordem social e modos de experiência (KELLNER, 1989, p. 117).

O acadêmico norte-americano analisa como Baudrillard começa por se fundamentar no pensamento marxista, visto que incorporou ao seu exame a crítica às “formas de alienação, reificação, dominação e exploração produzidas pelo capitalismo” (KELLNER, 1989, p. 18). Em seus primeiros estudos, Baudrillard apresenta apenas críticas isoladas ao marxismo ortodoxo. Defendeu que as ideias de mercadoria e fetichismo fossem, inclusive, aprimoradas ao exame da sociedade pós-moderna. Em seguida, relacionou a sua análise do valor do signo à teoria marxista, mostrando que as “mercadorias são valorizadas pelo modo como conferem prestígio e significam status social e poder” (BEST; KELLNER, 1991, p. 114).

Se Marx elaborou um estudo que dá conta da mercadoria nos termos de valor de uso e troca, Baudrillard adiciona a característica do valor do signo. Desta forma, Kellner vê conexão entre Baudrillard e os teóricos da Escola de Frankfurt, especialmente Marcuse, “que já havia desenvolvido algumas das primeiras críticas marxistas à sociedade de consumo”. Entretanto, Baudrillard foi além, “utilizando a teoria semiológica do signo para descrever o mundo das commodities, da mídia e da sociedade de consumo; desse modo, em certo sentido, ele leva a teoria de ‘sociedade unidimensional’, vinda da Escola de Frankfurt, para um nível superior” (KELLNER, 1989, p. 18-19).

Kellner indica outro ponto que Baudrillard mostra superioridade: enquanto os frankfurtianos atribuem características de passividade à relação de consumo, Baudrillard consegue enxergar uma relação mais ativa. Trata-se de uma relação que envolve a manipulação dos signos, bem como maneiras, encontradas pelo consumidor, para se inserir na sociedade e se diferenciar dos demais.

Baudrillard também sugere que a mídia intensifica a massificação produzindo audiências de massa e homogeneizando ideias e experiências. Por outro lado, ele afirma que as massas absorvem todo o conteúdo midiático, neutralizam ou até mesmo resistem, significam, demandam e obtêm mais espetáculo e entretenimento,

corroendo ainda mais a fronteira entre a mídia e o “real” (BEST; KELLNER, 1991, p. 69).

Não só Baudrillard, mas a teoria pós-moderna no geral, contrasta com as análises neomarxistas da Escola de Frankfurt, ao destacar formas mais dispersas, plurais e descentradas de poder. Contudo, Kellner defende que a teoria crítica e a teoria pós-moderna sejam “confrontadas e articuladas em suas disparidades, de maneira que suas próprias tensões e diferenças provoquem novos pensamentos e novas práticas teóricas e políticas” (BEST; KELLNER, 1991, p. 298).

Embora reconheça o mérito de Baudrillard em promover uma revolta intelectual contra a sociedade de consumo, o norte-americano argumenta que as perspectivas fornecidas pelo francês ainda são “unilaterais e incompletas” (KELLNER, 1989, p. 37), para formar uma reflexão crítica e aprofundada sobre o tema. Ao avançar dos anos, Baudrillard travou uma verdadeira batalha de ideias contra figuras clássicas — de Marx a Freud — assim como fez com Foucault e com praticamente todas as outras correntes que surgiram naquela época, a exemplo das feministas francesas. Kellner elogia a atitude de Baudrillard, mas julga perda do ponto de vista teórico.

A partir da década de 1970, Baudrillard distanciou-se da tradição marxista à medida que seu pensamento se tornou mais radical e anárquico. A partir dali, não acredita mais que o marxismo possa fornecer qualquer tipo de crítica capaz de romper com o sistema vigente, nem que esse possa apresentar visões realistas de uma sociedade mais progressista no futuro.

O fracasso dos movimentos sociais na França, em 1968, foi determinante para esta conclusão de Baudrillard. Uma vez que ele acreditava que os movimentos comunistas estavam enraizados em parte do conservadorismo marxista, e esse, não sendo superado, contribuiu para a derrota, em vez de impulsioná-los ao êxito.

Baudrillard defende a superação do marxismo, ao visualizar nas trocas simbólicas maior potencial organizador da sociedade pós-moderna. Já Kellner posiciona-se, aqui, em defesa da tradição marxista e contra Baudrillard, pois acredita que o modo de produção descrito por Marx segue como fator determinante de “grande parte da nossa vida cultural e social” (KELLNER, 1989, p. 51). Baudrillard teria falhado ao desconsiderar esse fator, ignorando tanto a esfera econômica quanto a esfera social, pois pensa que “nada de importante acontece” (KELLNER, 1989, 207) na primeira, e que a segunda desapareceu.

A partir dos anos 1980 suas ideias apresentam outra mudança. Baudrillard “alega explicitamente que a era da sociedade de consumo acabou”. Na crítica kelleriana, essa rejeição salienta a incoerência no pensamento do filósofo, uma vez que sua “crítica da economia política dos signos é extremamente importante, assim como sua noção da importância do valor do signo como constitutivo da mercadoria, que assume uma importância fundamental na sociedade de consumo” (KELLNER, 1989, p. 213).

Kellner observa que os escritos de Baudrillard adquirem posicionamentos cada vez mais negativos, até se tornarem uma grande narrativa do triunfo tecnológico, traduzindo todo o seu niilismo:

[Baudrillard] vê a tecnologia triunfante num mundo pós-humano e demonstra alguma saudade da humanidade apagada no universo tecnológico. Não procura transcendência e parece contentar-se em documentar as fraquezas e os desatinos da era contemporânea. Não existe nada de novo sob o sol para o francês saturado que já viu tudo e para quem tudo já foi dito, mostrado e feito, para quem tudo o que se pode fazer é jogar com pedaços (KELLNER, 1995/2001, p. 404).

O estudioso julga que nas “obras posteriores à década de 1980, Baudrillard apresenta o espetáculo de um intelectual europeu alienado a fazer um levantamento do colapso da modernidade numa crônica fria e irônica” (KELLNER, 1995/2001, p. 404). Seu brilhantismo, muitas vezes, sucumbe em formas redutoras, reacionárias e obsoletas. Ensaio polêmico, *Amérique* (1986, *América*) prova que “Baudrillard cai nas malhas de um modo de pensar baseado em estereótipos culturais que beira o racismo”. Nele, o francês descreve os Estados Unidos na condição de turista, e “reduz tudo a signos e deixa de ver a base material e os efeitos desses signos, a estrutura social na qual eles estão incrustados, ou a história que produz signos e estruturas” (KELLNER, 1995/2001, p. 407).

Kellner sugere que os textos de Baudrillard, a partir dos anos 1980, sejam compreendidos como ficção científica, visto que se distanciam da teoria social: “como um bom escritor de ficção científica, Baudrillard muitas vezes ilumina aspectos da realidade frequentemente ignorados, utilizando o ponto de vista de uma futura intensificação das tendências sociais atuais” (KELLNER, 1989, p. 203). Mas para o crítico, seu pensamento futurista passa a ignorar aspectos relevantes da contemporaneidade, como as produções culturais e midiáticas. As

suas referências sobre a cultura da mídia se tornam “extremamente incompletas e fragmentárias” (KELLNER, 1995/2001, p. 299), assim como ocorre no exame de outros teóricos pós-modernos.

Baudrillard é visto, portanto, como um teórico que se perdeu ao longo dos anos. Apesar disso, deixou colaborações significativas para a teoria social contemporânea, e permaneceu como um grande provocador até o fim da vida:

Baudrillard, portanto, ultrapassa em última instância a filosofia e a teoria convencionais em sua própria esfera teórica e em seu modo de escrita que fornece, ocasionalmente, ideias penetrantes sobre os fenômenos sociais contemporâneos e críticas provocadoras do pensamento contemporâneo e clássico. Ele agora aparece em retrospecto como um pensador completamente idiossincrático, que seguiu seu próprio caminho e desenvolveu seu próprio modo de escrever e pensar (KELLNER, 2007, p. 16-17).

Julga, desse modo, a obra de Baudrillard como uma enorme provocação que expõe os conflitos e as incertezas de uma época marcada por transições, e que estimula questionamentos a respeito dos modelos teóricos consolidados. Ao mesmo tempo, pelo menos para Kellner, não existe certeza de que agora transcendemos e deixamos para trás a modernidade capitalista e seus problemas que Baudrillard passou a rejeitar.

### **O viés crítico do pensamento de Kellner**

Distanciando-se de Baudrillard, Kellner demonstra maior afinidade com Fredric Jameson no tocante à teorização da pós-modernidade, visto que, para este último, a pós-modernidade não é um “novo estilo estético, mas sim uma nova etapa de desenvolvimento cultural via lógica do capitalismo tardio” (BEST; KELLNER, 1991, p. 184). Essa compreensão socioeconômica do fenômeno é reforçada em textos seguintes:

Contrariando o que dizem Baudrillard e outros — que a pós-modernidade constitui uma ruptura com o capital e com a economia política —, o que detectamos por trás dos fenômenos de cultura pós-moderna é a lógica capital. Esse argumento leva a crer que grande parte da teoria pós-moderna é excessivamente abstrata quando desvincula a economia política e o capitalismo dos fenômenos que descreve (KELLNER, 1995/2001, p. 330).

Na visão dele, as primeiras discussões que tentaram dar conta do pós-moderno falharam, pois “estão viciadas na incapacidade de distinguir claramente entre modernidade e pós-modernidade e especificar a ruptura na sociedade e na história”. Uma correção “exigiria uma análise teórica e empírica detalhada, e um relato histórico ou uma narrativa de como a modernidade se metamorfoseou na condição pós-moderna” (BEST; KELLNER, 1991, p. 280)

Julga que “nenhum teórico pós-moderno fornece uma análise adequada da economia, dos desenvolvimentos contemporâneos dentro do capitalismo, e muitos evitam completamente a economia política”. Cita os exemplos de Foucault e Baudrillard. O primeiro estaria entre os teóricos que “negligenciam o papel fundamental da mídia”, enquanto o segundo negaria uma “análise separada da mídia a partir da economia política” (BEST; KELLNER, 1991, p. 260-261).

Mas Kellner não só critica. Em tentativa de colaborar com a área de estudo, propõe algumas reflexões para orientar o trabalho de pesquisa: 1º tratar o discurso pós-moderno como um construto cultural e teórico; 2º perceber que esses discursos entram em competição e em conflito; 3º não teorizar em torno de uma condição pós-moderna simplesmente a partir de visões superficiais e desconectadas com a realidade socioeconômica; 4º perguntar quando o termo pós-moderno não é um sinônimo de sociedade contemporânea.

As afirmações extremistas de ruptura pós-moderna violentam nosso senso de permanente continuidade com o passado e ignoram o fato de que muitas ideias e fenômenos que se afirma serem “pós-modernos” têm origem ou análogos precisamente na era moderna. Por conseguinte, nossa opinião é a de que estamos vivendo entre uma era moderna em envelhecimento e uma nova era pós-moderna que ainda precisa ser adequadamente conceituada, diagramada, mapeada. Os períodos históricos não aparecem e desaparecem de forma nítida ou em momentos cronológicos precisos (KELLNER, 1995/2001, p. 73).

Defende, contudo, que os discursos pós-modernos não sejam ignorados, pois eles seguirão conosco por muito tempo, portanto, devemos repensá-los criticamente. Embora, muitas vezes, tragam um “significante vazio” e indiquem que “uma teoria mais concreta está sendo evitada”, esses discursos também expõem novos fenômenos, os quais merecem ser objetos de estudo, pois se referem a algo que está “nos incomodando e requer mais reflexão e análise” (BEST; KELLNER, 1997, p. 23)

Também reconhece que os pós-modernos atacam as hierarquias e as estruturas de dominação, e fornecem, assim, a base para uma visão mais igualitária e democrática da vida social. Ao mesmo tempo, argumenta que não devemos desconsiderar as contribuições anteriores. Na situação atual, na qual “estamos forçados a viver entre parênteses, entre o velho e o novo”, entre um estágio e outro, se faz “necessário enfatizar o discurso do pós-moderno, suas diferenças com o moderno, e as formas em que se cruzam, assim como se conflitam no presente (BEST; KELLNER, 1997, p. 32).

### **Considerações finais**

Pode ser dito que Kellner mantém-se atento, ao longo de sua obra, para as potencialidades, mas também para as limitações tanto das teorias modernas, quanto das pós-modernas. E manifesta a crença que devemos combinar de forma crítica, em um modelo teórico criativo, noções de ambas tradições do pensamento.

Como observou, juntamente com Best, os pensadores modernos contribuem com noções ligadas a direitos universais, macropolítica e luta institucional, enquanto os pós-modernos com noções de pluralidade, micropolítica e identidade, por exemplo. Sendo assim, avaliam que o grande desafio parece ser “construir o que Hegel chamou de ‘unidade diferenciada’, na qual os vários fios do desenvolvimento histórico se reúnem de forma rica e mediada” (BEST; KELLNER, 1997, 281).

## Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O espelho da produção*. Braga: Espaço, 1976. [Obra publicada originalmente em 1973].
- BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *Postmodern theory: critical interrogations*. Londres: MacMillan, 1991.
- BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *The postmodern turn: critical perspectives*. New York: Guilford Press, 1997.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 5. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2004. [Obra publicada originalmente em 1996].
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996. [Obra publicada originalmente em 1991].
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001. [Obra publicada originalmente em 1995].
- KELLNER, Douglas. Fredric Jameson. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Jean Baudrillard: from Marxism to postmodernism and beyond*. Palo Alto: Stanford University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. Jean Baudrillard (1929-2007). *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 2007.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. [Obra publicada originalmente em 1979].



## Algoritmos, inteligências artificiais e softwares livres na contemporaneidade: reflexões a partir de Fundação de Isaac Asimov

Gabriel Barros Bordignon<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-8051-3126

**Resumo:** O artigo constrói um diálogo entre conceitos presentes na série de livros *Fundação*, de Isaac Asimov, e a realidade contemporânea, situada na constante presença de dispositivos tecnológicos baseados em algoritmos e inteligências artificiais (IAs) nos cotidianos dos indivíduos. Coloca-se que, apesar de o enredo dos livros se passar em um longínquo e hiperbólico futuro ficcional, ideias desenvolvidas na história, como as “leis da robótica” e os “axiomas da psico-história”, possibilitam reflexões sobre o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, seus reflexos na produção de subjetividades, na vida social e nos processos democráticos. Por fim, os paralelos entre ficção e realidade delineiam caminhos para ponderações éticas acerca das relações entre sociedades e tecnologias de informação e comunicação (TICs), apontando os *softwares* livres como alternativas para que tal convivência dê-se de forma mais justa, transparente e igualitária.

24

**Palavras-chave:** Algoritmos. Inteligências artificiais. *Softwares* livres. *Fundação*. Isaac Asimov.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Linha de Pesquisa Teoria e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); bolsista CAPES de 2013 a 2015 na Linha de Pesquisa Espaços de Cultura Urbana Contemporânea. Foi professor em cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design e Engenharia Civil nas faculdades FAUeD/UFU, UNICERP, UNIESSA e UNITRI. Arquiteto e Urbanista atuante nas áreas de projetos de arquitetura e planejamento urbano nas regiões do Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); bolsista PIBIC-CNPq de 2010 a 2011 na Pesquisa Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação.

**Abstract:** The paper builds a dialogue between concepts present in the book series *Foundation*, by Isaac Asimov, and contemporary reality, situated in the constant presence of technological devices based on algorithms and artificial intelligences (AIs) in the daily lives of individuals. It is argued that, although the storyline of the books takes place in a distant and hyperbolic fictional future, ideas developed in history, such as the “laws of robotics” and the “axioms of psychohistory”, enable reflections about contemporary technological development, its effects on the production of subjectivities, on social life and on democratic processes. Finally, the parallels between fiction and reality define paths for ethical considerations about the relations between societies and information and communication technologies (ICTs), pointing to free *softwares* as alternatives for such coexistence takes place in a more just, transparent and egalitarian way.

**Keywords:** Algorithms. Artificial intelligences. Free *softwares*. *Foundation*. Isaac Asimov.

**Resumen:** El artículo construye un diálogo entre los conceptos presentes en la serie de libros *Fundación*, de Isaac Asimov, y la realidad contemporánea, situada en la presencia constante de dispositivos tecnológicos basados en algoritmos e inteligencias artificiales (IAs) en la vida cotidiana de los individuos. Se argumenta que, si bien la trama de los libros se desarrolla en un futuro ficcional lejano e hiperbólico, ideas desarrolladas en la historia, como las “leyes de la robótica” y los “axiomas de la psicohistoria”, permiten reflexionar sobre el desarrollo tecnológico contemporáneo, sus efectos en la producción de subjetividades, en la vida social y en los procesos democráticos. Finalmente, los paralelismos entre ficción y realidad delimitan caminos para consideraciones éticas sobre las relaciones entre las sociedades y las tecnologías de la información y la comunicación (TICs), apuntando los *softwares* libres como alternativas para que dicha convivencia se lleve a cabo de una manera más justa, transparente e igualitaria.

**Palabras-clave:** Algoritmos. Inteligencias artificiales. *Softwares* libres. *Fundación*. Isaac Asimov.

## Introdução

A ficção científica, mais que um gênero literário, tem uma grande importância na divulgação e no desenvolvimento das ciências, das tecnologias e das culturas. O exercício imaginativo de autores e leitores permite que novas ideias sobre técnicas, dispositivos e modos de vida floresçam como possibilidades de avanços ou retrocessos reais nas sociedades. Zuin (2018) aponta que na contemporaneidade, sendo a tecnologia parte integrante das vidas humanas, a ficção científica, mais do que mera especulação sobre o futuro, pode ser uma ferramenta de reflexão sobre o presente. Um grupo de pesquisadores da Universidade do Havaí, ao analisar artigos apresentados de 1982 a 2017 em uma das mais importantes conferências da área de interface homem-máquina, a *ACM Conference on Human Factors in Computing Systems*, levanta que parte considerável dos trabalhos apresentados no evento ao longo dos anos apresenta como inspiração real invenções, conceitos, *designs* e aplicações de interfaces e tecnologias advindas de obras de ficção científica (JORDAN et al., 2018).

Ademais, não é difícil encontrar obras do passado que, de certa maneira, previram tecnologias existentes nos dias de hoje. Pode-se citar autores como Júlio Verne (1828-1905), com helicópteros, submarinos e viagens à lua; H. G. Wells (1866-1946), com guerras nucleares e meios de comunicação sem fio; Aldous Huxley (1894-1963), com engenharia genética e drogas psicoativas; George Orwell (1903-1950), com câmeras de vigilância e monitoramento constante; Arthur C. Clarke (1917-2008), com formas de comunicação instantânea em rede e dispositivos replicadores; e Douglas Adams (1952-2001), com a tela sensível ao toque, *e-books* e até a *wikipédia* (FEREGUETTI, 2019). Entretanto, o autor que interessa ao presente texto é Isaac Asimov (1920-1992), que ao longo de sua extensa carreira abordou temas como a energia nuclear, veículos autônomos, videoconferências, comunicação por satélite e robótica. Dois conceitos criados por Asimov são de grande relevância para este artigo: I) as “leis da robótica” e II) os “axiomas da psico-história”. A partir de tais ideias, objetiva-se discutir questões da atualidade, como a presença das inteligências artificiais (IAs) e dos algoritmos nas vidas cotidianas. Além de propor um diálogo entre a realidade atual e algumas obras de Asimov, demonstrando o importante papel do gênero *sci-fi* para discussões contemporâneas, sinaliza-se sobre certos dilemas éticos, políticos e socioeconômicos produzidos por tais debates, apontando cenários possíveis no desenvolvimento tecnológico futuro.

Como fundamentação teórica são utilizados como referências os sete livros que compõem a Série *Fundação* e outras histórias de Asimov, além de livros e artigos científicos produzidos na última década que refletem sobre algoritmos, IAs, *softwares* livres e seus reflexos nas vidas cotidianas do século XXI. O artigo, em um primeiro momento, apresenta um breve panorama da Série *Fundação*; em seguida, são feitas reflexões sobre as diferenças e convergências de certos conceitos asimovianos com a realidade tecnológica e política contemporânea, propondo-se, por fim, diálogos, leituras críticas e desdobramentos possíveis.

### **“Leis da robótica” e “axiomas da psico-história” em Isaac Asimov**

Nascido em 1920 na então Rússia Soviética, Isaac Asimov mudou-se com a família para Nova Iorque dois anos depois, fugindo da guerra civil. O autor, que se naturalizou estadunidense em 1928, era um ávido leitor de *pulp fictions* e, tendo começado a escrever desde a infância, teve seu primeiro conto publicado aos 19 anos. Estudou química na *Columbia University*, seguindo carreira de pesquisador e finalizando seu doutorado aos 28 anos. Em 1949, foi contratado como professor na *Boston University* e aliou sua carreira acadêmica com a de escritor por grande parte de sua vida. Asimov escreveu mais de 500 livros, além de milhares de contos, ensaios, críticas, colunas e cartas (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005).

Grande parte da obra de Asimov contextualiza-se dentro dos avanços tecnológicos do pós-Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento de computadores e da robótica, com o início da exploração espacial e as ameaças de guerras nucleares. Neste cenário, o autor especulava sobre o futuro de tais tecnologias, sendo que os robôs eram temas frequentes em seus contos. Asimov se interessava em refletir sobre como a robótica auxiliaria a vida humana, desenvolvendo questões éticas, psicológicas e sociais em suas histórias (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005).

No conto *Andando em círculos* (1942), publicado posteriormente na importante coletânea *Eu, robô* (1950), Asimov (2015) apresenta pela primeira vez conceitos que marcariam toda sua carreira, conhecidos como as três *leis da robótica*:

- (1) um robô não pode ferir um ser humano ou, por inação, permitir que um ser humano sofra algum mal;
- (2) um robô deve obedecer às ordens que lhe sejam dadas por seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens entrem em conflito com a primeira lei;
- (3) um robô

deve proteger sua própria existência, desde que tal proteção não entre em conflito com a primeira ou a segunda leis (ASIMOV, 2015).

Asimov introduz, portanto, ainda nos anos 1940, uma primeira discussão sobre ética robótica, tão necessária para o início do terceiro milênio, quando praticamente todas as esferas das vidas humanas são afetadas por algum tipo de inteligência artificial. As tramas desenvolvidas em torno das relações entre seres humanos e robôs apresentam diversas situações em que as leis da robótica são tanto imprescindíveis e eficientes, quanto questionáveis e falhas; já antecipando a complexidade que se revelaria décadas depois e que ainda há de se intensificar. Depois de alguns anos, com as leis da robótica já amplamente desenvolvidas em suas obras, Asimov introduz ainda uma quarta lei, que prevaleceria sobre as três primeiras: “(Lei Zero) um robô não pode fazer mal à humanidade e nem, por inação, permitir que ela sofra algum mal” (FARINACCIO, 2017).

As leis da robótica embasam toda uma série de contos e romances de Asimov, a chamada Série *Robôs*. O escritor produziu ainda outras séries de livros, como a Série *Império Galáctico* e a aclamada Série *Fundação*, vencedora do *Hugo Awards* de melhor série de ficção e fantasia de todos os tempos em 1966 (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005).

*Fundação* foi, inicialmente, uma série de contos lançados entre 1942 e 1950 na *Astounding Magazine*. O primeiro livro foi lançado como uma coletânea de algumas dessas histórias (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005). *Fundação* (1951) se passa mais de 20 mil anos no futuro, em um momento em que a humanidade – formada por um quintilhão de pessoas – se expandiu para mais de 25 milhões de planetas na Via Láctea e vive sob um Império Galáctico que dura mais de 12 mil anos, centrado no planeta Trantor. A capital do império possui 40 bilhões de habitantes e é totalmente urbanizada e quase que inteiramente coberta por cúpulas metálicas climatizadas (ASIMOV, 2009a). Vale apontar que, naquele momento, a Terra era um planeta esquecido, quase místico, de forma que não era consenso o fato de a humanidade ter surgido a partir de uma única origem, que era, portanto, desconhecida.

Após se interessar pelo livro *Declínio e queda do império romano* (1776), de Edward Gibbon (1737-1794), Asimov transformou tal decurso em uma ficção futurística e interplanetária (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005), de forma que o Império Galáctico, apesar de parecer sólido e dominante, encontrava-se em

decadência havia séculos, com planetas periféricos declarando independência e formando exércitos próprios, problemas com tributações, insurreições e uma instabilidade geral em seus extensos domínios (ASIMOV, 2009a).

A queda do Império Galáctico foi levantada e anunciada pelo personagem Hari Seldon, matemático criador da “psico-história”. Como uma união entre matemática, psicologia e sociologia, a psico-história foi capaz de prever a inevitabilidade da queda do império, ao transformar fatos e padrões históricos, acumulados em dezenas de milhares de anos de registros e dados, em equações matemáticas (ASIMOV, 2009a). Com um número tão grande de seres humanos e um tempo tão longo de acontecimentos, o comportamento das massas poderia ser previsto a partir de complexas análises de tendências, transformando a sociologia em uma ciência tão exata quanto a estatística.

Após a derrocada do império, a humanidade passaria por um período de 30 mil anos de conflitos, trevas e barbárie. A solução encontrada por Seldon para minimizar os efeitos da inevitável decadência foi a criação de uma Fundação – no planeta Terminus, nas bordas da galáxia – que reuniria cientistas e enciclopedistas com o objetivo inicial de resguardar toda a história e os conhecimentos já produzidos, diminuindo o período de trevas de 30 mil para mil anos, e guiando a humanidade para uma nova era de estabilidade com a ascensão de um Segundo Império Galáctico. A psico-história ainda previra diversas crises políticas e bélicas, as chamadas “Crises Seldon”, situações para as quais o matemático preparara instruções para direcionar as ações dos líderes diante das instabilidades que surgiriam, protegendo a Fundação, último refúgio das artes, das ciências e das tecnologias (ASIMOV, 2009a).

O segundo livro, *Fundação e império* (1952), relata a reação do decadente Império Galáctico à expansão política de Terminus e da Fundação sobre os planetas periféricos independentes. O personagem Bel Riose, comandante de uma esquadra do império, parte para as bordas da galáxia para investigar a expansão comercial e tecnológica de Terminus. Após grandes jogos de corrupção e espionagem, Terminus sobrevive às investidas do Império e se expande ainda mais, a ponto de tornar-se tão potente quanto Trantor havia sido alguns séculos antes, com um sistema extremamente burocrático, hierárquico e despótico (ASIMOV, 2009b). Nesse contexto, surge um personagem que colocaria em xeque as previsões da psico-história: o Mulo, um ser mutante que possui a capacidade de controlar

emoções humanas. Dessa forma, seu exército conquista facilmente todos os domínios da Fundação em pouco tempo. O Mulo demonstra uma das características fundamentais da psico-história: à capacidade de se prever comportamentos e padrões de populações numerosas opõe-se a impossibilidade de se antever comportamentos individuais. Nesse ponto, entretanto, revela-se a existência de uma Segunda Fundação, também criada por Seldon e formada por pessoas dotadas de avançados domínios mentais, que acabam interrompendo as ações e o ímpeto de dominação de Mulo (ASIMOV, 2009b).

O terceiro livro, *Segunda Fundação* (1953), revela que os “mentalistas” – humanos evoluídos na telepatia e na telecinese – eram os verdadeiros herdeiros da matemática de Seldon. Os sábios não haviam influenciado somente o Mulo e o desviado de suas pretensões de domínio, mas exerciam uma espécie de controle sobre toda Terminus (Primeira Fundação) e planetas vizinhos. Dessa forma, a Primeira Fundação inicia uma busca desenfreada pela Segunda Fundação que, após uma grande trama política, permanece oculta, alocada na decrépita Trantor, capital do antigo império, gerenciando remotamente os principais acontecimentos rumo à criação do Segundo Império (ASIMOV, 2009c).

Ao final da trilogia, descobre-se que a psico-história não era uma ciência apenas capaz de prever o futuro, mas também de influenciar e conduzir ações dentro de um plano, necessitando, para tal, da existência concomitante da Primeira Fundação, detentora das ciências físicas e da Segunda Fundação, detentora das ciências mentais. Hari Seldon elaborara, dessa forma, os dois “axiomas da psico-história”: (1) o número de seres humanos envolvidos na previsão/condução da história deve ser suficientemente grande para que a humanidade possa ser tratada estatisticamente como um grupo de indivíduos interagindo aleatoriamente; (2) a humanidade não deve conhecer os resultados das análises psico-históricas antes que esses resultados sejam atingidos. De acordo com tais princípios, a Segunda Fundação, detentora das capacidades preditivas/indutivas da psico-história, deveria permanecer oculta para que o Plano Seldon se concretizasse (ASIMOV, 2009c).

Os axiomas da psico-história e as leis da robótica não haviam sido desenvolvidos conjuntamente, pois a *Série Fundação* e a *Série Robôs*, a princípio, não tinham conexões. Contudo, nos anos 1980, Asimov decidiu reunir a maioria de suas histórias em um único universo, criando convergências entre temas e personagens por meio de pequenos ajustes nas reedições e diversos novos livros.



A Série *Fundação* foi, assim, ampliada com duas sequências e duas *prequels* (SCIENTIFIC AMERICAN, 2005).

Em *Limites da Fundação* (1982), Terminus estende seus domínios sobre metade dos planetas existentes na galáxia em um governo até então estável. O personagem Golan Trevize, um membro do conselho da Primeira Fundação, é deportado e segue uma busca pela Segunda Fundação junto com Janov Pelorat, um historiador obcecado pela Terra, planeta que acreditava ser a origem da humanidade. Após diversos imbróglios éticos e políticos, o desfecho da história se passa no planeta Gaia, um mundo formado por uma diversidade de seres – animais, vegetais, minerais e até mesmo objetos inanimados – que configuram um organismo consciente único, interdependente e coletivo. Trevize se encontra em um dilema no qual deve escolher os rumos do Plano Seldon: i) a condução para um Segundo Império à maneira de Terminus (Primeira Fundação), um modelo militarista e expansionista mantido pela força; ii) o caminho proposto por Trantor (Segunda Fundação), um Segundo Império paternalista, controlador e baseado nas ciências mentais; ou iii) o modelo de Gaia, no qual todos os planetas da galáxia formariam um único organismo vivo e compartilhado. A terceira alternativa acaba sendo a escolhida por Trevize, que define um caminho nunca antes tomado na história da galáxia, “um modo de vida fundamentalmente diferente de tudo que já passou, sem repetir nenhum dos erros antigos” (ASIMOV, 2009d).

No quinto livro, *Fundação e Terra* (1986), Trevize e Pelorat partem em busca da origem da humanidade, percorrendo diversos planetas marginais aos mapas oficiais da galáxia, até finalmente encontrarem a Terra, onde confirmam uma antiga hipótese de que o planeta era um grande deserto radioativo (ASIMOV, 2009e). Entretanto, decidem pousar na Lua, onde encontram R. Daneel Olivaw, um robô que havia sido construído há mais de 20 mil anos e que revela ter tido participação fundamental na criação de Gaia, assim como na elaboração do Plano Seldon com a concepção das duas Fundações. Tal influência abrangente do robô sobre dezenas de milhares de anos de história da humanidade faz Trevize questionar os próprios axiomas da psico-história, concluindo sobre a necessidade de existir um terceiro axioma: “que existe uma única espécie de inteligência na galáxia e que essa espécie é o *Homo Sapiens*” (ASIMOV, 2009e). Perturbado com a descoberta de que um não-humano teria, de certa forma, guiado a maior parte do curso da história, Trevize é replicado por Pelorat, que afirma que apesar

das influências de Gaia (dos “mentalistas”) e de Daneel (um robô) na trajetória temporal da humanidade, coube a Trevize – um ser humano – a escolha do destino da galáxia em Gaia, afirmando a validade da psico-história como uma grande conquista rumo ao Segundo Império Galáctico (ASIMOV, 2009e). Desta maneira, confrontando as três (ou quatro) leis da robótica com os dois (ou três) axiomas da psico-história em um dilema ético, Asimov conclui a Série Fundação e ainda realiza a unificação de praticamente toda sua vasta obra.

Os livros *Prelúdio à Fundação* (1988) e *Origens da Fundação* (publicado postumamente, em 1993), dedicam-se a contar a trajetória de Hari Seldon no período anterior à trama do primeiro livro. Revelam-se os caminhos percorridos pelo matemático na criação da psico-história; assim como o papel fundamental dos robôs e dos “mentalistas” durante esse processo que culminaria na criação das duas Fundações. Há uma importante discussão presente nos dois últimos livros sobre o quanto a psico-história, mais que um mero instrumento de previsão do futuro, mostra-se capaz de modelá-lo, sendo alvo de grandes interesses políticos (ASIMOV, 2009f, 2009g).

### **Algoritmos, inteligências artificiais e softwares livres na contemporaneidade**

Existem, evidentemente, diferenças fundamentais entre a trama futurista de *Fundação* e o tempo presente. Asimov apostava, por exemplo, no “mentalismo” como a próxima etapa da evolução humana, com pessoas apresentando capacidades extraordinárias de comunicação telepática ou domínio da telecinese. Da mesma forma, são necessárias ressalvas em relação à análise dos robôs de Asimov, que são, em sua maioria, humanoides e possuem uma capacidade comunicacional muito parecida com a dos humanos – a ponto de alguns personagens robôs seres indistinguíveis de pessoas. A inteligência artificial em Fundação desenvolve-se profundamente a ponto de se igualar, ou mesmo de superar, as faculdades humanas. As leis da robótica seriam, nesse sentido, espécies de salvaguardas dos humanos contra uma possível perda de controle sobre suas criações.

Fora da ficção, a ideia de Inteligência Artificial (IA) começa a ser desenvolvida nas décadas de 1940/50. Alan Turing foi um dos pioneiros na área, tendo criado o que chamou de “jogo da imitação” (TURING, 1950). Tal jogo teria inicialmente como participantes um homem (A), uma mulher (B) e um interrogador (C), cada um em uma sala fechada, comunicando-se apenas por escrito.

C deveria, por meio de uma série de perguntas e respostas, delimitar, entre A e B, quem era o homem e quem era a mulher. Em determinado momento do jogo, um dos interrogados (A ou B) seria substituído por uma máquina, e o verdadeiro motivo do experimento seria refletir se a dinâmica comunicacional entre A, B e C se manteria da mesma forma como quando havia somente seres humanos jogando. Turing acreditava que no final do século XX já existiriam computadores digitais, ou “máquinas pensantes”, com memória adequada, velocidade de ação conveniente e programas apropriados para obter um bom desempenho no jogo da imitação (TURING, 1950). O autor teorizou sobre máquinas que seriam capazes de aprender, focando suas conjecturas na linguagem, não nos corpos, diferindo, assim, dos robôs de Asimov e se aproximando mais do contexto atual, quando os algoritmos de *Machine Learning* desempenham tal papel de pensar e interagir, em diferentes níveis, com seres humanos.

O aprendizado de máquina, ou *Machine Learning*, assim como as redes neurais, ou aprendizado profundo (*Deep Learning*), são subcampos da IA, onde são possíveis novas formas de interação entre as máquinas e seus usuários. Tais sistemas de aprendizado permitem que as máquinas executem “tarefas tradicionalmente desempenhadas pelos seres humanos (reconhecimento visual, tomada de decisão, reconhecimento de voz, tradução) e outras que superam a capacidade humana (manipular e processar grandes bases de dados, denominado em inglês de *Big Data*)” (KAUFMAN, 2020). O aprendizado de máquina vai além dos sistemas tipo *input/output*, avançando em relação à ideia de uma máquina que responde eficazmente a um comando objetivo. Os algoritmos de *Machine Learning* eliminam a necessidade de contínuas intervenções humanas para seu funcionamento, pois sua programação inicial, ao reconhecer e processar padrões complexos, modifica-se automaticamente, atingindo seus objetivos de forma mais eficiente e em uma velocidade que supera os padrões humanos. Para Kaufman (2020), “o algoritmo é a matemática da IA”, é esse conjunto de instruções com objetivos bem definidos que determina as formas de funcionamento dos vários modelos de IAs existentes no século XXI.

Os estágios de desenvolvimento bem como as expectativas variam entre os campos e suas aplicações, que incluem os veículos autônomos, reconhecimento de voz, games, robótica, tradução de linguagem natural, diagnósticos médicos, assim por diante. Atualmente, os sistemas inteligentes permeiam praticamente todas as áreas do conhecimento (KAUFMAN, 2020).

Praticamente todas as instâncias da existência humana – doméstica, familiar, governamental, mercadológica, digital – possuem atualmente dimensões que contêm alguma forma de IA. A própria vida urbana e as relações humanas passam por processos de virtualização que abrangem espaços não apenas físicos, alcançando o que Lemos (2004) denomina Ciberespaço.

As tecnologias do ciberespaço alteraram drasticamente o significado de distância e de tempo instaurando uma nova forma de comunicação mundial. Para a transmissão de informação através do espaço, a distância torna-se secundária. O estabelecimento de serviços telemáticos significa que a presença física já não é imprescindível para acesso aos serviços da cidade-ciborgue (governo eletrônico, acesso a banco de dados, entretenimento, relações ponto a ponto). As novas formas de telecomunicações e de mediação eletrônica induzem, inevitavelmente, à descentralização espaço-temporal (LEMO, 2004).

As TICs, portanto, possuem um alcance considerável nas vidas humanas, vide a influência de redes sociais nas interações, na política e nas democracias; a existência de aplicativos para diversas ações cotidianas como comunicação, alimentação, relacionamentos, transporte, lazer e trabalho; e mesmo a ciência e todos os ramos da educação mostram-se fortemente dependentes de tecnologias que funcionam com base em algoritmos e IAs. Dada tal abrangência, cabe uma reflexão acerca da quarta lei da robótica, ou “lei zero” (ASIMOV, 2009e): “um robô não pode fazer mal à humanidade e nem, por inação, permitir que ela sofra algum mal”. Tal condição preventiva, além de impedir qualquer tipo de “revolta dos robôs” nas histórias de Asimov, também propõe a ideia de que a humanidade deve seguir um caminho próprio, sem grandes intervenções por parte de inteligências não humanas. Tal reflexão coloca questionamentos importantes para os dias atuais. As IAs retiram do ser humano o protagonismo na construção de sua história? Ou ainda, a relação de hibridismo entre inteligência humana e inteligência artificial é benéfica para a humanidade?

Não há respostas para tais perguntas, entretanto, elas podem ser caminhos para reflexões importantes a respeito da atual relação humanidade-tecnologia. A própria ideia de “humanidade”, que no universo asimoviano possui um sentido relativamente homogêneo, não pode ser tratada como tal, dada a multiplicidade de culturas e modos de vida contemporâneos. Nesse sentido, Farinaccio (2017) dá o exemplo de *drones* militares, máquinas atualmente utilizadas em guerras, que não poderiam matar ou ferir qualquer ser humano se submetidas à primeira lei da

robótica – “um robô não pode ferir um ser humano ou, por inação, permitir que um ser humano sofra algum mal” (ASIMOV, 2015). Ao se expandir tal reflexão para a “lei zero”, entretanto, que utiliza o termo “humanidade”, faz-se a pergunta: a qual humanidade tal máquina responde? No mundo não ficcional inexiste uma visão maniqueísta de bem/mal, pois o que é benéfico para uma parcela de pessoas pode significar um desastre para outra, como no caso de uma guerra. Pode-se concluir, portanto, que as IAs atuais não se submetem a uma lógica neutra, que responde a um jogo de valores bem definidos, mas suas ações são determinadas pela programação de seus algoritmos. Dessa forma, se faz urgente o estabelecimento de parâmetros éticos para as IAs, pois “nem softwares, nem os algoritmos nele contidos são neutros” (SILVEIRA, 2017). Todo algoritmo parte de uma programação, de uma intenção específica e, mesmo os que se modificam por meio de *Machine Learning*, carregam tais finalidades iniciais. “Mesmo assim, softwares e algoritmos são invisíveis para a maioria das pessoas. Esses códigos são apresentados pelo mercado como algo que não precisamos saber [...] como funcionam, desde que cumpram suas finalidades” (SILVEIRA, 2017).

As empresas desenvolvedoras de algoritmos são contra a abertura dos códigos, alegando a proteção dos negócios diante da concorrência e a garantia de propriedade intelectual (SILVEIRA, 2018a). Alegam também que se os usuários de determinada tecnologia souberem como sua programação funciona, esse conhecimento influenciará a forma como o produto é utilizado, podendo comprometer os objetivos/lucros da empresa.

– E em vista de tudo isto, por que é necessário que a existência da Segunda Fundação seja oculta, acima de tudo, da Primeira Fundação? [...]

– Pela mesma razão por que os detalhes do Plano, como um todo, devem ser ocultos da Humanidade em geral. As leis da psico-história são estatísticas por natureza e tornam-se inválidas se as ações dos homens individuais não forem casuais por natureza. Se um grupo considerável de seres humanos soubesse dos pontos-chave do Plano, suas ações seriam governadas por esse conhecimento e deixariam de ser casuais no sentido dos axiomas da psico-história. Por outras palavras, deixariam de ser perfeitamente previsíveis (ASIMOV, 2009c).

O personagem Hari Seldon criara duas fundações: a primeira seria amplamente conhecida e teria contato com diversos planetas, realizando trocas comerciais, acordos diplomáticos e expandindo seus domínios; já a segunda,

totalmente oculta, seria a verdadeira responsável pelo seguimento do plano (ASIMOV, 2009c). Pode-se fazer uma analogia entre tal estrutura com qualquer aplicativo utilizado no cotidiano contemporâneo: os usuários conhecem bem a interface, que possui um *design* de fácil e atraente interação; entretanto, o algoritmo que faz funcionar a plataforma, responsável pelo cumprimento da finalidade, é completamente inacessível. Ademais, tais códigos invisíveis vão muito além de facilitar tarefas e acelerar atividades mecânicas, mas passam a ser determinantes em tomadas de decisões que influenciam desde contextos sociais próximos, até mesmo toda uma democracia.

A psico-história asimoviana sempre foi alvo de disputas de poder – entre Seldon, o Império Galáctico, as Fundações e os planetas independentes – pois a capacidade imanente à mesma de “prever o futuro” era indistinguível de sua eficiência em “conduzir condutas”. De maneira análoga, atualmente pode-se falar em uma tal “governamentalidade algorítmica”, que caracteriza um novo regime de verdades, na medida em que sistemas automáticos mediados por algoritmos passam a ser novos modeladores das relações sociais (ROUVROY; BERNIS, 2018), fazendo-se presentes, portanto, no campo das disputas de poder – entre Estados, instituições, corporações e sociedades. Tal regime desenvolve-se a partir de coleta, tratamento e produção de conhecimento sobre uma quantidade massiva de dados, para posterior ação sobre os comportamentos humanos.

Bom, pensemos algumas possibilidades razoáveis: e se esses robôs modernos (os algoritmos) ficassem nos monitorando o tempo inteiro (nos hackeando), soubessem dos nossos gostos, desejos, das pessoas que achamos atraentes (dando like, match, joia), nossa saúde, alimentação, compras, leituras, amigos, amantes, amores e, finalmente, das nossas anteriores leves tendências políticas? O que será que eles fazem de posse de tantas informações pessoais e preciosas? (FUX, 2020).

Bruno, Bentes e Faltay (2019) demonstram como a *Cambridge Analytica* e o *Facebook*, por meio de coleta de dados pessoais de usuários da plataforma, fizeram uso político de tais informações em 2016, direcionando propagandas em favor de Donald Trump durante as eleições presidenciais dos EUA. Mello (2020) dá um panorama de como governos populistas se utilizam de redes sociais em processos eleitorais: inicialmente, o grupo interessado adquire uma grande base de dados do eleitorado; em seguida, segmentam-se grupos de acordo com

características diversas (sexo, religião, idade, renda); posteriormente, analisam-se os comportamentos *online* utilizando-se algoritmos que segmentam diferentes agendas políticas; por fim, realizam-se disparos em massa de mensagens específicas (e mais eficientes) para cada grupo. O esquema descrito foi utilizado pela campanha de Jair Bolsonaro na eleição presidencial brasileira em 2018 por intermédio do aplicativo Whatsapp (MELLO, 2018). Portanto, o mesmo modelo de processamento de dados utilizado para vendas *online*, se aplica também na definição dos rumos da política em todo o mundo, pois atua sobre comportamentos individuais e coletivos.

A psico-história baseava-se no acúmulo de dezenas de milhares de anos de informações históricas, estabelecendo padrões e tendências de comportamento de massa. Na ciência de Seldon, portanto, a escala do indivíduo era ignorada (tanto que o Mulo, um mutante que fugia aos padrões históricos, não pôde ser previsto): “o ser humano individual é imprevisível, porém, as reações das multidões humanas, descobriu Seldon, podem ser tratadas estatisticamente” (ASIMOV, 2009c). Os algoritmos atuais, todavia, trabalham majoritariamente com dados individuais. No estágio atual do capitalismo, todo e qualquer dado, por mais irrelevante que pareça, serve de combustível para algoritmos cada vez mais complexos que alimentam um sistema financeiro globalizado. Para tal, as vidas humanas, individuais e coletivas, são monitoradas e capturadas em seus mínimos detalhes. Pode-se dizer que a psico-história seria a exacerbação da lógica algorítmica, ou, pelo contrário, os algoritmos seriam uma realização da psico-história em seus limites? Essa é outra pergunta sem respostas, mas que instiga um aprofundamento nas reflexões sobre o papel dos dados no mundo atual.

O protagonismo dos dados na fundamentação das IAs representa o que Zuboff (2018) denomina “capitalismo de vigilância”: uma nova lógica de acumulação que tem como componente fundamental o *big data*. Nesse modelo, todas as ações humanas produzem dados que são transformados em ativos: imagens captadas por câmeras de segurança, compras *online* ou com cartões de bancos, *logins* e cadastramentos em *sites*, comportamentos em redes sociais, circulação monitorada por satélites, enfim, praticamente todos os comportamentos são datificados. A utilização de dados pessoais com fins econômicos embasa o modelo de negócios das maiores empresas de serviços *online* do mundo (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Todas as chamadas *Big Techs* se utilizam dos já abordados

algoritmos que operam de forma preditiva – antevendo comportamentos por meio de análises prévias de dados (padrões de compra, opiniões políticas, preferências artísticas, grupos culturais, etc.) – e indutiva – animando comportamentos mediante tendências levantadas (produtos personalizados, publicidade dirigida, campanhas eleitorais, etc.). Tais corporações privadas atuam em favor de causas econômicas que, todavia, não são completamente alheias a objetivos políticos ligados a governos ou mesmo a Estados. A datificação, portanto, é um fenômeno onipresente na vida cotidiana dos indivíduos, nas relações de mercado e nas estruturas de governo (MOROZOV, 2018).

Dentro deste cenário, Silveira (2018a) aponta algumas tendências das evoluções tecnológicas: substituição de postos de trabalho por robôs ou códigos; ampliação do mercado de dados e do capitalismo de vigilância; e deslocamento do poder gerencial do Estado para corporações desenvolvedoras de algoritmos. A partir do momento em que decisões importantes, antes delegadas a funcionários públicos, são tomadas por códigos fechados de empresas privadas, os processos participativos e democráticos se enfraquecem (SILVEIRA, 2018b).

Outra questão importante apontada por Silveira (2018b) é o fato de que algoritmos carregam em seus códigos vieses e preconceitos há muito estabelecidos nas sociedades. Em países com heranças escravistas, como Brasil e EUA, o presente ainda mantém padrões históricos de discriminação que são captados e propagados por IAs. Por exemplo, um estudo da Rede de Observatório da Segurança apontou que 90% das pessoas presas com base em câmeras de reconhecimento facial no Brasil são negras (VIEIRA, 2019). Nos EUA, o programa *Public Safety Assessment – Court*, utilizado em alguns sistemas judiciais, baseia-se em dados como idade, moradia e histórico criminal para definir pena, fiança e liberdade condicional aos réus. O algoritmo responsável pelo programa também é apontado como reprodutor e ampliador do racismo dentro do sistema judiciário estadunidense (SILVEIRA, 2018b).

Esse arranjo, pouco democrático e voltado prioritariamente ao fortalecimento das corporações, tende a se ampliar caso não seja tornado visível, caso os algoritmos não sejam analisados criticamente diante do avanço de tecnologias como Big Data, Internet das Coisas, Machine Learnig e Inteligência Artificial, entre outras (SILVEIRA, 2017).

A visibilidade para a qual aponta Silveira (2017) pode encontrar um caminho interessante na ideia de *software* livre. Os *softwares* livres são programas



com códigos-fonte abertos e com licenças que protegem a propriedade intelectual de seus algoritmos de forma não restritiva, garantindo o amplo uso de tais tecnologias. Silveira (2004) argumenta que enquanto o *software* proprietário se orienta em benefício da empresa fabricante, o *software* livre se orienta em benefício de seus usuários. A grande virtude do *software* livre é a ideia do compartilhamento do conhecimento e, no campo político, da emancipação tecnológica de Estados em relação a *softwares* de oligopólios privados.

Silveira (2004) coloca que a maior parte dos produtos das *Big Techs* baseia-se em algoritmos de códigos fechados, o que quer dizer que, ao adquirir um produto dessa categoria, o usuário não compra o *software* em si, mas sim uma licença de uso do mesmo. Essa dinâmica funciona na contramão da própria ciência, que se desenvolve baseada no compartilhamento do conhecimento, não na retenção do mesmo para fins econômicos ou políticos. Em contrapartida, o *software* livre é desenvolvido de maneira coletiva, colaborativa e não hierárquica. Ao adquirir um *software* livre, o usuário possui os direitos de usar, copiar, modificar e redistribuir esse *software* que, embora tenha autores, não tem donos. A única proibição que há dentro do *software* livre – baseada no *Copyleft* – é a de transformá-lo em *software* proprietário (SILVEIRA, 2004).

Vale ressaltar que as *Big Techs* também se utilizam e até mesmo produzem *softwares* livres, como é o caso da Azure, distribuição Linux da Microsoft ou do sistema operacional Android, desenvolvido pela Google. Pode-se alegar, entretanto, que o uso combinado de *softwares* livres e *softwares* proprietários pode causar certo afastamento de tais criações da comunidade de programadores, gerando um novo processo de concentração de conhecimento por parte dos oligopólios tecnológicos.

Dentro da cultura digital, a ideia de *software* livre pode ser bastante favorável para países pobres ou em desenvolvimento rumo a uma evolução tecnológica própria e progressista, pois pode proporcionar diminuição com gastos em *royalties*, maior segurança na circulação das informações, autonomia e capacitação tecnológica, independência para com empresas fornecedoras de *softwares* e acesso livre e democrático como um direito fundamental para cidadãos (SILVEIRA, 2004). No cenário de uma economia baseada em dados, fornecer informações de cidadãos, instituições e estratégias de governo de todo um país para empresas privadas estrangeiras (majoritariamente estadunidenses e chinesas) é um atentado contra a própria soberania nacional. “Redistribuir o conhecimento

neste momento histórico de uma sociedade em rede é redistribuir poder e riqueza” (SILVEIRA, 2004). O *software* livre é socialmente justo, economicamente viável, tecnologicamente sustentável e pode representar um primeiro passo no estabelecimento de uma ética algorítmica, ou ética robótica.

Como última reflexão, propõe-se a retomada do fechamento de *Fundação e Terra* (ASIMOV, 2009e), quando o personagem Golan Trevize, ao se deparar com a responsabilidade de escolher os rumos da galáxia, opta pelo modelo do planeta Gaia, onde os habitantes haviam desenvolvido uma consciência compartilhada entre si que se estendia para animais, vegetais e minerais, de forma que todo o planeta era um único organismo formado por seres interdependentes. Embora houvesse certa organização social, pode-se dizer que não havia hierarquias em Gaia, pois todos os conhecimentos e memórias – assim como as transformações, dores e prazeres – eram compartilhados entre todos os seres. Tal ideia de compartilhamento foi importante para Asimov na resolução de conflitos entre desejos humanos de controle e possibilidades robóticas de intervenção nas formas desse controle. No modelo galáctico de Gaia, à medida que todas as ações eram coletivas, não existia controle de uns sobre os outros (ASIMOV, 2009e). A partir da utopia de Gaia, pode-se pensar nas potencialidades do *software* livre como um caminho promissor para usos compartilhados, democráticos e verdadeiramente livres do ciberespaço – consequentemente, dos espaços urbanos e da vida social como um todo. O código aberto, à medida que pode ser utilizado, copiado, modificado, melhorado e distribuído, configura um uso não hierarquizado, mercantilizado ou espetacularizado de dispositivos, programas e algoritmos que são partes indissociáveis da vida humana contemporânea. Asimov foi um autor que acreditou na relação pacífica e edificante entre humanos e robôs. No cenário atual do capitalismo, para a confirmação da crença do autor, essa relação deve passar, inevitavelmente, pelos *softwares* livres.

## Considerações finais

Como discutido ao longo do presente texto, Isaac Asimov e seu universo ficcional apresentaram diversos dilemas dentro da relação humanidade-robôs. As leis da robótica e os axiomas da psico-história ao mesmo tempo que criavam soluções para problemas do enredo, geravam novos conflitos e passavam por mudanças significativas. A ficção científica é uma boa forma de refletir sobre as complexidades da vida contemporânea, sobretudo no que se refere às transformações políticas e sociais causadas pelo ininterrupto surgimento de novas tecnologias.

Não se sabe até que ponto a humanidade domina, ou se encaminha para ser controlada por inteligências artificiais, por isso aponta-se a urgência de regulação no uso das IAs e a importância da transparência dos algoritmos em suas relações com empresas, governos, populações e indivíduos, rumo a uma vivência do ciberespaço mais plural, criativa, colaborativa e compartilhada, e menos hierárquica, competitiva e disciplinar. É necessário construir questões éticas dentro da sociedade em rede, no sentido de que as TICs devem ser encaradas não somente em dimensões mercadológicas, mas também sociais e políticas (SILVEIRA, 2017).

Os *softwares* livres encaminham para um entendimento do acesso à tecnologia como direito fundamental, dada a irreversível relação das pessoas dentro do e com o ciberespaço. Se encarados sob a ótica de políticas públicas, devidamente auditados e protegidos legalmente, os códigos abertos podem deslocar a produção de algoritmos e de IAs do setor privado para o público, proporcionando governanças transparentes, participativas e democráticas. A utopia da Gaia asimoviana pode indicar um futuro onde a tecnologia seja utilizada a favor da multiplicidade humana.

## Referências

ASIMOV, I. **Fundação**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Aleph, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Fundação e Império**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Aleph, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Segunda Fundação**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Aleph, 2009c.

\_\_\_\_\_. **Limites da Fundação**. Tradução: Norberto de Paula Lima. São Paulo: Aleph, 2009d.

\_\_\_\_\_. **Fundação e Terra**. Tradução: Ronaldo Sérgio De Biasi. São Paulo: Aleph, 2009e.

\_\_\_\_\_. **Prelúdio à Fundação**. Tradução: Braulio Tavares. São Paulo: Aleph, 2009f.

\_\_\_\_\_. **Origens da Fundação**. Tradução: Ronaldo Sérgio De Biasi. São Paulo: Aleph, 2009g.

\_\_\_\_\_. **Eu, Robô**. Tradução: Aline Storto Pereira. São Paulo: Aleph, 2015.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, p. e33095 – e33095, 27 dez. 2019.

FARINACCIO, R. **Como funcionam as Três Leis da Robótica do escritor Isaac Asimov em 2017?** TecMundo, 2017. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/ciencia/125150-funcionam-tres-leis-robotica-escriptor-isaac-asimov-2017.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FEREGUETTI, L. **9 autores de ficção científica que previram tecnologias atuais**. Showmetech, 9 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.showmetech.com.br/autores-de-ficcao-cientifica-previram-futuro/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FUX, J. **Os algoritmos e o fim do mundo**. Estado da Arte, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/algoritmos-fim-do-mundo-jacques-fux/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

JORDAN, P. et al. Exploring the Referral and Usage of Science Fiction in HCI Literature. **arXiv:1803.08395 [cs]**, v. 10919, p. 19–38, 2018.

KAUFMAN, D. Inteligência artificial: repensando a mediação / Artificial intelligence: rethinking mediation. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 66742–66760, 10 set. 2020.

LEMOS, A. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, v. 0, n. 8, 2004.

MELLO, P. C. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MELLO, P. C. **A Máquina do Ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade Algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SCIENTIFIC AMERICAN, B. Isaac Asimov: homens e robôs. **Scientific American Brasil - Série Exploradores do Futuro**, v. 3, 2005.

SILVEIRA, S. A. DA. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, S. A. DA. **Revolução tecnológica, automação e vigilância - \_comciência**, 2018a. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/revolucao-tecnologica-automacao-e-vigilancia/>>. Acesso em: 17 dez. 2020

SILVEIRA, S. A. DA. **Regulação algorítmica e os Estados democráticos - \_comciência**, 2018b. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/regulacao-algoritmica-e-os-estados-democraticos/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SILVEIRA, S. A. **Governo dos Algoritmos**. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 267, 26 jul. 2017.

TURING, A. M. I. Computing Machinery And Intelligence. **Mind**, v. LIX, n. 236, p. 433–460, 1 out. 1950.

VIEIRA, K. **Reconhecimento facial vira ameaça para negros; maioria entre presos**. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2019/11/reconhecimento-facial-vira-ameaca-para-negros-maioria-entre-presos/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ZUBOFF, S. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação**. In: **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZUIN, L. **O poder da ficção científica na construção de futuros e tecnologias**. Disponível em: <<https://medium.com/up-future-sight/o-poder-da-fic%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-na-constru%C3%A7%C3%A3o-de-futuros-e-tecnologias-14acda0d5bc0>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

## **“Ofereço o retrato de minha filha como prova de nosso reconhecimento”: O corpo feminino na perspectiva da saúde mental expresso em fonte jornalística na cidade de Feira de Santana, Bahia (1921-1950)**

Suzi de Almeida Vasconcelos Barboni<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-5695-1428

Rebeca Ribeiro Ferreira<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0003-3140-6428

**Resumo:** A perspectiva histórica da saúde mental (SM) na cidade de Feira de Santana, Bahia, remete à relação de gênero enquanto elemento condicionante de experiências que permitem compreender a sociedade urbana no recorte temporal do início do século XX. Os discursos difundidos na imprensa podem dar pistas sobre estas experiências e construções e assim, este artigo objetiva identificar como a SM foi traduzida nas publicações Jornal Folha do Norte (JFN), no período 1921-1950. Esta pesquisa tem caráter documental, abordagem qualitativa a partir do levantamento de dados no acervo de exemplares digitalizados do JFN no Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A análise das publicações identificou, entre anúncios, propagandas e notícias, um discurso imposto pelo modelo médico-sanitário vigente que converge para o foco da doença com dispositivos de disciplinamento do corpo baseado na medicalização como símbolo de civilização, para diversas patologias, bem como a

<sup>1</sup> Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Biológicas Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana.

atenção em SM, em especial nas mulheres. Os vários anúncios e propagandas de medicamentos tinham base fitoterápica, referentes ao controle do ciclo hormonal feminino na época entendido como incômodo, exigindo cuidados especiais; às oscilações hormonais inerentes da fisiologia feminina, que levam a mal-estar e irritabilidade, aspectos considerados na época como infortúnios. A medicação era tida como solução que fazia bem à saúde, silenciando os incômodos, indisposições e fragilidades atribuídos ao corpo feminino. Tal representação do corpo feminino em um contexto medicalizado aponta para questões relacionadas à desigualdade de gênero ancorada no discurso médico e como o entorno social permeia processos destrutivos à SM.

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Corpo Feminino. Saber Poder.

**Abstract:** The historical perspective of mental health in the city of Feira de Santana, Bahia, refers to the gender relationship as a conditioning element of experiences that allow understanding society in this time frame. The speeches disseminated in the journalistic press can give clues about these experiences and constructions. Thus, this article aims to identify how mental health was translated in the publications *Jornal Folha do Norte (JFN)*, in the period 1921-1950. This research has a documentary character, a qualitative approach based on data collection from the collection of digitized copies of the *JFN* at the Casa do Sertão Museum of the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) University. The analysis of publications identified, between advertisements and news, a discourse imposed by the current medical-sanitary model that converges to the focus of the disease with devices for disciplining the body based on medicalization for mental health care, especially for women. Several news and drug advertisements were based on herbal medicine, referring to the control of the female hormonal cycle at the time, understood as a nuisance; to the hormonal oscillations inherent in the female physiology, which lead to malaise and irritability, aspects considered female misfortunes. Such visibility of the female body in a medicalized context points to issues related to gender inequality and how the social environment permeates destructive processes to mental health.

**Keywords:** Mental Health. Feminine body. Power-Knowledge.

**Resumen:** La perspectiva histórica de la salud mental (SM) en la ciudad de Feira de Santana, Bahía, se refiere a la relación de género como elemento condicionante de experiencias que permiten comprender la sociedad urbana en el marco temporal de principios del siglo XX. Los discursos difundidos en la prensa pueden dar pistas sobre esas experiencias y construcciones y así, este artículo tiene como objetivo identificar cómo la SM fue traducida en los periódicos Folha do Norte (JFN), en el período 1921-1950. Esta investigación tiene un carácter documental, abordaje cualitativo a partir de la recolección de datos en la colección de copias digitalizadas del JFN en el Museo Casa do Sertão de la Universidad Estadual de Feira de Santana (UEFS). El análisis de las publicaciones identificó, entre anuncios y noticias, un discurso impuesto por el actual modelo médico-sanitario que converge al foco de la enfermedad con dispositivos disciplinadores del cuerpo basados en la medicalización como símbolo de civilización, para diversas patologías, así como la atención en SM, especialmente en mujeres. Los diversos anuncios de medicamentos tenían una base fitoterapéutica, refiriéndose al control del ciclo hormonal femenino en la época, entendido como una molestia, que requería cuidados especiales; a las oscilaciones hormonales propias de la fisiología femenina, que conducen al malestar y la irritabilidad, aspectos considerados en la época como desgracias. La medicación fue vista como una solución buena para la salud, silenciando las molestias, indisposiciones y debilidades atribuidas al cuerpo femenino. Tal representación del cuerpo femenino en un contexto medicalizado apunta a cuestiones relacionadas con la desigualdad de género ancladas en el discurso médico y cómo el entorno social permea los procesos destructivos de la SM.

**Palabras clave:** Salud Mental. Cuerpo Femenino. Saber Poder.



## Introdução

A presente pesquisa parte da premissa de que a cultura construída a partir de eventos históricos influencia diretamente a saúde mental (SM) da sociedade. Amparada nos pressupostos de Michel Foucault (1977-1978/2008), este artigo propõe a reflexão sobre o descompasso social na exclusão daquelas que apresentam condutas consideradas “incômodos femininos” e a prática do cuidado da SM, permeada na resistência em garantir a emancipação das jovens que apresentassem adoecimento psíquico. Pode-se analisar tal aspecto da saúde em determinada sociedade a partir de sua história e, como ressaltou Orlandi (2012), o jornalismo tem função organizadora das produções diárias das práticas sociais, representando através da mídia certos aspectos de uma população, formulando sentidos à identidade de determinado território. Compreender as identidades implica em estudar como as formas simbólicas são mobilizadas para sua construção (LARRAIN, 2003).

Estabeleceu-se um diálogo com a bibliografia levantada e conteúdos expressos no Jornal Folha do Norte (JFN), periódico da cidade de Feira de Santana, Bahia, que circula desde 1901 até os dias atuais, constituindo patrimônio material da região. O JFN pode ser considerado fonte de pesquisa relevante por documentar o cotidiano da cidade, ainda que alinhado com a elite conservadora e os ideais higiênicos da Saúde Pública fortemente enraizados na cultura local, entre eles a percepção do corpo feminino e a consolidação de representações socioculturais, como o trato com a SM.

A SM se enquadra como campo de estudos e intervenções que está submetido a muitos preconceitos. Difícil de conceituar, a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que não existe uma definição oficial (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2019). Considerando as variáveis que norteiam o termo, esse campo possui muitos julgamentos prévios dos usuários de serviços de saúde. A complexidade de conceituar a SM provém da relação que esse campo estabelece com cada cultura, dado momento histórico, determinada população, pois parte do que é tido como modelo de “comportamento normal”, conduta seguida pela maioria das pessoas que compõem determinada sociedade (DE SOUZA; BAPTISTA, 2008). Assim, o senso comum relaciona a SM ao comportamento desviante. O aspecto cultural e histórico, como bem observa os autores citados, influencia as práticas e serviços de saúde por pautarem as condições de saúde e doença mental.

O vasto campo da SM envolve diferenças culturais, particularidades, período histórico, contexto social, espaço-território, entre outros aspectos que afetam diretamente a práxis e as correntes teóricas que embasam o campo. De modo geral, esse termo é utilizado para descrever o nível de qualidade cognitiva ou emocional dos seres humanos. SM inclui também a capacidade de um indivíduo de discernir o que é aceito ou não por determinada sociedade. Isso envolve o discurso normativo onde aquele que desfruta de boa SM é quem se enquadra como "normal" na sociedade. Assim, SM é mais ampla que a mera ausência de transtornos mentais em si.

SM está muito implicada no extrato social, na ordem pública. A legitimação do poder do Estado em organizar e promover ordem nos respectivos territórios que governam atribuem aos cidadãos responsabilidades éticas sociais. Os que não obedecem às leis, perturbam a normalidade estabelecida e passam a estar à margem da sociedade, assim, o aspecto sócio-histórico-cultural se entrelaça à SM. Importante ressaltar que no período estudado o mundo estava no rescaldo da I Guerra e passando pela vivência trágica da II Guerra Mundial.

No que concerne ao Município de Feira de Santana, como bem explana De Souza Santana e Barboni (2020), a SM tem o estigma de loucura, hegemonia do modelo médico muito forte naquela cidade dentro do período estudado pela autora (1909-1921). Nesta perspectiva, o cotidiano da cidade expresso no JFN se constitui neste estudo enquanto fonte primária, reveladora de como se construiu o imaginário, como se formou a percepção da loucura e porque boa parte foi atribuída ao feminino:

O jornalismo narra a realidade cotidiana de um espaço central, com regras e convenções, para a sociedade. Para tanto, utiliza-se de jogos de linguagem, para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu (ROSA, 2010, p. 287).

Situada na região do semiárido do Estado da Bahia, distante 108 quilômetros da capital Salvador, Feira de Santana foi povoada no século XVII devido à "rede hidrográfica composta pelos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé, além dos alagadiços que se estendem na vastidão do tabuleiro que servia de pórtico para o sertão" (QUEIROZ; SÁ; ASSIS, 2004, p. 413). Começou como povoado e foi se tornando uma vila. Com o crescimento contínuo, em 1833 emancipou-se de Cachoeira com o título de Cidade Comercial de Feira de Santana. A boa fama de cidade comercial vem desde essa época, onde Feira de Santana se interligava

com as cidades de Cachoeira e São Félix. A ligação com várias cidades comerciais tornou Feira o maior entreposto de matérias-primas para a emergente produção do Recôncavo. Neste contexto de favorável localização geográfica, o município de Feira de Santana se torna o mais importante eixo rodoviário da Bahia por facilitar o processo migratório e atualmente ainda mantém sua economia crescente (ARAÚJO, 2001). Por facilitar grande fluxo migratório das regiões, a cidade apresenta, desde sua origem, um contingente populacional significativo e de baixa renda. A qualidade de vida da população feirense, mediante seu histórico prevalentemente migratório, “nas últimas décadas, houve evolução de todos os índices de desenvolvimento humano (educação, saúde e renda), com exceção dos índices relacionados à renda, que, após elevação na década de 1970, sofre queda a partir da década de 1980” (QUEIROZ; SÁ; ASSIS, 2004, p. 419). Entretanto, a cidade manteve-se até os dias atuais ambígua entre a “cultura da roça” e as ações desenvolvimentistas instauradas a partir da década de 70 do século XX. É neste contexto ambivalente que a assistência à SM fornecida na cidade ainda está pautada no modelo biomédico com foco na doença e no medicamento preconizado pela Psiquiatria.

Neste contexto, o JFN é uma das fontes produtoras de discursos de uma elite letrada e dirigidos à esta mesma elite, endossados pelo modelo biomédico, legitimando suas tecnologias e práticas como indicadores de progresso pelo abandono das práticas médicas das classes pobres populares, consideradas atrasadas, ignorantes e inferiores. Remontando a esse aspecto, desde então o paradigma científico e sua racionalidade médica instrumental que a si mesmo atribui conhecimento absoluto da verdade e único conhecedor do corpo, era legitimado.

De Souza, Santana e Barboni (2020), que também explanam recortes históricos do periódico JFN no período estudado 1909-1921, apontam para a “negação e silenciamento da loucura e dos transtornos mentais” (DE SOUZA; SANTANA; BARBONI, 2020 p.166) na cidade de Feira de Santana, mediante esse contexto de tendência higienista. As autoras identificaram nos exemplares do JFN que no âmbito da SM, a loucura não tem visibilidade apesar de ser um tipo de sofrimento psíquico resultante da interação social e constata grande enfoque no modelo médico “curativo”, uma vez que os anúncios e propagandas abordam apenas o tratamento de patologias no corpo. Isso revela a forte influência que esse modelo biomédico fez na cultura feirense e conseqüentemente na construção

da saúde da população de Feira de Santana, com a valorização do médico e medicamentos "curativistas".

A SM, no período estudado, estava invisibilizada devido ao contexto social predominantemente biomédico que identificava como adoecimento as enfermidades de origem fisiológica desconsiderando fatores psicológicos e sociais. No cenário contemporâneo, esse modelo persiste. Frente às práticas de tratamento da SM "a necessidade de ser científico, acompanhando o modelo médico, permanece presente na psiquiatria de hoje" (PEREIRA, 1995, p. 226). Neste sentido, na produção de identidades, concordamos com BIROLI (2007):

Se houve mudanças, é preciso lembrar que não há "progresso" sem a gênese de indivíduos que trabalhem adequadamente para a reprodução de sua lógica, integrem e internalizem essa lógica e, sobretudo, a defendam. Daí a impossibilidade de separar controle, disciplina e construção de identidade, mesmo quando se pensa nas formas de distinção e valorização que constituem as normas abordadas (BIROLI, 2007, P. 123)

A população da cidade de Feira na década de 40 era estimada em 83.268 habitantes, sendo 63.608 da zona rural (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA, 2012, p. 141). Com a maior parte da população na zona rural, nos anos 20 a estimativa era menor, composta por analfabetos, marcada pela cultura sertaneja, e uma elite de fazendeiros.

A perspectiva histórica e social da SM na cidade de Feira de Santana, Bahia, parece remeter à relação de gênero enquanto elemento condicionante das experiências sociais. Assim como Foucault compreendeu que os sistemas jurídicos de poder produzem sujeitos que tendem a representar o próprio sistema, Judith Butler (1999/2007) complementa as concepções de Foucault ao defender que o gênero não se restringe a uma construção social, mas a uma produção do poder. Ao reconhecer que os sujeitos estão engendrados pelos mecanismos de poder - categorias identitárias - é possível perceber a restrita liberdade das pessoas em expressar o ser autêntico e verdadeiro que não cabe na organização normatizadora.

Ao seguir nosso objetivo principal em compreender como a SM está representada no JFN, a partir do recorte temporal que vai de 1921 a 1959, nos deparamos com as numerosas propagandas de medicamentos, sem referência direta e objetiva à SM da população feirense da época, mas tipificando os "incômodos" menstruais femininos como negativos e ligados à questão da SM

feminina. Grande parte destes anúncios eram compostos por textos longos, com linguagem rebuscada, vários elementos discursivos, pouca frequência da linguagem científica, enfatizando algum mistério nestes “incômodos femininos” através de imagens e letras grandes. Estudiosos na área de comunicação da escola de Frankfurt desenvolveram análises com enfoque no comportamento do leitor local de mídias de comunicação (jornais, revistas, etc.) que nos ajudam a compreender a função dessas propagandas entre os achados da presente pesquisa. Esses teóricos da comunicação social revelam que a publicidade, mais precisamente as propagandas pagas, se diferencia das propagandas de notícias por exercerem uma função específica que atende à questão mercadológica da época.

A indústria cultural formada na primeira metade do século 20, recorte temporal da presente pesquisa, priorizava o estímulo ao consumo e entretenimento afim de diminuir tensões sociais causadas pelo capitalismo. Mediante as demandas do mercado, os pensadores da escola de Frankfurt desenvolveram novos meios de reprodução técnica e difusão em larga escala de informação. No livro *Dialética do Esclarecimento* (1944), Adorno e Horkheimer observaram que os processos de industrialização atingem a produção artística e, nesse contexto histórico de transformação social por conta da industrialização, a expressão artística passou a ser através de propagandas onde a arte e cultura estão sujeitas às imposições do mercado. Em suma, a produção cultural neste período passou a estar articulada com os objetivos estruturais do capital, assim qualquer expressão crítica da arte e cultura estariam praticamente descartadas nos meios de comunicação de massa. O discurso disseminado pelas propagandas pagas de medicamentos no JFN buscava convencer o leitor ao consumo desenfreado de medicamentos por conta própria, sem a orientação da consulta médica prévia.

À exemplo, foi encontrada uma propaganda de medicamento, publicada em 1921, que reforça esta hipótese. Trata-se da propaganda do medicamento “A saúde da mulher” registrada em várias edições do JFN no período estudado. Consultar figura 1:

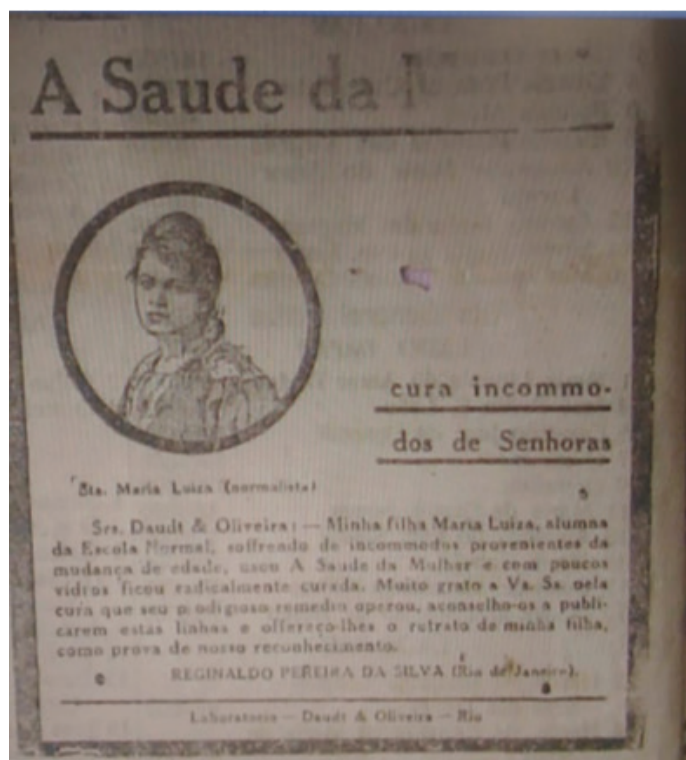


Figura 1: Propaganda do medicamento “A Saúde da Mulher” no exemplar da Folha do Norte de 12 de março de 1921. Acessada em: 28 de agosto de 2019.

Esse medicamento é vendido até os dias atuais com o mesmo nome e mesma indicação para o público-alvo: as mulheres. Essa propaganda é composta pela foto de uma jovem, Maria Luiza, juntamente com o relato de seu pai;

St<sup>a</sup> Maria Luiza (não legível)

Srs. Daudt & Oliveira - Minha filha Maria Luiza, alunas da Escola Normal, sofrendo de incommodos provenientes da mudança de idade, usou A Saúde da Mulher e com poucos vidros ficou radicalmente curada. Muito grato a Vs. Sr. pela cura que seu prodigioso remédio operou, aconselho-os a publicarem estas linhas e ofereço o retrato de minha filha como prova de nosso reconhecimento.

REGINALDO PEREIRA DA SILVA (Rio de Janeiro)

A propaganda é feita a partir do relato de um pai acerca dos efeitos da medicação em sua jovem filha e o medicamento que “cura incommodos de Senhoras”. O modo ao qual a propaganda foi feita revela como o corpo feminino era fortemente marcado pelo ciclo biológico-reprodutivo, reduzindo assim o destino da mulher à fisiologia humana. A jovem “garota propaganda”, de aparência saudável, passiva aos

interesses do pai, nada tem a dizer, não tem espaço para sua fala. Ela passou por uma exposição social, tendo seu retrato publicado e associado ao relato do próprio pai no JFN, que testemunha, garante e autentica o medicamento.

A oscilação hormonal vivenciada pela jovem proveniente do ciclo menstrual foi descrita pelo pai como "incommodos provenientes da mudança de idade", o qual reflete o olhar preocupado e protetor do pai e ao mesmo tempo, depreciativo e controlador do masculino. Ambos perturbavam o modelo idealizado de "moça", de mulher, compatível com a época, pautado na submissão, no recato e na docilidade, aspecto também detectado nos estudos de De Souza Santana e Barboni (2020).

A maneira como a mulher feirense era percebida e compreendida no JFN e por seus contemporâneos, é demarcada por certo distanciamento entre o que a mulher realmente foi e a forma pela qual foi apresentada. Sabemos que a demarcação entre o real e imaginário é invisível, pois consiste na leitura representativa do real sempre visto por um outro subjetivo. No entanto, percebemos que a natureza desse distanciamento está permeada por estereótipos sociais marcantes da época – começo do século 20. A imagem que se depreende da figura feminina foi descrita pela imprensa seguindo o viés estereotipado da época, pelo representativo dicotômico da mulher. Assim como Grossman (1998), De Souza Santana e Barboni (2020) identificaram representativos incisivos atribuídos à imagem da mulher em fontes jornalísticas da primeira metade do século 20, "Chegamos à conclusão de que a mulher era descrita em termos extremos e dicotômicos: mãe ou prostituta, santa ou satânica" (GROSSMAN, 1998, p. 74). Associada à pureza, "a doméstica, para se casar" ou à impura "prostituta", louca:

Através da publicação "Elisa - A Doida", percebe-se o ideal de civilização que a sociedade da época pregava com a loucura estigmatizada pelo abandono do louco pela família e pelo poder público; o medo de suas ações agressivas e atrevidas; e, como mulher, pobre e louca estava despejada nas ruas (DE SOUZA SANTANA; BARBONI, 2020 p.162).

A presente pesquisa corrobora os autores citados frente aos achados do JFN (1921-1950), que alinhava as mulheres da época a parâmetros morais. Evidenciamos também que a classe social era o ponto que diferenciava as mulheres "puras" ou "loucas", mediante o parâmetro do nível socioeconômico, demarcando, portanto, uma série de interesses da imprensa com setores da classe alta, que

subsidiava as mídias na época. O corpo feminino silenciado tendia a ocultar a mulher que estudava e trabalhava, para manter este corpo conectado com seu estado natural, um corpo que fala e reflete o emocional e suas angústias.

Outra propaganda encontrada, também direcionada ao ciclo menstrual (figura 2), revela acerca da representação do corpo feminino. O medicamento “Cafiaspirina”, cuja propaganda foi amplamente publicada nas edições da Folha do Norte entre os anos de 1923-1924, apresenta a seguinte descrição: “Contra a dor de cabeça, cólicas, e o mal-estar nervoso que as senhoras sofrem durante os períodos physiologicos mensaes. Não há nada que se compara com a cafiaspirina”.



Figura 2: Propaganda do medicamento “Cafiaspirina” no exemplar da Folha do Norte de maio de 1924. Acessada em: 10 de setembro de 2019.

Ainda que este mesmo medicamento seja indicado para outros tipos de dores - dores de cabeça, de dente, de ouvido - a propaganda direcionada ao público feminino é descrita a partir das sensações emocionais, como o “mal-estar nervoso”, relacionando a mulher com o âmbito emocional. O impacto disso é a subordinação da figura feminina nos meandros da sociedade. A indicação desse medicamento é direcionada às mulheres que sofrem de “doenças do útero, flores brancas, suspensões, hemorragias”, notícia apresentada na figura 3. Observa-se que a disseminação de propagandas de medicamentos feitas em jornais no início do século XX refletia a representação social da época, longe de uma identidade regional, mas baseada no modelo eurocêntrico e biomédico.





**Figura 3:** Propaganda do medicamento “A Saúde da Mulher” no exemplar da Folha do Norte de 20 de julho de 1921. Acessada em: 28 de agosto de 2019.

A mulher neste contexto estava restrita aos afazeres familiares. Sua ascensão social era tida a partir do casamento e ao gerar filhos. Não havia incentivos dos familiares em profissionalizar as mulheres com estudos para seguir uma carreira e assim ocupar o lugar de autonomia financeira. Até mesmo o mercado impossibilitava a adesão de mulheres que conseguiam se especializar e se preparar para determinada função devido à soberania masculina.

Em sua tese de doutorado, Mestre (2004) apresenta as representações que o corpo feminino tinha que sustentar no século 20. Segundo a autora, apesar da primeira onda do feminismo<sup>3</sup>, a condição de “mulher do lar” dificultava a participação de muitas mulheres na luta: “Não havia vantagens aparentes, para a maioria das mulheres, em participar dessas reivindicações. O espaço “privado” lhes concedia proteção e até certos privilégios, a começar pela valorização de sua função materna e “civilizadora”” (MESTRE, 2004, p.12). Inevitavelmente, a industrialização do século 20 afetou as mudanças socioeconômicas propiciando gradualmente mudanças na condição feminina na camada social. O período estudado (1921-1925) é representativo dessas lentas mudanças que chegaram tardiamente ao Brasil, segundo Coutinho (1996), que começou efetivamente a partir da década de 80 e mais tardia ainda no espectro feirense, onde nesse período a cidade era inteiramente agrária.

<sup>3</sup> Série de movimentos em prol dos direitos civis e políticos que buscava igualar juridicamente homens e mulheres ocorridos em meados do século XIX em alguns países como Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e USA

Ao nortear o âmbito social do período estudado, a análise das publicações nos exemplares do JFN apontou para os anúncios relacionados a medicamentos para enfermidades físicas. De cunho mental, apenas houve anúncios direcionados ao chamado “incommodos provenientes da mudança de idade”, “incommodos dos nervos” ou “incommodos das senhoras e senhoritas”, noticiado especificamente no medicamento “A Saúde da Mulher” o qual foi criado para o público que passa por alterações hormonais periodicamente e que, por consequência, vivencia intensa oscilação de humor.

As propagandas de medicamentos da época não tinham supervisão ou restrições de órgão regulamentadores da saúde, como ocorre nos dias de hoje. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desde 2008 dispõe da Resolução – RDC Nº 96, que regulamenta critérios para propaganda, publicidade, informação e outras práticas de promoção comercial de medicamentos (BRASIL, 2008). Ao analisar o conteúdo de dez propagandas de medicamentos de comercialização livre no Brasil, Rabello e Camargo Júnior (2012) constataram que as mensagens sobrepostas subjacentes nas propagandas são de que os problemas de saúde têm origem física ou interpessoal, mas apresentam soluções individuais que corrobora na compra e uso de determinado medicamento. Os citados estudiosos concluíram que o ideal de saúde e qualidade de vida é, pelas propagandas, associado ao consumo. Essa perspectiva corrobora os anúncios coletados no JFN (figuras 1, 2 e 3) e podemos observar a permanência dessa postura mercadológica ainda nos dias atuais (figura 4) que, apesar das restrições da ANVISA, sustentam na propaganda esse ideal de bem-estar no consumo medicamentoso.



**Figura 4:** Foto do medicamento “A Saúde da Mulher” no portal farmacêutico *online* Consulta Remédios acessado em: 27 de novembro de 2019.

Na bula disponível no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no item 6 estão as indicações de uso do citado medicamento:

#### 6. COMO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

Deve-se tomar A Saúde da Mulher® por via oral, sempre diluído em meio copo d' água. Nas *irregularidades* do fluxo menstrual (iniciando o tratamento 15 dias após o término da menstruação) e nas *perturbações* na menopausa, tomar 1 copo-medida duas vezes ao dia (a cada 12 horas) durante 7 dias. Nos casos de cólicas menstruais, tomar durante a menstruação 1 copo-medida três vezes ao dia (a cada 8 horas). Nos casos de inflamações e hemorragias uterinas tomar 1 copo-medida 4 vezes ao dia (a cada 6 horas) até o alívio dos sintomas (BRASIL, 2019, p.3, grifos nossos).

O uso de adjetivos pejorativos (*irregularidades* e *perturbações*) na referência aos fenômenos naturais do ciclo hormonal feminino dão indício da forma como o feminino ainda é referido no âmbito social. Esse ciclo é inerente a mulheres em idade reprodutiva, e é neste período de oscilação hormonal que se apresentam sintomas emocionais, cognitivos e físicos, de acordo com Valadares, Ferreira, Correia Filho e Romano-Silva (2006). Relacionados ao ciclo menstrual, as mulheres demonstram além de sintomas físicos, sintomas emocionais como irritabilidade e humor depressivo que interferem no envolvimento social, ocupacional e sexual da mulher. O evento da menopausa, segundo López (1997), é caracterizado pela perda progressiva da função ovariana, ou seja, cessação da ovulação acompanhada por manifestações físicas e psíquicas que também envolvem oscilações de humor. As mudanças hormonais condicionam o processo de sofrimento para a mulher, pois além de lidar com mudanças físicas e emocionais, a reação social para com essas oscilações hormonais é de rechaço e exclusão do feminino. A jovem mulher ou idosa que passa por etapas do ciclo hormonal é muitas vezes hostilizada pelos membros sociais que a cerca, por fugir do modelo padrão.

Como podemos observar nas expressões pejorativas na bula do medicamento "A saúde da Mulher", o ciclo feminino é referido como "perturbações e irregularidades" o que atribui um caráter negativo a um fenômeno que é natural. Para melhor compreender a vivência da mulher mediante a influência dos aspectos biológicos relacionados com os aspectos psicológicos, históricos e socioculturais na etapa da menopausa, Mori e Coelho (2004) constataram que o desequilíbrio hormonal da menopausa pode ser palco de sofrimento psíquico, apesar de fazer parte

da vida da mulher. A marca deste momento vital impõe questões sobre o corpo feminino que, se não forem bem trabalhadas, podem ocasionar sintomas depressivos.

A representação feminina, como evidencia as propagandas publicadas no JFN, é de fragilidade, debilidade e instabilidade. Como as representações são significados ditados pela cultura;

o corpo é um construto social e cultural fabricado no cotidiano [...] não tem em si mesmo nenhum significado intrínseco, ele é um conjunto de signos, produto de representações que, por meio de múltiplas estratégias, buscam "fixar" uma identidade sobre ele (DOS SANTOS ANDRADE, 2003, p. 140).

Estes significados, segundo a autora, são produzidos através da linguagem e estão implicados nas relações de poder. Desta forma, os dados corroboram que o feminino é historicamente tratado pelo estrato social como corpo com instabilidade mental cujo teor é a loucura. Com parâmetro da racionalidade ligado à figura masculina e emocional à figura feminina, convenções sociais atribuem à mulher fragilidade psíquica e física em decorrência da oscilação emocional vivenciada pelo corpo feminino por causa da mudança hormonal decorrente do ciclo menstrual e da menopausa.

Os achados também apontam para aspectos socioeconômicos, tendo em vista que a representação da população feirense - predominantemente negra - não está presente nas propagandas publicadas no JFN. O corpo feminino nas propagandas de medicamentos foi massivamente representado por mulheres brancas (figura 5).



Figura 5: Foto da propaganda "Regulador Gesteira" publicada na edição de 12 de outubro de 1936. Acessado em: 29 de novembro de 2019.

Apesar da propaganda ter sido publicada em um jornal feirense, não há referências ao público local, composto majoritariamente por mulheres negras e pardas do campo. A representação, como podemos identificar nas demais propagandas (figura 6), não apresenta a população feirense e está mais referenciada a uma escassa elite branca, público consumidor do JFN. No final da década de 40 já identificamos o enfoque nos padrões de beleza. Nas propagandas publicitárias Vikelp, por exemplo, reafirma-se o estereótipo de beleza ao atrelar a figura feminina a atividades domésticas e de cuidados com o corpo, além de utilizar desenhos de mulheres com características físicas de padrão europeu, com pele branca, cabelos lisos e estatura alta e magra. Em outras palavras, a representação do corpo feminino nos achados revela a realidade assimilada pelo imaginário social da época, a marca de valores individuais e coletivos.



Figura 6: Foto da propaganda “Vikelp” publicado na edição de 15 de dezembro de 1945. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

Na busca por compreender como se expressava a SM da população feirense, os dados coletados indicaram o corpo feminino como foco de sofrimento psíquico no construto histórico, social e cultural. Dentro da perspectiva de análise, constatamos que a SM está imersa nas relações sociais e de gênero, uma vez que as interações sociais são permeadas por estereótipos advindos dos efeitos da desigualdade de gênero. Os achados apontam para o caráter social

no adoecimento psíquico, na forma como a elite produtora e consumidora do conteúdo jornalístico no período estudado administra a saúde em sua totalidade, a partir de visões permeadas pela cultura, ideais morais estabelecidos pela sociedade em seu contexto histórico.

A análise dos exemplares do JFN publicados entre 1921-1950 revelam que no decorrer do século XX houve poucas transformações sociais operadas na representação do feminino. O corpo feminino visto pela perspectiva biologizante, biomédica, da saúde. Um corpo que precisava ser silenciado porque trazia incômodos, dor, atravessado pela propaganda da nascente indústria de medicamentos. Hoje sabe-se que a SM, apesar de ter influência do aspecto fisiológico do corpo, tem significativa interferência do meio social. O ambiente social da época, como pôde apresentar o percurso histórico, era massivamente adoecedor para as mulheres, relegadas à rotina doméstica.

As oscilações hormonais inerentes à fisiologia feminina eram consideradas um infortúnio para a sociedade da época, "um incômodo". Fundamentado em saberes de conhecimento do campo científico, o JFN, distante dos anseios populares, adota estratégias discursivas alinhadas ao modelo biomédico e pertinentes à classe alta letrada com publicidade de medicamentos que denotavam a grande oferta de remédios, símbolo do "moderno", induzindo assim a população ao consumo e fomentando a automedicação.

O presente estudo oportunizou a reflexão acerca do lugar submisso e doloroso atribuído à mulher no início do século 20 para pensarmos além da condição fisiológica como elemento delimitador do corpo feminino. Ao longo dos anos a mulher feirense tomou consciência disso? Esse e outros estudos poderão fazer emergir possibilidades que permitam às mulheres experimentarem nova compreensão de si mesmas, entendendo as linguagens de seus corpos, afastando-se dos estereótipos de beleza e do esperado lugar feminino – a meiga, dona do lar, representação corporal na grande mídia com viés moralista – para um olhar subversivo e autêntico da mulher feirense em lidar com as "amarras" sociais de sua época, as quais refletem até hoje.

## Fonte de Pesquisa

Jornal Folha do Norte 1909-1978. Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 1921-1925.

## Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1944). **A Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA. CDL, Feira de Santana, v. 3, p. 602, 2012.

ARAÚJO, E. M. de. Configuração do espaço urbano de Feira de Santana-BA. *Saúde Coletiva*, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2001.

BRASIL. **Bula do medicamento A Saúde da Mulher**. Ministério da Saúde; Site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=5382372014&pIdAnexo=2111405](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=5382372014&pIdAnexo=2111405)>. Acesso em: 27 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 96, de 17 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Diário Oficial da União**, 2008.

BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007.

BUTLER, J. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad** (1999). Tradução: Maria Antonia Mufloz. Barcelona: Paidós, 2007.

COUTINHO, L. Globalização e capacitação tecnológica nos países de industrialização tardia: lições para o Brasil. *Gestão & Produção*, Campinas, v.3, n.1, p. 49-69, abr. 1996.

DE OLIVEIRA, W. F. Algumas reflexões sobre as bases conceituais da saúde mental e a formação do profissional de saúde mental no contexto da promoção da saúde. *Saúde em debate*, v. 32, n. 78-79-80, p. 38-48, 2008.

DOS SANTOS ANDRADE, S. Saúde e beleza do corpo feminino - algumas representações no Brasil do século XX. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 119-143, 2003.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. (SPP/DVSAM – Saúde Mental) Definição de Saúde Mental. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1059>>. Acesso em: 20 set 2019.

GROSSMAN, H. A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: uma exposição sumária. *Cadernos AEL*. n. 8/9, p. 69-88, 1998.

LARRAIN, J. O conceito de identidade. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 30-42, 2003.

LÓPEZ, F. R. P. Menopausia, Climaterio y Envejecimiento. In: *El gran libro de la mujer*. E. Arnedo. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1997.

MESTRE, M. B. A. **Mulheres do século XX: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)**. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MORI, M. E.; COELHO, V. L. D. Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. *Psicologia: reflexão e crítica*. Brasília, v. 17, n. 2, p. 177-187, 2004.

ORLANDI, N. L.; LOPES, C. J.; FELIPPI, Â, C. T.; PICCININ, F. Q. Mídia e Identidade - O Regional no Jornal Nacional. *Revista Jovens Pesquisadores*. Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 122-133, 2012.

PEREIRA, L. M. de F. **Reformas da Ilusão: a terapêutica psiquiátrica em São Paulo na primeira metade do século XX**. 1995. (Tese de Doutorado em Saúde Mental, Universidade Estadual de Campinas). Campinas, UNICAMP, 1995.

QUEIROZ, C. M. B.; SÁ, E. N. de C.; ASSIS, M. M. A. Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, p. 411-421, 2004.

RABELLO, E. T.; CAMARGO JÚNIOR, K. R. de. Propagandas de medicamentos: a saúde como produto de consumo. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. Rio de Janeiro, v. 16, p. 557-567, 2012.

ROSA, R. Um olhar sobre a cobertura jornalística de políticas públicas sociais no jornal Zero Hora. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. vol. 7, no 2, p. 286-296, 2010.

DE SOUZA SANTANA, A. C.; BARBONI, S. de A. V. Saúde mental na cidade de Feira de Santana, Bahia: análise de notícias, anúncios e serviços publicados no Jornal Folha do Norte (1909-1921). **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 14, n. 26, p. 151-170, 2020.

VALADARES, G. C.; FERREIRA, L. V.; CORREIA FILHO, H.; ROMANO-SILVA, M. A. Transtorno disfórico pré-menstrual revisão: conceito, história, epidemiologia e etiologia. *Archives of Clinical Psychiatry*. Belo Horizonte, v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006.



## **A Imanência da criação artística: elementos sobre o método de análise estética**

Elandia Ferreira Duarte<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-0386-4053

Adele Cristina Braga Araujo<sup>2</sup>

ORCID:0000-0003-4969-187X

Karine Martins Sobral<sup>3</sup>

ORCID:0000-0001-5406-5318

José Deribaldo Gomes dos Santos<sup>4</sup>

ORCID:0000-0001-7915-0885

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), com especialização em Arte/Educação pela mesma instituição. Professora integrante do grupo de estudos e crítica de cinema - SÉTIMA, Pesquisadora do Instituto do Movimento Operário - IMO e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade - GP-TREES.

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (2013). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (2016). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - Campus Quixadá, na subárea Fundamentos da Educação, Política e Gestão Educacional.

<sup>3</sup> Curso de licenciatura em ciências humanas/Sociologia.

<sup>4</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/2001), com especialização em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/2003), mestrado em Políticas Públicas e Sociedade (UECE/2005). Fez estágio pós-doutoral (2015) em Estética na Universidad Complutense de Madrid (UCM) com bolsa da CAPES. Professor Adjunto da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC-UECE). E pesquisador do Laboratório de Pesquisas sobre Políticas Sociais do Sertão Central (Lapps-UECE)

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar elementos acerca do método estético de análise. Com base sobretudo em Lukács, o texto opta por realizar um estudo teórico-bibliográfico que se fundamenta no materialismo histórico-dialético. Com essa metodologia, aborda-se a imanência da criação artística como proposta de análises de obras de arte, cujo exame estético não deve se dar sobre a subjetividade do criador, tampouco sobre a recepção, senão sobre a imanente relação que se forma entre a obra, o receptor e o criador. Esse debate possibilita que o artigo aponte o seguinte: o confronto entre a produção artística e a práxis cotidiana abre possibilidades para que o crítico possa adequadamente analisar se a obra reflete realmente os autênticos dramas humanos.

**Palavras-chave:** estética marxista. imanência. crítica artística.

**Abstract:** The article intends to present some elements about the aesthetic analysis method. Based mainly on Lukács, the text chooses to carry out a theoretical-bibliographic study that is based on historical-dialectical materialism. About this methodology, the immanence of artistic creation is approached as a proposal for analysis of works of art, whose aesthetic examination should not take place on the subjectivity of the creator, nor on the reception, but on the immanent relationship that is formed between the work, receiver and the creator. This debate allows the article to point out the following: the confrontation between artistic production and daily praxis opens the possibilities for the critic to adequately analyze whether the work really reflects authentic human dramas.

66

---

**Keywords:** marxist aesthetics. immanence. artistic criticism.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo presentar elementos sobre el método de análisis estético. Basado principalmente en Lukács, el artículo opta por realizar un estudio teórico-bibliográfico que se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico. Con esta metodología, se aborda la inmanencia de la creación artística como una propuesta de análisis de las obras de arte, cuyo examen estético no debe realizarse sobre la subjetividad del creador, ni sobre la recepción, sino sobre la relación inmanente que se forma entre la obra, el receptor y el creador. Este debate permite al artículo señalar lo siguiente: el enfrentamiento entre la producción artística y la praxis cotidiana abre posibilidades para que el crítico analice adecuadamente si la obra refleja realmente auténticos dramas humanos.

67

---

**Palabras clave:** estética marxista. inmanencia. crítica artística.

*“O novo é para nós, contraditoriamente a liberdade e a submissão”.*

Ferreira Gullar

## **Introdução**

A presente exposição, de caráter teórico e bibliográfico, tematiza a crítica artística. Com base na teoria estética de Georg Lukács, levantam-se elementos para que se edifique um método de análise da obra de arte. A comunicação argumenta que a imanência, própria da relação dialeticamente contraditória que se monta entre a práxis cotidiana, o receptor e o criador, possibilita a aproximação do que a obra de arte em sua forma aparential reflete.

O artigo argumenta que, por ser imanente e antropomórfica, a arte não tem como ser adequadamente analisada senão perante a imanência estética do próprio elemento artístico. É a obra, em seu movimento contraditório de nascimento na vida cotidiana, no seu soerguimento a um patamar superior de objetivação, que – quando autêntica – retroage sobre o cotidiano e fornece as pistas para que a crítica-estética possa retirar delas os elementos que a fazem existir como arte.

Com base em exemplos tomados de algumas obras, a exposição procura demonstrar que o produto artístico, para ter a patente de arte, precisa liberar-se das idiossincrasias do criador. Quando ocorre o cumprimento dessa exigência, entre outras, a obra se alça à missão de provocar catarse estética nos receptores. O que interessa ao crítico é encontrar, na obra, os elementos que problematizam artisticamente o destino humano, seja ele dotado de tristeza e lágrimas ou alegria e sorrisos, entre muitas derivações que se posicionam entre esses dois extremos.

68

## **Há método marxista de pesquisa científica?**

Para melhor definirmos essa questão, recorremos a Tonet (2013), que inicia o debate sobre o método marxiano de pesquisa científica, colocando que, para se entender o conceito de cientificidade atual, faz-se necessário pensar a ciência durante todo o percurso histórico da humanidade, visto ser esse fator determinante para a produção do conhecimento científico de cada época-período histórico da vida humana. A concepção de mundo, segundo o autor, norteia a abordagem científica. Ainda, segundo o filósofo brasileiro, a conceituação de ciência teve três grandes períodos históricos e, conseqüentemente, três padrões científicos: greco-medieval, moderno e marxiano.

De acordo com os estudos de Tonet (2013), no período greco-medieval o conhecimento, ainda que de forma a-histórica, era pautado na objetividade do mundo real. Dessa realidade deriva a característica metafísica, idealista e ético-política e/ou ético-religiosa do conhecimento desse período. Vale ressaltar que o mundo para os gregos e para os medievais se destacava pelo princípio da imutabilidade no que compete à estrutura de classes sociais bem definidas. O conhecimento foi gerado, nessas duas formas sociais, ainda que de modo extremamente diferenciado, em ocasiões de intensa crise, perpassado por guerras, exprobração, entre outros problemas presentes nessas sociedades.

No período moderno, com o desenvolvimento das forças produtivas, é possível gerar uma grande riqueza capaz de satisfazer as necessidades da humanidade. Contudo, tem-se aqui a prioridade no valor de troca e não no valor de uso. Nas palavras de Tonet (2013, p. 30) “[...] todo o processo de produção estará voltado para criação de mercadorias e terá como finalidade última a acumulação do capital”.

As mudanças na constituição do ser humano em sujeito social implicam uma mudança de centralidade do coletivo para o sujeito, da objetividade do real para a subjetividade do sujeito singular. Temos, assim, a busca do interesse particular se sobrepondo ao coletivo, à totalidade. O conhecimento, nesse sentido, que vai passar a exigir a comprovação por meio de dados empíricos, isolar-se-á em fragmentos do real e em verdades parciais particularizadas.

Marx e Engels fundam uma ciência que, centrada na história humana, busca transformá-la: “Na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que ele encontra nesse mundo”. (MARX; ENGELS, 2009, p. 36). Talvez, por isso a existência de tantas dificuldades e de limites de interpretação e de apreensão em torno desse modo de fazer investigação científica, tantas vezes entendido de forma limitada e equivocada.

Diferente dos filósofos que o precederam e que colocam na evolução do ser sua possibilidade de quebra da alienação social, Marx (2010) coloca na consciência formada e consolidada na materialidade, na forma de desenvolvimento das forças produtivas, a real possibilidade da investigação e da transformação da história humana.

Sobre essa tematização, Araújo (2002), apoiada em Marx, indica que o desvelamento do real possui dois fundamentos ontológicos: a totalidade e a

historicidade. Aponta, ainda, que “[...] o real é uma síntese de muitos complexos, muitas mediações e relações, e para conhecê-lo é necessário considerar essa sua complexidade que compõe uma unidade, uma totalidade, uma síntese de muitos processos” (ARAÚJO, 2002, p. 3). Apreendemos, desse modo, que é essa teoria que pode nos oferecer uma maior proximidade concreta com as múltiplas determinações que se encontram no real. Isso porque o conhecimento que se pauta na teoria marxiana não perde de vista que o objeto, qualquer que seja ele, situa-se numa totalidade que o envolve e não apenas nas suas características singulares.

O método marxiano, como momento de continuidade e descontinuidade com todo o legado anterior de construção de ciência, todavia, carrega em seu cerne, como não poderia deixar de ser, a custo de ser contraditório com sua própria proposta de ciência, uma permanência histórica dos métodos anteriores.

A teoria, em Marx, é a própria noção e compreensão do mundo através da verdade contida no objeto de pesquisa, porém, sem perder de vista que esse objeto tem múltiplas determinações que recaem sobre si. Para Marx (2008), fica claro que é preciso captar o objeto em sua totalidade, e isso nada mais é que perceber o objeto inserido no todo social em que ele surge. Para ser fiel e coerente com sua proposta de construção teórica do conhecimento do mundo, é preciso que o próprio objeto, alvo da pesquisa, vá mostrando o caminho que o pesquisador deve seguir, vá moldando o pesquisador e não o inverso.

Isso, longe de ser superficial e sem rigor teórico, ou pretender uma passividade do pesquisador, requer aprofundamento teórico e rigor na investigação de modo que não se perca a finalidade a que se pretende cumprir, ainda que esse *telus* não seja a mesma finalidade planejada inicialmente. Pois,

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011, p. 25).

Assim como:

[...] o objeto não é um objeto geral, mas um objeto determinado, que foi consumido de uma certa maneira por mediação, mais uma vez, da própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetivamente e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores (MARX, 2008, p. 248).

Recorremos ao pressuposto onto-metodológico<sup>5</sup>, que parte do mais avançado para regressar à origem do objeto. Nessa relação dialética entre o mais desenvolvido e sua gênese, há uma maior aproximação com o objeto pesquisado, uma vez que o retorno ao elemento mais complexo, que guarda mais determinações, dá-se enriquecido.

Como exemplo desse recurso, consideramos o que Lukács, fundamentado em Marx, escreve: “O processo de desprendimento do estético a partir da cotidianidade mágica não pode, portanto, ser estudado aqui – filosoficamente – ainda que partindo do já esteticamente formado e procedendo para trás” (LUKÁCS, 1966, p. 265, tradução nossa).

O conhecimento que toma por base a teoria marxiana entende claramente que a construção da ciência nunca foi neutra, nem desligada da totalidade social. Sempre esteve estritamente ligada às imposições sociais de sua época histórica, é determinada e determina a vida do ser social, tendo, ainda, como base, o cotidiano concreto como alicerce de início e fim no percurso constitutivo da sua feitura.

Dessa forma,

A ontologia marxiana do ser social está fundada nessa unidade dialética materialista (plena de contradições) de lei e fato (relações e condições, naturalmente, incluídas). Aquele realiza-se apenas neste, este contém sua determinabilidade concreta e especificidade a partir das interações que se cruzam no tipo daquela que se impõe. Sem a compreensão desses entrelaçamentos, nos quais a real produção e a reprodução social da vida humana constituem sempre o momento predominante, não pode ser compreendida a economia marxiana (LUKÁCS, 2018, p. 611).

<sup>5</sup> Onto-metodológico ou o processo de pesquisa que se orienta pelo objeto e que pressupõe o processo do conhecimento como uma síntese ontológica entre objeto e sujeito em que este tem prioridade sobre aquele, é denominado aqui de método onto-materialista.



É partindo da concretude da vida e não de sua idealização que o marxismo clássico entende a formação da subjetividade e da consciência do ser social, que dialeticamente se funda na materialidade da forma de garantir a existência.

Cabe aqui, não obstante, uma ressalva cara ao marxismo: o conhecimento que se fundamenta na teoria de Marx e Engels não pode perder de vista que o objeto, qualquer que seja ele, situa-se numa sociedade de classes e que a ciência, nesse plano teórico, visa apoiar a classe trabalhadora, historicamente revolucionária, a desvelar o real. O conhecimento que toma por base a teoria marxiana entende claramente que a construção de saberes nunca foi neutra, desligada da totalidade social. Ao contrário, ela sempre esteve estritamente atrelada às imposições sociais de sua época histórica e toma o posicionamento da classe trabalhadora.

O conhecimento que se fundamenta na teoria marxista parte ainda da compreensão, como visto, que são as formas mais complexas que ajudam, em última instância, a compreender as formas menos desenvolvidas. É um conhecimento que se volta para e pela classe e, por isso, tem como elemento ontológico do ser social, o trabalho. Pois, “[...] o trabalho é condição natural da existência humana, a condição independente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza” (MARX, 2008, p. 62-63). Compreendemos que a transformação da natureza pelo ser social (o trabalho) é o elemento fundante e imprescindível para o juízo de qualquer objeto, visto ser a partir de seu surgimento que podemos compreender a relação objeto-sujeito.

É nesse sentido que, para uma pesquisa que se pretenda onto-materialista, como se pretende essa exposição, o ponto de partida, a realidade, que é também o ponto de chegada, não se limita a mostrar a concretude do objeto no cotidiano humano, mas almeja, através da abstração teórica, desvelar a aparência, quanto mais aproximada possível da realidade essencial desse objeto. Partir do movimento real do mundo humano carrega em si dificuldades de cunho metodológico, visto que será a própria realidade que irá mostrar o caminho a ser percorrido. Além disso, qualquer abstração feita, tomando a realidade como ponto de partida e chegada, se descolada da história, é infértil e falha.

Sem perdermos de vista que não se pode desprezar a história individual nem a local, podemos afirmar que a história humana é uma história universal, e quanto mais o mundo se industrializa e fortalece intercâmbio entre países, mais esse fato vem à tona e transforma os meios de produção da sociedade.

Esse fenômeno é concreto, perceptível na realidade e não apenas uma abstração metafísica. Sobre essa concepção, se pensarmos método na perspectiva positivista, como percurso que define e delimita a pesquisa, não há um método marxista de análise da realidade. Quando, entretanto, o processo investigativo considera as pistas dadas pelo próprio objeto em que este tem prioridade sobre a consciência em um movimento dialético que envolve uma síntese ontológica entre objeto e sujeito consciente, então, temos um método de pesquisa fundamentado pelo marxismo clássico, denominado por nós de onto-método.

Finalizamos esse tópico ressaltando a importância do entendimento da onto-metodologia materialista como importante construto de pesquisa e de elaboração de conhecimento, pois a própria realidade, em sua aparência, mostra, mas também camufla o real. Assim, o caminho edificado pelo marxismo clássico se mostra para nós como o mais coerente e com mais possibilidades analíticas frente à sociedade capitalista e seus limites impostos ao processo de construção de conhecimento efetivo.

### **Arte e marxismo: a imanência como método de análise estética**

Para fazermos o debate sobre o método marxista de pesquisa em arte é preciso, antes, situarmos teoricamente de qual entendimento de arte partimos. Assim, passamos a expor o entendimento lukacsiano desse complexo social.

O cotidiano é a base de todas as objetivações humanas. Em Lukács (1966), o cotidiano assume papel primordial na formação dos reflexos humanos do real. É a partir dele que construímos nossas percepções e entendimento de mundo, ou seja, nossos reflexos acerca do mundo concreto que nos circunda.

Nesse sentido, o cotidiano é peça fundamental para consecução das objetivações humanas, pois é nele que está a vida social. Portanto, o todo que compõe a vida humana, sua prática e reflexão, necessita de processos de objetivação. Para tanto, é necessário alocarmos o trabalho como ação que constitui o ser social, assim como uma forma legítima de objetivação.

O reflexo é a forma de apreensão do mundo humano através da consciência. E é o trabalho que possibilita ontologicamente essa mediação entre consciência humana e mundo concreto. Há várias formas de captação da realidade através do reflexo ou, dito de outra forma, a consciência se apropria e se relaciona com o

mundo humano por inúmeras configurações. A arte é uma delas, que difere e tem pontos de entrelaçamento, por exemplo, com a religião e com a ciência.

A arte, ainda segundo Lukács (1966), é a apropriação do real e a possibilidade, pela consciência genérica e coletiva, de dialogar com a consciência particular e individual do ser social. É o reflexo da realidade que difere, por exemplo, do reflexo da ciência, que busca alcançar a verdade do objeto na realidade social em que está inserido. O reflexo artístico tem como finalidade alcançar a humanidade posta pelo ser social, contida nesse objeto, na realidade. Se o reflexo científico tem responsabilidade com a verdade do fato, na arte, o reflexo busca desfeticizar o que encobre a verdade humano-genérica desse mesmo fato.

Na síntese científica, o reflexo transita do objeto para o sujeito, sendo o objeto o preponderante. Na arte, o reflexo transita do indivíduo coletivo para o indivíduo particular, sendo o drama mundano do ser social, o preponderante. Ela advoga, assim, uma realidade criadora humana e não apenas a verdade contida no próprio objeto, como deve fazer a ciência. É isso que Lukács (1966) denomina reflexo desantropomórfico, na ciência, e reflexo antropomórfico, na arte.

Na relação com a religião, essa busca pela elevação da subjetividade humana existe de forma correlata. Ambas, arte e religião, buscam trazer à tona a verdade humano-genérica contida na sociedade. As duas antropomorfizam o mundo social, transitam suas verdades entre seres sociais e não entre objetos e indivíduos – mesmo que, no caso da arte, haja uma objetividade concreta como solo comum. No entanto, a religião faz esse trânsito entre sujeito coletivo e sujeito individual buscando afirmar um mundo além-humano, um mundo de demiurgos, para além da realidade concreta cotidiana. Na arte, é justamente o inverso. A obra de arte autêntica fortalece a certeza de seu caráter humano-mundano, cotidiano, imanente ao próprio indivíduo. Desse modo, segundo denomina Lukács (1966), a religião é transcendente e a arte imanente.

Para que fique mais clara a diferenciação entre antropomorfização e desantropomorfização, necessitamos levar em conta que tais categorias se separam no seguinte ponto: “[...] ou parte da realidade objetiva, levando a consciência seus conteúdos, suas categorias, etc., ou tem lugar uma projeção de dentro para fora, do homem à natureza”. (LUKÁCS, 1966, p. 227, tradução nossa). Destarte, a antropomorfização se expressa no procedimento de compreensão da realidade objetiva, utilizando-se de princípios subjetivos que têm sua base na cotidianidade,

enquanto que a desantropomorfização procura entender o movimento do real, o que está fora do sujeito, distanciando-se ao máximo dos impulsos puramente subjetivos.

Ainda de acordo com o pensamento do filósofo húngaro, atenta-se para a compreensão das outras duas categorias fundamentais, a imanência e a transcendência, pois “[...] o imanentismo é uma exigência inevitável de conhecimento científico e conformação artística” (LUKÁCS, 1966, p. 26, tradução nossa), uma vez que tanto a ciência quanto a arte são complexos que se fundam na relação objeto-sujeito. O complexo da arte, dessa forma, é um exemplo primoroso da imanência humana, pois é um fenômeno social inseparável do sujeito, é um produto do desenvolvimento da sociedade que se humaniza mediante a transformação da natureza.

Temos, na arte e na ciência, o conceito de imanência, pois, na relação do objeto com o sujeito, o objeto é inseparável. Quando arte e ciência retornam ao cotidiano, ajustam-se suas propriedades imanentes, uma vez que são do gênero humano, objetivam-se para esclarecer questões ou para elevar e fazer refletir a condição humana, enriquecendo, nesse sentido, o próprio cotidiano. A diferença entre os dois complexos é que na ciência deve ser evidente a verificação, enquanto que na arte não há o compromisso de aferição, mas apenas uma intenção como ponto de partida e não como ponto de chegada na cotidianidade.

Com entendimento inicial realçado, voltamos à questão do método de pesquisa.

Florestan Fernandes, na introdução da segunda edição da obra de Marx (2008), *Contribuição à crítica da economia política*, ressalta o método marxiano como marco para fazer ciência nas ciências sociais e aponta quatro consequências mais diretas do método para a apreensão da realidade e, conseqüentemente, para a forma de fazer pesquisa: 1. A determinação histórica do objeto; 2. A possibilidade de intervenção humana na história; 3. A interdependência dos fatos sociais e 4. A existência de fatores dominantes para a construção da sociedade. Entendemos que esses quatro pontos notados ajudam a compreender de forma objetiva o percurso metodológico de qualquer pesquisa, resguardando, é claro, suas especificidades.

Dentro das especificidades da pesquisa em estética, entendemos que Lukács (1966) e Vigotski (2001), cada um a seu modo, nos ajudam a delinear o método de forma mais concreta para a construção do percurso metodológico.

Para Lukács (1966), todo artista, ao criar sua obra, toma posição mesmo que não tenha consciência disso. Suas ferramentas se centram no realismo como método de delinear o caminho a seguir na análise de uma obra de arte. Esclarecendo que, para a estética marxista, o realismo não se confunde com a escola literária, nem com período de história da arte. Antes, é a possibilidade de captar o mundo humano contido na obra artística que deve se desprender o máximo que puder da subjetividade do criador e revelar o mundo humano-mundano, seus dramas e suas buscas, não com fidelidade utópica à realidade, mas esteticamente refigurando essa mesma realidade sem negar, no entanto, os problemas sociais e concretos presentes na sociedade.

O realismo em Marx e Engels tinha como pressuposto a não-interferência das opiniões subjetivas do autor. No momento da criação artística, segundo eles, o verdadeiro artista era aquele que se entregava ao movimento necessário das situações e dos personagens. Só assim ele poderia reproduzir artisticamente a realidade. A interferência subjetiva, a projeção dos valores e convicções pessoais do artista na obra, ao contrário, frustram a intenção realista e fazem a obra fracassar (FREDERICO, 1997, p. 24).

Tendo sempre a obra em si como objeto de análise, visto ser ela capaz de dar as respostas objetivas das determinações sofridas pela realidade concreta, é a análise do objeto pelo próprio objeto que possibilita uma maior clareza na sua apreciação.

Vigotski, em seu livro *Psicologia da arte*, destaca que está buscando definir um método de pesquisa fundamentado no marxismo para os estudos da psicologia da arte. Para ele, toda análise de cunho estético deve, como meio de não fugir à concretude da realidade, centrar seus esforços na obra, não no artista ou no receptor, mas na criação estética. Nas palavras de Vigotski (2001, p. 3),

Com Hennequin, consideramos a obra de arte como um “conjunto de signos estéticos, destinados a suscitar emoções nas pessoas”, e com base na análise desses signos tentamos recriar as emoções que lhes correspondem. Contudo a diferença entre o nosso método e o estopsicológico consiste em que não interpretamos esses signos como manifestação da organização espiritual do autor ou dos seus leitores. Não concluímos partindo da arte para a psicologia do autor ou dos seus leitores, pois sabemos que não se pode fazê-lo com base na interpretação dos signos. Tentamos estudar a psicologia pura e impessoal da arte sem relacioná-la com o autor e o leitor, pesquisando apenas a forma e o material da arte.

Entendemos que esses dois autores, por vias específicas, aproximam-se da definição de método para o estudo em arte: é a obra que determina o caminho a seguir, nunca o receptor, tampouco o autor. Destacamos, no entanto, que isso não significa que esses dois pólos de criação artística não podem ser levados em conta. Eles devem, inclusive, enriquecer a análise da pesquisa, entretanto, não são eles que determinam a efetividade do estudo e seus desvelamentos da realidade concreta.

Ressaltamos, ainda, a interferência do tempo histórico e da forma de produção social de determinada época como modo de intervenção direta na obra de arte. O artista cria dentro de uma gama de construtos sociais que interferem na sua subjetividade humana enquanto indivíduo e na subjetividade coletiva de toda a humanidade. É a produção da vida material que determina em primeira instância a formação da consciência da humanidade. Uma vez que:

Não existe uma “maestria” separada e independente de condições históricas, sociais e pessoais adversas a uma rica, vívida e ampla reprodução da realidade objetiva. A negatividade social dos pressupostos e das condições exteriores da criação artística exerce necessariamente uma ação deformadora sobre as formas essenciais da representação (LUKÁCS, 2010, p. 159).

77

Por isso, a necessidade ao estudar uma obra de arte apesar de partir da imanência de si mesma, de sua concreção consolidada, ter também como meio de materializar o que está expresso nela, a realidade social em que foi criada. O confronto com a práxis objetiva é que garante a autenticidade da obra na sua forma mais elevada de criação humano-genérica ou em forma de simples entretenimento. É o que nos atesta, Lukács (2010, p. 161-162) no seu texto, *Narrar ou descrever?*

*Uma discussão sobre naturalismo e formalismo:*

As palavras dos homens, seus pensamentos e sentimentos puramente subjetivos, revelam-se verdadeiros ou não verdadeiros, sinceros ou insinceros, grandes ou limitados, quando se traduzem na prática, ou seja, quando as ações dos homens os confirmam ou os desmentem no contato com a realidade. Só a *práxis* humana pode expressar concretamente a essência do homem. Quem é forte? Quem é bom? Perguntas como estas são respondidas somente pela *práxis* [...] É apenas através da *práxis* que os homens adquirem interesse uns para os outros e se tornam dignos de ser tomados como objeto da representação literária. A prova que confirma os traços importantes do caráter do homem ou evidencia o seu fracasso não pode encontrar outra expressão que não os atos, os comportamentos, a *práxis*.

Poderíamos citar diferentes exemplos artísticos em distintos tempos históricos. Na literatura, Engels afirmou que conheceu muito mais a história da sociedade francesa nos escritos de Balzac do que em considerações de especialistas e ponderou, a respeito de sua obra, que “[...] sua sátira nunca é tão aguda, nem a sua ironia é mais amarga, como quando faz agir os homens que mais o atraem: os aristocratas” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69). Balzac primava o universo aristocrata, não obstante, discorria como ninguém sobre a problemática humana.

Recentemente, o fotógrafo Sebastião Salgado doou 16 painéis ao Supremo Tribunal Federal (STF) avaliados em R\$ 3 milhões. As fotos fazem parte da exposição *Amazônia* e foram disponibilizadas ao acervo do Supremo Tribunal Federal pelo fotógrafo e sua esposa Lélia Wanik Salgado, que também é curadora da mostra. Ao comentar a exposição, Salgado classificou o “Supremo como a principal casa da Ética do país”.<sup>6</sup>

A mais alta instância do poder judiciário brasileiro, a qual vem compondo uma imagem negativa diante da não punição de escândalos relacionados à corrupção do país, recebe do fotógrafo não um elogio, mas o título do que se esperaria face a face da justiça. A obra, contudo, rechaça o entendimento trivial a partir da visão política do criador. Todavia, pensamos que deve ser levada em conta, como é o caso de Balzac, Salgado e muitos outros grandes nomes das artes, a preservação da inteireza humana expressa na obra.

Pensando no cinema, podemos citar o cineasta francês François Truffaut, realizador de 21 longas-metragens e um dos fundadores da *Nouvelle Vague*. Truffaut se colocava completamente avesso a que o cinema se centrasse em outra coisa senão a integridade da obra, mesmo que isso significasse um afastamento político dos debates sociais. Sempre colocava que seus filmes não se preocupavam em debater a realidade social, mas que, antes, se centravam nos personagens. Em entrevistas, defendeu que, querendo ou não, o realizador iria refletir a realidade na qual estava inserido, se forçasse isso, no entanto, o filme perderia sua identidade e sua relação realista com o mundo. Para Truffaut (*apud* GILLAIN 1990, p. 116),

Os grandes problemas de nossa época? Não tenho respostas para eles; pessoas muito mais inteligentes, cultas e competentes do que eu quebram a cabeça pensando a esse respeito e não chegam a nada, como pode você querer justamente que eu os aborde? Só falo do que conheço ou acredito conhecer.

<sup>6</sup> Matéria disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/02/galeria\\_de\\_imagens/612513-mostra-de-fotos-de-sebastiao-salgado-e-inaugurada-no-salao-do-stf.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/02/galeria_de_imagens/612513-mostra-de-fotos-de-sebastiao-salgado-e-inaugurada-no-salao-do-stf.html)> Acesso em 22 de outubro de 2020.

Esse mesmo realizador, avesso aos problemas sociais de sua época, nos presenteia com filmes como: *Os incompreendidos* (1959), *Na idade da Inocência* (1976), entre outros. Reforça-se, assim, a defesa de que é a obra que deve ser submetida à análise crítica e não a intenção de seu autor ou, mesmo, as sensações colhidas pelo receptor. Esses dois pontos podem e devem ser levados em consideração ao se debruçar criticamente sobre um objeto artístico, mas ele, o objeto estético, é quem deve responder por si mesmo, quando confrontado com a realidade, se tem força humanizadora e se carrega em si a genericidade humana.

Desse modo, a forma de definição de uma arte que cumpra efetivamente sua função social de maneira a proporcionar catarse e, em vista disso, contribuir com a formação da consciência humano-genérica da humanidade é confrontar com a realidade o quanto de humanidade ela carrega. A obra autêntica traz à tona a humanidade e suas múltiplas determinações em suas complexidades sociais e afetivas. Ela expõe esteticamente os limites, as possibilidades e as necessidade do devir humano e, ademais, a sua concretude.

A maneira como essa humanidade será tratada na obra, a configuração escolhida pelo artista para corporificar essa essência humana do ser social, tem ligação direta com o que se quer retratar. Caracteriza, portanto, uma unidade dialética interdependente entre forma e conteúdo, sendo o conteúdo, em última instância, o preponderante para consolidação da criação estética, pois é o conteúdo vital que chama a sua conformação.

A representação do ser social na obra deve revelar a humanidade, ainda que em potência, que todo indivíduo tem em si. Mesmo que mostre o distanciamento entre a concretude da prática social vigente e a desumanidade imposta à sociedade pelo sistema capitalista, ainda que só aponte como dever humano a emancipação da sociedade, é função de toda grande obra confrontar o sujeito humano consigo mesmo, com seus medos, com seus limites. Em uma expressão: com sua humanidade.

Se não revelam traços humanos essenciais, se não expressam as relações orgânicas entre os homens e os acontecimentos, entre os homens e o mundo exterior, as coisas, as forças naturais e as instituições sociais, até mesmo as aventuras mais extraordinárias tornam-se vazias e destituídas de conteúdo. É necessário não esquecer que, na realidade, toda ação – ainda que não revele traços humanos típicos e essenciais – contém sempre em si o esquema



abstrato (embora deformado e esmaecido) da *práxis* humana. É por isso que exposições esquemáticas de ações de aventuras nas quais aparecem apenas sombras humanas podem, apesar disso, despertar transitoriamente certo interesse (LUKÁCS, 2010, p. 162).

Nesse sentido, faz-se necessária uma análise imanente da produção estética por ela mesma e não dentro do subjetivismo do avaliador. Como, em arte, a relação objeto-sujeito é extremamente interligada e mutuamente dependente, visto que não existe obra sem criador, ou mesmo, sem receptor. Afinal, é na relação entre receptor e obra que se consolida efetivamente a existência estética de uma criação, se faz tão necessário o confronto da produção estética com a realidade concreta de determinada época, com seu *hic et nunc*.

Dessa maneira, corre-se menos riscos de ponderações estéticas pautadas em gostos individuais, geralmente fetichizadas pela objetividade histórica, em subjetivismos que dificultam a arte cumprir sua função social do registro da auto consciência humano-genérica e inviabilizam o surgimento, já tão difícil e complexo, de artes autênticas dentro do seio da sociedade capitalista.

A arte pode servir de bússola e de criação de novas necessidades subjetivas na consciência humana, ela pode ajudar a potencializar e consolidar abstrações vindas da realidade concreta e imposta pela força produtiva da época, “[...] a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende completamente da riqueza das suas relações reais” (MARX; ENGELS, 2009, p. 55). Por isso, a importância de apreciações estéticas que ajudem a tirar o fetiche contido em obras de artes criadas no sistema capitalista que pouco ou nada contribuem com a emancipação humana.

Entendemos que, seguindo o método marxiano de exame da realidade, podemos empreender, dentro dos limites da sociedade capitalista, uma análise estética efetivamente crítica com condições objetivas de avaliação das linguagens da arte que se colocam de forma avançada e autêntica nos nossos tempos. Enfatizamos, por fim, o caráter inconcluso dessa exposição, visto ser a ciência campo de construção e de busca pelo novo constantemente. Apesar de nossa inteireza na entrega, entendemos que todas as problemáticas humanas encontram solução e verificação na prática humana. Assim, é no confronto do que, aqui, foi construído com a realidade concreta objetiva que podemos apurar a veracidade do que foi debatido.

## Notas conclusivas

Com o propósito de alcançar uma pesquisa a mais rigorosa possível, pois, para o marxismo clássico, o que a investigação científica pode buscar é uma maior aproximação com a realidade, optamos por realizar um estudo teórico-bibliográfico, fundamentado no materialismo histórico-dialético em seu plano onto-metodológico e, particularmente, na compreensão do legado marxiano que traz como fundamento o trabalho e, nesse sentido, a partir desse complexo, a transformação do objeto e do próprio sujeito.

O ser social, sendo capaz de produzir o novo, pode compreender um determinado objeto a partir do real tendo a compreensão da totalidade imersa na historicidade. O complexo da arte, por ser imanente e antropomórfico, pois depende dos homens e das mulheres e das contradições sociais existentes em seu entorno para que possa ser existência e propagação, é forte ferramenta de humanização e de contraponto entre o ser social, a sociedade e a si mesmo. A criação artística tem a força de trazer à tona a genericidade humana, ainda que seja denunciando sua fetichização e a negação imposta pela sociedade do capital.

No capitalismo contemporâneo, por forte influência do pensamento pós-moderno, a arte se encontra cada vez mais envolta por um subjetivismo que reduz a obra artística a sentimentos individualistas ou a puro entretenimento esvaziado de contestação do cotidiano fragmentado e, por vezes, alienado. Produções estéticas que nada ou pouco contribuem com a elevação da auto consciência humano-genérica do fruidor da obra.

Dentro desse acirramento das forças produtivas e da negação da vida humana, a arte, como não poderia deixar de ser, pois faz parte da totalidade da vida social, se esfacela e se perde de sua função social, qual seja: registrar a auto consciência humano-genérica do ser social.

Analisar e fruir a criação estética tendo como aparato primordial sua imanência pode possibilitar a exposição da utilização da arte como ferramenta de repasse de ideologia da classe dominante e sua redução a dispositivo ideológico de contenção social utilizada pelo Estado para reificar a consciência social coletiva. Por outro lado, pode também desvelar obras de artes autênticas que estejam inviabilizadas e marginalizadas socialmente, visto sua carga política e seu potencial de mediar e ajudar a formar auto consciências sabedoras de si e do seu entorno.

Sabemos que o primado ontológico da transformação da sociedade do capital para a emancipação humana é o trabalho. No entanto, não podemos perder de vista que a arte cumpre papel indispensável no registro da autoconsciência social e individual do ser social, podendo contribuir para sua elevação humana. A imanência da obra de arte é o que carrega a comprovação da humanidade-mundana social coletiva.

## Referências

ARAÚJO, L. B. C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. In: **25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED - Educação, Manifestos e Utopias**, Caxambu - MG. Anais 2002 - 25 anos, 2002. vol. único. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/lianabritoaraujot09.rtf>> Acesso em: 16 Mar. 2019.

FREDERICO, C. **Lukács - um clássico do século XX**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

GILLAIN, A. (Org). **O cinema segundo François Truffaut**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

GULLAR, F. **Vanguarda e subdesenvolvimento: ensaios sobre arte**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira S/A, 1978.

LUKÁCS, G. **Estética 1: La Peculiaridad de lo estético**. v.1. Barcelona: Ediciones Grijalbo, S.A, 1966.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács**, v. 13. Tradução de Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

**NA IDADE da inocência**. Direção: François Truffaut. Direção de fotografia: Henri Decaë. França: Versátil,1959.

**OS INCOMPREENSÍVEIS**. Direção: François Truffaut. Direção de fotografia: Henri Decaë. França: Versátil,1959.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TONET, I. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

## Arte, política, fé cristã, poesia: um diálogo para questionar fronteiras

Isabella Pichiguelli<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-5001-5313

**Resumo:** Na sociedade brasileira atual, a religião cristã está no cerne de pautas políticas artísticas-culturais que demarcam divisas e disputas, articuladas midiaticamente. O objetivo deste texto é questionar a constituição desses limites. Para tanto, tomo como premissa a concepção de poesia como essência da arte, buscando pelos pontos de contatos e/ou atritos entre as expressões poéticas e o cristianismo. Como método, utilizo o ensaio, tendo como principais referências Rubem Alves e Adélia Prado, uma vez que suas vidas e obras têm como ponto de partida a religiosidade cristã. O diálogo é feito, ainda, com Paz, Heidegger, Benjamin e Lotman. As principais considerações aqui realizadas apontam para uma série de associações entre poesia e fé cristã, as quais não admitem dogmatismos, tampouco interditos temáticos – o que se contrapõe, portanto, às evocações limitantes, em voga na esfera pública.

84

**Palavras-chave:** Cristianismo. Arte e Cultura. Poesia. Política.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (Uniso). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Narrativas Midiáticas (NAMI/Uniso/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Mídia, Religião e Cultura (MIRE/Intercom).

**Abstract:** In today's Brazilian society, the Christian religion is at the center of artistic-cultural political schedules that demarcate divisions and disputes, articulated mediatically. The aim of this text is to question the constitution of these limits. Therefore, I take as a premise the conception of poetry as the essence of art, searching for the points of contact and/or friction between poetic expressions and Christianity. As a method, I used the essay, having as main references Rubem Alves and Adélia Prado, since their lives and works have as their starting point the Christian religiosity. The dialogue is also made with Paz, Heidegger, Benjamin and Lotman. The main considerations made here point to a series of associations between poetry and Christian faith, which do not admit dogmatism, nor thematic prohibitions – which is opposed, therefore, to the limiting evocations, in vogue in the public sphere.

**Keywords:** Christianity. Art and Culture. Poetry. Politics.

**Resumen:** En la sociedad brasileña actual, la religión cristiana está en el centro de las directrices políticas artístico-culturales que delimitan fronteras y disputas, articuladas en los medios de comunicación. El propósito de este texto es cuestionar la constitución de estos límites. Para ello, tomo como premisa la concepción de la poesía como esencia del arte, buscando puntos de contacto y/o fricción entre las expresiones poéticas y el cristianismo. Como método utilizo el ensayo, teniendo como referentes principales a Rubem Alves y Adélia Prado, ya que sus vidas y obras tienen como punto de partida la religiosidad cristiana. El diálogo también se hace con Paz, Heidegger, Benjamin y Lotman. Las principales consideraciones aquí realizadas apuntan a una serie de asociaciones entre poesía y fe cristiana, que no admiten dogmatismos, ni interdicciones temáticas -lo que se contrapone, por tanto, a las evocaciones limitantes, en boga en el ámbito público.

**Palabras clave:** cristianismo. Arte y Cultura. Poesía. Política.

## Introdução

Esse ensaio tem como objetivo questionar a constituição de divisas e disputas que envolvem a religião cristã e pautas políticas artísticas-culturais, articuladas midiaticamente na sociedade brasileira. Para tanto, utilizo como principais interlocutores o poeta Rubem Alves, que tem como berço a fé cristã de vertente protestante (evangélica), tendo sido pastor de Igreja Presbiteriana; e a poetisa Adélia Prado, publicamente cristã, pela vertente católica.

Especificamente, opto por estruturar o ensaio a partir de uma conversa em que Rubem Alves e Adélia Prado falam sobre poesia e as ligações com a fé cristã, ocorrida em 23 de novembro de 1990, em programa gravado pela RTV Unicamp (RESENDE, 2017). Tal opção tem intuito formal, e não de análise de produto midiático, como será pontuado mais à frente.

A escolha por tecer este ensaio a partir dos apontamentos surgidos na conversa entre Adélia Prado e Rubem Alves não se dá por uma maciça presença midiática ou por uma reconhecida influência dos autores no atual contexto político, mas justamente por partirem da experiência da fé cristã e da poesia. É uma escolha baseada, nesse sentido, nos estudos da Compreensão, que consideram relevantes e importantes os diversos saberes da experiência humana, não apenas aqueles advindos do fazer acadêmico oficial (KÜNSCH et al., 2017).

Exatamente por isso, proponho o ensaio como método – já que nele cabe formular perguntas, sínteses e antíteses, sem necessariamente ter de confirmar ou refutar uma hipótese inicial, mas podendo gerar novas teses (SILVA, 2013). O ensaio é, ainda, caminho propício para superar a divisão entre o fazer científico e o artístico; fragmentação que destrói o campo político enquanto conhecimento compartilhado, elaborado a partir da e para a vida social: “A política é o campo concreto de inter-relações humanas no qual ciência e arte (objetividade e subjetividade) se sobrepõem uma à outra a fim de produzir conhecimento concreto, intersubjetivo” (FLUSSER, 1982, p. 3).

Já a atenção voltada à poesia se dá pelo fato de que, tendo em vista que as referidas divisas e disputas intentam limites sobre o artístico – tomo como premissa a ideia de que a poesia é a essência da arte: “[...] limiar de toda experiência artística em geral por ser, antes de tudo, o limiar da experiência pensante: um poieín, como um producir” [...] (NUNES, 1986, p. 261).



A inquietação para este texto tem como origem uma pesquisa anterior, em que observei fenômenos midiáticos nos quais a relação entre arte e evangélicos no Brasil é perpassada por conflitos e oposições (PICHIGUELLI, 2019b). Tais contendas têm fundo em um pensamento dualista que opera com separações tais como igreja x mundo, sagrado x profano, presente não só na expressão evangélica, mas nas diversas vertentes do cristianismo (CUNHA, 2017). Recentemente, no Brasil, tal pensamento colaborou para a conflagração do que Dutra e Pessôa (2021) identificam como guerra cultural – em torno da qual se constituiu base de apoio (primeiramente) para a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018.

Essa guerra cultural<sup>2</sup>, que permanece acionada para angariar apoio à presidência bolsonarista, tem na defesa de uma moralidade/identidade cristã o seu ponto central, expressando-se na luta por interditos à sociedade nos mais diversos campos, como nas mídias e nas produções artísticas-culturais (DUTRA; PESSÔA, 2021) – o que aqui interessa.

A intenção neste ensaio é justamente questionar a instituição desses interditos, e questionar pelo caminho da busca do que pode aplacar tal constituição, especialmente a partir do campo artístico-cultural, pois da arte dependemos para perceber o que está ao nosso redor, conforme Vilém Flusser (2001, p. 10): “Trata-se da elaboração e da comunicação de modelos para nossas experiências concretas do mundo”. Nessa direção, entendo que não só o que está posto precisa ser observado, como também é papel da ciência investigar o que se ausenta (por invisibilidade) das mediações sociais.

Já se sabe, também, de antemão, que há convergências entre a experiência religiosa e a poesia, entre as quais estão os processos de vinculação com o sagrado e entre seres humanos; e de transformação, pela produção de novos sentidos (PICHIGUELLI; SILVA, 2017). Pergunto, pois: se passo a observar uma religião em específico (neste caso, a cristã), as convergências entre poesia e experiência religiosa somem? Quais valorações sobre poesia surgem a partir de um diálogo com a fé cristã? Se fronteiras surgem quando o cristianismo está envolvido em pautas políticas artísticas-culturais, surgem também essas fronteiras sempre que se aproximam as noções advindas da poesia (enquanto fazer artístico) e do cristianismo?

---

<sup>2</sup> É importante frisar que tal guerra cultural possui adeptos nas diversas vertentes do cristianismo, inclusive no catolicismo de Adélia Prado e no presbiterianismo, berço de Rubem Alves.

## Arranjo para os desarranjos por vir

Como predito, estruturarei este texto a partir da referida conversa entre Rubem Alves e Adélia Prado. Tal organização possui dois objetivos: estabelecer o acesso a tal conversa enquanto referencial bibliográfico disponível à comunidade científica (KÜNSCH et al., 2017); e criar o efeito estético do diálogo – já que se trata de um bate-papo – o que é propício ao ensaio como método (SILVA, 2013).

Seguirei a ordem dos assuntos abordados pelos poetas, entremeando seus pensamentos com inquietações, dúvidas e reflexões. Os tópicos serão divididos, assim, pelas sequências temáticas que surgiram no bate-papo. Tal qual aprendiz atenta aos cozinheiros, acompanharei ingrediente a ingrediente trazidos por eles, sem receita às mãos.

Ressalto que os comentários que farei não pretendem explicar e/ou analisar as palavras ditas por Rubem Alves e Adélia Prado, mas vinculá-las à teia de noções sobre fé cristã e poesia. Serão aqui realizadas associações, e não explicações. Cabe reforçar que as falas dos poetas não serão aqui colocadas enquanto objeto de estudo ou recorte de análise, mas como referências teóricas, enquanto pontos de partida para o diálogo com outros autores.

Nesse percurso, ainda, não limparei as marcas de oralidade, como reticências, *nés*, *tás* ou reformulações de frases. Destacarei, também, com uso do itálico, falas que chamaram atenção durante a transcrição do bate-papo, que falam por si mesmas ou indicam direções a seguir em outros trabalhos por vir.

Esclareço, também, que os cortes promovidos nas falas dos poetas se dão apenas por limitação de espaço. Foram excluídos os trechos que se repetem e/ou não comprometem as declarações sobre poesia e fé cristã. Busquei, assim, realizar o mínimo de cortes possível, pois entendo ser o mais coerente com a perspectiva usada como guia para este ensaio.

Feitas essas observações, que se inicie o diálogo!

## Poesia e experiência

Rubem Alves, poeta, psicanalista, teólogo e educador, foi também Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição que proporcionou, por meio de sua infraestrutura, a gravação do programa que ele, na condição de apresentador, abriu assim:

**Rubem:** Poesia. A gente vai falar sobre uma coisa que é completamente *inútil*. [...] a beleza da poesia é que a poesia não tem a ver com aquilo que está acontecendo no momento, mas tem a ver com aquilo que acontece sempre dentro da alma da gente. Quando a gente vê a poesia, a gente volta às origens *da própria alma, às origens do próprio corpo*. Na poesia a gente tá lidando com a verdade da gente. [...] A gente vai conversar com Adélia Prado, poetisa mineira, lá de Divinópolis, que sabe sobre essas coisas. Pois é, Adélia, eu queria começar fazendo uma pergunta. Pra você, o que é a experiência poética?

**Adélia:** Pra mim, a experiência poética... quer dizer, tô falando isso a partir já... quer dizer, agora, depois de que fiz oito livros [...]. Hoje eu descobro que aquilo que eu estava experimentando e sentindo era de natureza poética, eu só sabia assim, eu chamava aquilo de *bondade* [...]. Hoje eu sei que eu estava experimentando realmente um ser. A experiência de natureza poética é a *experimentação do ser*. E isso se confunde... é coisa que também eu liguei mais tarde... *se confunde com a experiência de natureza religiosa*. Então, o experimento da poesia é um experimento religioso, *por causa de ser o experimento do ser. A poesia me revela o ser*. É a coisa mais... vamos dizer mais abrangente que eu sou capaz de falar sobre a poesia. É isso.

A primeira relação que surge é com Heidegger (2002, p. 35), pois para o autor, a obra de arte promove “a patenteação originária do ente no seu ser – o estar a acontecer da verdade”. Na perspectiva heideggeriana, esta patenteação originária está ligada ao ato de nomear<sup>3</sup>, pois é nesse processo que um ente aparece enquanto tal, ou seja, vem a ser. Trata-se de uma fundação, de uma criação, e justamente por esse motivo, Heidegger (2002, p. 81) afirma que: “Não se pode nunca comprovar e deduzir a verdade que se torna originariamente patente na obra a partir do que tem valido até agora. O que tem valido até agora é, por meio da obra, desmentido no que diz respeito à sua realidade efectiva exclusiva”<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Prefiro dizer “está ligada”, no lugar de “dá-se pelo processo de nomear”, por entender que este ato criativo não é restrito à língua (oral ou escrita).

<sup>4</sup> Considero necessário pontuar que Heidegger escreveu *A Origem da Obra de Arte*, de onde provêm as citações ao autor nesse artigo, entre 1935 e 1936. Após, portanto, o ano de 1934, quando se afastou do partido nazista, ao qual prestou serviços como reitor da Universidade de Friburgo (NUNES, 1986). Ainda assim, não é possível ignorar que as reflexões de *A Origem da*

Ressalto, dessa primeira ligação, a identificação da poesia (obra de arte) como um meio de percepção que desestabiliza visões de mundo até então vigentes. Desse destaque, a partir da fala de Adélia Prado, passo à palavra *experiência* – de natureza poética, experimento do ser – que me instiga por lembrar que Benjamin (1989) contrapõe a experiência (sob o termo *Erfahrung*) à vivência (sob o termo *Elerbnis*), a partir de uma correspondente oposição freudiana entre memória e trauma. Ora, se o trauma, como Benjamin (1989) aponta a partir de Freud, interdita o acesso à linguagem, será possível dizer que a experiência benjaminiana é sempre poética, uma vez que *o ser é palavra*, como dirá Adélia a seguir?

**Rubem:** Adélia, você fez esse comentário sobre a experiência da bondade, há um texto seu [...], acho que você estava meditando sobre a morte do seu pai, a ausência do seu pai... E depois você disse que fez um verso e de repente *descobriu* que o verso tinha o poder de ressuscitar a presença dele... O poder da palavra [...] Essa experiência da bondade tá relacionada com a experiência da palavra... Que no seu pensamento parece estar ligado à poesia...

**Adélia:** É, exatamente... Primeiro que *tudo é palavra, né?* Qualquer forma de expressão humana... *O ser é palavra*, aí no caso [...] e essa palavra, no caso da poesia, ela tem um signo verbal, do som, da grafia, etc. [...] Mas quando você tem, por exemplo, a memória de uma coisa que te faz falta, né [...] uma saudade tão... Tão violenta que ela se confunde com uma fome, né, uma fome absoluta, e você é capaz de *resgatar aquilo na palavra*... Então você descansa, você fala: ai, graças a Deus, a pessoa morreu, [...] mas ele está presente aqui, e de forma *muito mais perene, porque a palavra aí no caso ela fica imortal, se ela é realmente uma palavra poética... Então ela fica perene, fresca, imortal*... Então você fala: que bom! Aí eu não perdi nada... Porque há o resgate [...] (BATE-PAPO, 2017).

A possível associação entre a experiência benjaminiana e a experiência poética interessa à medida que permitiria aprofundar não somente as relações entre tempo e poesia – uma vez que já se sabe que há uma ruptura necessária com o tempo midiaticizado, de muitos excessos e acelerações, que pode ser operada pelo poético, bem como pode fazer com que o poético emerja (SILVA; HERGESEL; PICHIGUELLI, 2020) –; mas também apontar as relações entre a própria vida (que se organiza a partir de percepções temporais) e a poesia.

Dessa forma, a experiência benjaminiana poderia falar mais a respeito do caráter desse poético e das possibilidades de compreensão do que seja uma ruptura

---

*Obra de Arte* possuem raízes no clássico *Ser e Tempo*, publicado por Heidegger em 1927, antes de sua filiação nazista em 1933. Sem correr o risco de tirar conclusões apressadas ou categóricas, é importante indicar que sua adesão a bandeiras políticas totalitaristas é, frente aos seus escritos, intrigante, para dizer o mínimo.

temporal, já que para o autor, a experiência (*Erfahrung*) não tem somente ligação com o estar-presente no tempo presente, mas também com o passado, com a rememoração (BENJAMIN, 1989).

Rememoro, nesse ínterim, que Adélia fala sobre uma palavra fresca, perene e imortal – uma subversão do tempo – o que também remete à impossibilidade do desgaste na poesia. Por isso, retorno a Heidegger (2002, p. 46): “[...] o poeta usa a palavra, não, porém, como têm de gastá-la aqueles que habitualmente falam e escrevem, mas de tal modo que a palavra só então se torna verdadeiramente palavra e permanece, de forma essencial, a ser palavra”. A partir dessa concepção, é possível pensar que a palavra que se livra do desgaste, capaz de subverter temporalidades, é aquela capaz de resgatar a si mesma da habitualidade e, por isso mesmo, resgatar a nós e a nossos mundos do que é habitual.

Rememorar, para Benjamin (1989), não é apenas lembrar, mera manutenção do que é habitual, mas é dar novos sentidos a algo a partir do presente. Diante dessas costuras, é possível compreender a experiência poética, mais que um evento, enquanto um modo de estar no mundo, (re)fundando e (re) criando saberes que não se desgastam – que não nos são oferecidos como produtos prontos e à venda para consumo –, posto que os geramos, os concebemos a partir de gestações, em outras palavras: a partir de um estar que, na duração de um espaço-tempo, coloca em relações não hierárquicas passado, presente e futuro.

## Poesia e busca cotidiana

Outro pensamento que conjecturo, retomando a ideia heideggeriana, é que a poesia, talvez, deixe a palavra ser essencialmente palavra porque só nela a palavra escape do nosso domínio: “Muito há no ente que o homem não consegue dominar. O conhecido continua a ser algo de aproximado e o dominado algo de inseguro” (HEIDEGGER, 2002, p. 52).

Esse escape, o indominável, parece se relacionar a uma falta e a uma fome provocada pela poesia, que leva a uma busca contínua. Assim também aparece no papo entre os poetas:

**Rubem:** Mas aí tem outro elemento interessante que é o seguinte [...] essa recuperação do perdido, que é também a... Essa é a razão porque a gente nunca se cansa de ler um texto poético. [...] é como um beijo, é como tomar um copo de vinho, você quer repetir sempre... Mas [...] é uma

coisa curiosa, porque me parece que é uma experiência de bondade, de alegria, mas que ela vem sempre misturada com uma certa pitadinha de tristeza, não é não? [...] Porque essa experiência de recuperação é a recuperação de uma coisa perdida... [...] É a volta ao ser, é a descoberta de que nós somos essencialmente saudade... Descobrir a nossa beleza, descobrir a nossa felicidade, é descobrir essa nostalgia por uma coisa que se perdeu e viver na espera do reencontro...

**Adélia:** [...] É isso mesmo... Porque você resgata... mas a sua fome ela é absoluta... É aquele Santo Agostinho de novo... você fala, fala... E... você ama, ama... Você beija, beija... Mas você quer alguma coisa eterna, que sacie [...] A arte... [...] Qualquer forma de arte, você tem realmente algo do eterno, mas algo dele, e não ele na sua plenitude. Você não se cansa, porque você não se sacia também. Então é uma fome, mas é uma fome infinita...

**Rubem:** [...] Que a gente não quer que fique saciada...

**Adélia:** Que a gente não quer que fique, pra de novo, comer aquilo de novo... Deus deve ser uma coisa assim... É uma plenitude que não me sacia, porque a sensação de saciedade... Pelo menos, essa saciedade grosseira que a gente tem não é uma coisa boa. A gente quer sempre um tiquinho de fome [...] (BATE-PAPO, 2017).

A fome leva os poetas a mencionarem o agente erótico da poesia, o que me leva à (re)visão de que, no erotismo, que busca “sensibilizar-sensorializar” por um “texto-corpo, construído através de sinuosidades, jogos de esconder, jogos de explicitar” (SILVA, 2009, p. 44), atuam decisivamente estes jogos, justamente por impedirem o domínio sobre algo que se toma como completo e finalizado (como, por exemplo, os dogmas religiosos intentam fazer com concepções de mundo).

Esses jogos de esconder-explicitar, pois, obstam a autocracia. E promovem, no mesmo ato, uma busca contínua pelo não dominado:

**Rubem:** Agora deixa eu fazer uma pergunta, já que você falou disso aí... Fazer uma conexão com um elemento que eu acho muito importante na sua poesia que é o elemento erótico... [...] O desejo do amante não é ter uma experiência sexual que seja a satisfação completa... [...] A felicidade não é estar com a barriga cheia e engordar... A felicidade é estar com fome...

**Adélia:** “Quarenta anos! Não quero a faca nem o queijo, quero a fome”. A fome... A fome é maravilhosa [...].

**Rubem:** Então você diria que uma das [...] coisas que a poesia faz é exatamente restaurar a nossa fome permanente...

**Adélia:** Isso... Lembrar que existe uma fome... Lembrar que existe uma comida de outra natureza... Para a qual a minha alma foi criada (BATE-PAPO, 2017).

Curiosamente, é a partir da reflexão sobre o erotismo que Rubem Alves e Adélia Prado começam a comentar mais extensamente sobre as proximidades entre poesia e cristianismo:

**Rubem:** Mas agora você veja [...] Na tradição espiritual cristã, essa comida de outra natureza tava sempre associada com uma espécie de comida de outro mundo [...] mas pra você essa comida de outro mundo não é comida de outro mundo... O seu de outro mundo é desse mundo, não é não?

**Adélia:** Exatamente... Porque pra mim a experiência... Pelo menos, o meu desejo é assim... que Deus se inscreva... Ele está inscrito primeiro em mim e depois na sua própria criação [...]. Quando eu falo que eu aspiro [...] pelo Reino de Deus, [...] eu aspiro pelo Reino na sua completude, mas o que eu sei é que ele já está aqui e que eu já posso viver o Reino. Aquilo que a gente tava conversando ontem a respeito da falta de coragem de ser feliz... é exatamente uma incapacidade de já viver o Reino aqui... Porque Deus é fora do tempo, mas Ele está inscrito no tempo, então eu já posso começar a ser feliz. Essa é uma grande aventura, é uma das maiores dificuldades que a gente tem, mas eu acho que é uma das propostas fantásticas que a poesia permite realizar (BATE-PAPO, 2017).

Da conversa sobre um outro mundo desse mundo, rememoro que tanto fé cristã quanto poesia tomam rumo, paralelamente, em direção ao plano da imanência, da cotidianidade, ou ainda, à esfera da transparência.

Transparência, em Leonardo Boff (1992), é termo para falar de uma singularidade do cristianismo, no qual não há distinção entre transcendência e imanência, mas sim uma transcendência dentro da imanência, que parte do cotidiano. Já para Florence Dravet (2014), a transparência está ligada à capacidade da poesia de acessar a realidade das coisas como são, não por suas aparências, que são as representações de mundo que já nos pertencem, mas que acabam por velar nossas visões.

Logo após, Rubem Alves conta que na infância tinha medo do Reino de Deus, pois pensava que a “vida boa” iria acabar, e Adélia Prado demonstra entender o que está ouvindo, porque “a vida é ótima!”. O interlocutor continua:

**Rubem:** [...] Acho que isso que é o elemento que eu admiro na sua poesia: quando você tá falando de eternidade, você tá falando nessa transcendência, você está falando de do absolutamente cotidiano, porque isso é uma das percepções que o poeta tem... Brecht falava que a percepção poética tem a ver com ser capaz de ver a eternidade num grão de areia... Você vê um sol dentro de um ovo...

**Adélia:** É claro! [...] Admirar-se do que é natural é o dom dos poetas, dom dos filósofos... Né? Quer dizer... Filósofo é aquele que se admira daquilo que é absolutamente normal... Acho que pra poeta também [...] (BATE-PAPO, 2017).

Os poetas delongam-se um pouco falando sobre a qualidade de assombroso que possui aquilo que é corriqueiro. O que me faz retornar, uma vez mais, ao elemento do que não se domina, presente na poesia.

## A voz da poesia

A própria sequência da conversa entre os poetas volta a lembrar que, na poesia, há sempre algo de indominável. Isso porque passam a comentar sobre uma certa independência – ou, minimamente (e com mais obviedade) uma distinção entre poesia e quem declara sua autoria.

Adélia Prado reflete sobre o ato de poetizar, no qual parece atuar algo além das intenções racionais de quem escreve. Rubem Alves menciona um poema da poetisa que fala da experiência de ver a água brotando do fundo de uma mina, e Adélia segue em seu raciocínio:

**Adélia:** [...] Aí você olha a água tá brotando... E levanta aqueles morrinhos de areia, é divino isso. Quer dizer: *alguma coisa que se faz, à revelia de mim...* Né? Uma coisa nela mesma... Depois você fala: é um lençol d'água, é num sei o que [...] *E a poesia... A produção, a criação de um objeto artístico, aí no caso, quer dizer, ela se apresenta a você e com uma natureza própria de tal forma que você não pode bulir nela, não...* [...] E é uma coisa tão fantástica que se eu destruir um verso disso aqui, eu destruo o poema [...].

**Rubem:** *Essa é a razão da grande diferença entre a poesia e a prosa... Na prosa, você pode substituir palavras por sinônimos...*

**Adélia:** Sim, mas na prosa não artística! Porque no romance, se você pega um conto da Clarice... Ou um texto do Guimarães Rosa, *aquela palavra é rigorosamente necessária*, tal qual no poema, tal qual [...] (BATE-PAPO, 2017).

Há poesia sem poemas, mas nem em todo poema há poesia, ensina Octavio Paz, que logo vem à memória, também, por jogar luz sobre uma possível unidade da poesia, não somente na acepção de indivisibilidade, evidenciada acima por Rubem e por Adélia, mas também por uma especificidade: “O poético é poesia em estado amorfo; o poema é criação, poesia que se ergue. [...] É lícito perguntar ao poema pelo ser da poesia, se deixarmos de concebê-lo como uma forma capaz de se encher com qualquer conteúdo” (PAZ, 1982, p. 17).

Voltarei à questão do conteúdo adiante. Por ora, destaco que, podendo apresentar-se de diversas maneiras, o poético parece ter uma unidade, até mesmo



sem materialização alguma – conforme visto com Paz (1982). Conjecturo poder chamar essa unidade da poesia de voz, termo que aparece na conversa entre os poetas, na continuidade da reflexão que fazem sobre a diferença entre a poesia e a intenção de quem escreve:

**Rubem:** Mas Adélia, isso que você tá dizendo [...] sobre esse... vamos dizer, poema... *O Cummings diz isso: poema não é fazer, é ser...* É uma coisa que simplesmente acontece... E aí então, *isso aí nos conduz a uma temática {...} do autoconhecimento...* Quer dizer: “quem sou eu?”, quando você descobre que a voz poética não é a voz sua, mas é uma voz que habita em você [...] E daí vem essa coisa curiosa [...] O poema... Eu diria... Abre um espaço... Como na catedral gótica [...]: é o conjunto de paredes e vitrais... mas é o espaço vazio que é aberto... que é nesse espaço vazio que alguma coisa vai acontecer...

**Adélia:** “A palavra foi inventada para ser calada...”.

**Rubem:** Calada... e há um espaço de silêncio, pra quê? *Pra você ouvir uma outra voz.*

**Adélia:** É. A voz que interessa.

**Rubem:** A voz que diz a verdade...

**Adélia:** A voz propriamente dita. O verbo! Pra você escutar o verbo (BATE-PAPO, 2017).

A partir da lembrança de que Jesus é chamado de Verbo no Evangelho de João, Adélia Prado e Rubem Alves conversam sobre a própria figura de Jesus: a ideia de Deus ter um corpo, uma limitação dada por uma fisicalidade. No diálogo entre os poetas, é possível perceber que o Verbo, a figura de Jesus e a Voz se confundem: parecem estar falando, metaforicamente, ou não, do mesmo ser.

O que aqui interessa, porém, é o que se pode depreender das relações tecidas na conversa entre os poetas: apontar para a poesia enquanto uma voz, portadora de uma unidade, de uma especificidade própria, é apontá-la como uma corporeidade distinta de quem reclama sua autoria (e de suas intenções racionais). Com isso, não se quer afirmar que não há racionalidade, mas tão somente que ela é insuficiente para e na poesia.

Diante da relação voz – escuta – ouvidos, retomo ainda a reflexão sobre o tempo a partir dos postulados de Walter Benjamin, pela sua noção de história, que possui, segundo Otte (1996), um caráter poético. Na perspectiva benjaminiana, para emergir uma historicidade poética é essencial aprender a ouvir: “a tarefa do

sujeito ‘modesto’ na verdade é aparentemente simples, limitando-se a registrar este sopro e em dar ouvido a estas vozes que veiculam um ‘apelo’ vindo do passado” (OTTE, 1996, p. 216).

Nesse sentido, cabe fazer uma digressão e completar que, na concepção heideggeriana, o elemento criativo – a inauguração promovida pelo poético, que nos remove da habitualidade – não deve ser compreendido como uma indeterminação sem fundo, mas como uma busca de água à fonte, imagem que, conforme vimos, aparece também na conversa entre Rubem Alves e Adélia Prado (possivelmente, não por acaso).

Desse modo, no entendimento de Heidegger (2002, p. 82), o poético “vem do nada, se considerarmos que não toma o seu dom daquilo que é comum e que tem valido até agora. No entanto, não vem nunca do nada, na medida em que o que é lançado por meio dele é apenas a determinação retida do aí-ser histórico ele mesmo”.

O que se ressalta, desses desdobramentos, é o ir além do que já está posto, inclusive, nos modos de compreender o mundo e também de se fazer história. Talvez, seja possível afirmar que além da insuficiência da racionalidade, o que a voz da poesia promove é a condução a um desarranjo – e quiçá esfacelamento – das racionalidades prévias, estabelecidas (o que abrange inclusive as concepções dogmáticas que perpassam a religiosidade cristã).

## Poesia e política

A palavra desarranjo remete, por sua vez, à política. Isso porque a política é tema que aparece na conversa entre Rubem Alves e Adélia Prado a partir da menção ao desarranjo operado pelo processo de autoconhecimento, que implica uma experiência corporal da poesia:

**Rubem:** Ô Adélia, nós falamos sobre a questão da palavra... Há uma palavra que evidentemente não é poética. [...] O que distingue essa palavra? {...} *Como é que a palavra se encarna? Não é essa que é a palavra poética? A palavra poética não é essa que faz contato com a carne? {...}*.

**Adélia:** É... porque a nossa experiência [...] é corporal... Tudo em mim passa pelo corpo.

**Rubem:** Passa ou é?

**Adélia:** Passa ou... Até a consciência é espacializante, né? Eu acho que é... Não passa... É... Porque não dá pra distinguir... O homem pensante tem um... O eu sou isso aqui!

**Rubem:** *Toda matéria é espírito...*

**Adélia:** *Isso... E... ah! Clarice tem uma coisa fantástica, ela fala assim...: “e foi tão corpo, que foi puro espírito”... Tá vendo que coisa louca? [...]* (BATE-PAPO, 2017).

Antes de aprofundar o tema da política, considero necessário destacar, primeiro, a menção à “matéria e espírito”, pois quanto às discussões sobre forma e conteúdo, que questionam a estrutura da poesia – o que nela é cabível, o que nela deve haver – lembro do que postula Lotman (1978, p. 40): “Para se representar concretamente a relação entre a ideia e a estrutura, é mais cômodo imaginar-se a ligação da vida com o mecanismo biológico complexo do tecido vivo. A vida que forma a propriedade principal do organismo vivo é impensável fora da sua estrutura física”.

Daqui, é possível postular que a unidade da poesia, sua voz, é a própria humanidade, em um sentido próximo daquele registrado por Paz (1982, p. 180): “A poesia não é uma opinião nem uma interpretação da existência humana. Aquele que fornece o ritmo-imagem expressa simplesmente o que somos; é uma revelação de nossa condição original [...]”.

Sobre essa nossa condição original, Paz (1982, p. 181) disserta: “Desde o nascimento, nosso viver é um permanente estar no estranho e no pouco hospitaleiro, é um radical mal-estar. Estamos mal porque nos projetamos no nada, no não ser. [...] a falta é nossa condição original porque originariamente somos carência de ser”.

É a partir desse contato com o ser, conforme adiantei, que a política aparece de modo mais destacado na conversa entre os poetas. Postulo, por esse entremeio, que a política da poesia é marcada não por imposição de conteúdos e certezas, mas por projeção de carências:

**Rubem:** Ô Adélia... Essa conversa sobre *poesia pode parecer completamente fora de propósito para as pessoas que têm orientação no sentido da ação, né [...]*. E muitos poetas acham que a ação começa exatamente na poesia, né? [...] *E essa ideia meio maluca de uma política derivada da beleza né? [...]*.

**Adélia:** Eu acredito que a poesia, *um poema é nele mesmo uma expressão política no sentido de que, ele sendo a revelação do real, ele já nasce engajado*. [...] não tem nada que me deixa mais plantada no

real do que a própria poesia [...] a palavra poética me desvenda a realidade, né... [...] Então, toda prática política que não estiver plantada, na sua origem, não estiver engajada no ser, ela é inócua, quer dizer, ela trabalha na areia, no vazio. Então, *a coisa mais política que eu posso fazer é conduzir as pessoas ao próprio conhecimento de si mesmas, ao conhecimento do real* [...] Quer dizer, a poesia pode fazer isso, a educação pela palavra [...]. Não é instrumentalizá-la [...] “agora eu vou dar uma aula de política através da poesia”, não se trata disso... Mas a própria experiência de natureza poética me planta no real e à medida que eu estou plantada no real, eu sou conseqüentemente levada a fazer abaixo assinado, a fazer greve, a ir pra praça, tá, tá, tá... Não é o contrário, não. Então, se eu educo uma pessoa para a prática política sem conduzi-la à origem do seu ser, eu tô trabalhando na areia, é castelo na areia. Por isso que você vê que, muitas vezes, as revoluções e os revolucionários... caem numa frustração assim, numa frustração suicida, por causa disso, porque fez a revolução e agora? E agora? Mas acabou a minha razão de viver... Então a razão de viver minha não pode ser uma luta política [...] Ela tem que ser simplesmente consequência já de estar plantado na realidade, de estar aberto pro real. É o contrário.

**Rubem:** [...] Você veja, Adélia, normalmente, quando você tá em grupos de ação política, a coisa começa geralmente na análise de conjuntura. Como se a ação política crescesse da análise objetiva do que que tá acontecendo aqui na trama... Você tá propondo... A poesia estaria propondo que há uma profundidade maior a partir da qual a gente teria que partir...

**Adélia:** A poesia manda descobrir como é que faz fermento...

**Rubem:** [...] Quer dizer, na realidade, a gente tem que lidar com o segredo da alma humana... [...] (BATE-PAPO, 2017).

Os poetas falam um pouco mais sobre o que chamam de a verdadeira revolução: ser feliz. Para eles, ser feliz é que é difícil. O que me remete, irremediavelmente, à antropofagia como poesia e como política, nas palavras de Silva (2007, p. 168): “capaz de realizar a comunhão entre o homem, os seres, os objetos, o cosmos”, e que, portanto, pode “transformar o mundo, por meio da transformação do indivíduo, bocado a bocado” (idem, p. 171). Impossível, diante dessa lembrança, reter o lançamento à alegria, prova do processo antropofágico e “da verdadeira revolução”, talvez fecunda porque jamais definitiva.

## Livres associações

Para encerrar o bate-papo, Rubem pergunta à Adélia se ela já encontrou uma palavra, única, que contivesse tudo que sente. Em resposta, a poetisa recita “Antes do Nome” (PICHIGUELLI, 2019a), poema escrito por ela que contém a frase: “Quem entender a linguagem entende Deus. (...) Morre quem entender”.

Logo depois, em direção à câmera, Rubem incita considerações:

**Rubem:** Ao final a gente se pergunta, né, quais são as conclusões... Não há conclusões, porque a poesia nunca conclui nada, a poesia não é a conclusão de um mundo, a poesia é sempre o início de um mundo. E a poesia só é fértil quando depois de dita, ela gera, ela produz uma semente [...]. Então, nesse momento, o que a gente quer dizer é que a partir dessa meditação poética o que se espera é que haja um engravidamento e um brotar de poesia em quem participou conosco dessa experiência, da mesma forma como a água brota no fundo da mina [...] (BATE-PAPO, 2017).

Empresto as palavras de Rubem Alves para afirmar que assim também são, aqui, as reflexões: não conclusões, mas início de mundos, de possibilidades compreensivas.

Nesse início, o que antevejo é que, das relações entre poesia e cristianismo, ao contrário do que se pode imaginar, é possível enxergar como limites aqueles que se colocam em oposição aos dogmatismos, aos fechamentos, aos totalitarismos, às dominações – e que tendem sempre a uma habitualidade que desgasta os sentidos, as palavras, e a própria vida humana.

A fonte, a falta, a voz, o ser, o corpo em suas carências e desejos; todos esses elementos fazem pensar que poesia e religiosidade cristã se abraçam pela experiência (saber que se cria e se transforma pelas relações temporais), pelo lugar que possuem na vida cotidiana enquanto chão de uma busca incessante, e não nas organizações institucionais que anunciam o fim das buscas e uma transcendência abstrata que abdica do próprio chão da vida.

A poesia – não como forma literária, mas como essência da arte – não é, pois, um objeto a ser controlado politicamente para transmitir algum ideal fixo, ou uma arma de guerra cultural. Parece ser, pelo contrário, expoente da rebeldia, pois escapa sempre à manipulação, deixa cada ser humano em sua condição de falta: uma fome que, entretanto, excita e traz alegria, pois que propicia constante transformação.

Partindo da poesia, não é possível uma verdade cabal, a ser imposta às coletividades, tampouco uma (suposta) realidade hermética que deve ser

conservada e colocada acima de tudo e de todos. Avessamente, o poético remete a um brotar, a um gerar, a um gestar, a um fermentar, que mesmo em suas imagens nunca se faz completo, acabado ou taxativo. Não há, pois, interditos temáticos, apenas suspensão de tudo quanto suspende e, ainda, de tudo quanto retém o senso de humanidade: da carência de ser, do estar-aí, aberto, em um mundo aberto.

Há, assim, uma via aberta às relações entre cristianismo e poesia, esta que não se rende a usos políticos que diminuem e sufocam o real, ao invés de abri-lo. Essa potência comunicadora, entretanto, parece escassa nas mediações sociais, nas visibilidades midiáticas. É necessário, portanto, jogar luz sobre suas perspectivas e inseri-las nessas mediações, do que também não pode se abster o fazer científico. Este ensaio, que procurou não fragmentar ciência, arte e técnica, se coloca nesse processo, como colaboração.

## Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In*: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas, v. 3. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BOFF, Leonardo. **Tempo de Transcendência: O Ser Humano como um Projeto Infinito**. São Paulo: Lumensana Publicações Eletrônicas: Sextante, 1992.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DRAVET, Florence. **Crítica da razão metafórica: magia, mito e poesia na cultura contemporânea**. Brasília: Casa das Musas, 2014.

DUTRA, R.; PESSÔA, K. Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, p. 233-256, 4 dez. 2020.

FLUSSER, Vilém. Criação científica e artística. *In*: **Conferência na Maison de la Culture**, França, 1982. Disponível em: <<http://flusserbrasil.com/art209.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

HEIDEGGER, Martin. A Origem da Obra de Arte. *In*: HEIDEGGER, Martin. **Caminhos de Floresta**. Lisboa: Calouste-Gulbelkian, 2002. p. 5-88.

KÜNSCH, Dimas A. *et al.*. Princípios inspiradores da compreensão como método. *In*: KÜNSCH, Dimas A; DIAS, Everton de Brito; PASSOS, Mateus Yuri; FERNANDES, Paulo Emídio; BRITO, Pedro Torres Debs (orgs.). **Produção de Conhecimento e Compreensão**. 1 ed. São Paulo: UNI, 2017. p. 9-16.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Trad. Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978.

MARTINO, Luís Mauro Sá Martino. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2016.

NUNES, Benedito. **Passagem para o Poético**. São Paulo: Ática, 1986.

OTTE, Georg. Rememoração e citação em Walter Benjamin. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 211-223, out. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2k23NRB>. Acesso em: 17 out. 2019.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PICHIGUELLI, Isabella. Adélia Prado – Antes do nome. **YouTube**, 16 out. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2OOiMLU>. Acesso em: 08 fev. 2021.

PICHIGUELLI, Isabella. **Para além do gospel e secular: antropofagia, jornalismo e a popstora Baby do Brasil**. Alumínio, SP: Jogo de Palavras; Votorantim, SP: Provocare Editora, 2019b.

PICHIGUELLI, Isabella; SILVA, Míriam Cristina Carlos. Comunicação, poesia e o religare. **Revista Comunicologia**, Brasília, v. 10, p. 3-18, 2017.

BATE-PAPO poético entre Rubem Alves e Adélia Prado. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado pelo canal andreresende. Disponível em: <https://bit.ly/2nKxqst>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SILVA, Míriam Cristina Carlos Silva. **Comunicação e Cultura Antropofágicas: mídia, corpo e paisagem na erótico-poética oswaldiana**. Porto Alegre - Sorocaba: Sulina - EDUNISO, 2007.

SILVA, Míriam Cristina Carlos. **A pele palpável da palavra: a comunicação erótica em Oswald de Andrade**. Sorocaba: Provocare, 2009. SILVA, Míriam Cristina Carlos. A comunicação como artifício: Uma leitura sobre Vilém Flusser. *In*: MARTINO, L. C.; FERREIRA, G. M.; HOHLFELDT, A.; MORAES, O. J. de (orgs.). **Teorias dos meios de comunicação no Brasil e no Canadá**, Volume I. 1. ed., Salvador: EDUFBA, 2013, v. 1, p. 45-65.

SILVA, Míriam Cristina Carlos; HERGESEL, João Paulo; PICHIGUELLI, Isabella. Poéticas do tempo na obra de João Anzanello Carrascoza: narrativa e estilo em Tempo Justo. **Revista InTexto**, São Paulo, v. 49, p. 1-17, 2020.

## Representação e posicionamento midiático: uma análise da política externa de Dilma Rousseff (2011-2014) aos olhos da grande mídia<sup>1</sup>

Leandro Carlos Dias Conde<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0002-1991-9792

**Resumo:** O presente artigo analisa em perspectiva histórica como os principais veículos de mídia, aqui selecionados dois dos três maiores jornais de circulação nacional, trataram a política externa do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Discute-se o papel da mídia na representação e no tratamento dos assuntos de política externa. Objetiva-se entender como a mídia mobiliza todo seu aparato de comunicação, mormente sua capacidade de agendamento e enquadramento a fim de reproduzir suas visões dos fatos, ainda que tenha limitada capacidade de definição da agenda de política externa no Brasil. A análise mostra que a grande mídia adotou um papel ativo de crítica à condução da política externa brasileira por Rousseff.

103

**Palavras-chave:** Política Externa. Meio de Comunicação. Agenda Setting.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em Ciência Política também pelo IESP-UERJ. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisador associado do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO, antenna Rio de Janeiro).



**Abstract:** This article analyzes in historical perspective how the main media outlets, selected here two of the three largest newspapers with national circulation, dealt with the foreign policy of the first Dilma Rousseff's government (2011-2014). The role of the media in representing and dealing with foreign policy issues is discussed. The objective is to understand how the media mobilizes its entire communication apparatus, especially its setting and framing capacity in order to reproduce its views of the facts, even though it has limited capacity to define the foreign policy agenda in Brazil. The analysis of newspaper editorials shows that the mainstream media took an active role in criticizing Rousseff's conduct of Brazilian foreign policy.

104

---

**Keywords:** Foreign Policy. Media. Agenda Setting.

**Resumen:** Este artículo analiza desde una perspectiva histórica cómo los principales vehículos mediáticos, aquí seleccionados dos de los tres diarios de mayor circulación nacional, trataron la política exterior del primer gobierno de Dilma Rousseff (2011-2014). Se discute el papel de los medios de comunicación en la representación y tratamiento de los temas de política exterior. El objetivo es comprender cómo los medios movilizan todo su aparato de comunicación, especialmente su capacidad de programar y enmarcar para reproducir sus visiones de los hechos, a pesar de tener una capacidad limitada para definir la agenda de política exterior en Brasil. El análisis muestra que los principales medios de comunicación tomaron un papel activo en la crítica de la conducción de la política exterior brasileña por parte de Rousseff.

105

---

**Palabras clave:** Política Exterior. Medios de Comunicación. Agenda Setting

## Introdução

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro operário na presidência da República, a política externa brasileira, nas palavras do então ministro de relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, tornou-se “ativa e altiva”, o que tinha por significado não submeter os interesses do país a outras potências e buscar para o país um papel protagonista nas relações internacionais, angariando maior prestígio, mas sem perder de vista o seu papel no desenvolvimento do Brasil (AMORIM, 2014). Para Casarões (2012), “[...] nunca antes a política externa estivera tão perto da vida quotidiana dos cidadãos. Ela também se tornou uma fonte de descontentamento (e uma oportunidade) para oposição ao governo Lula”. Dilma Vana Rousseff, eleita presidenta do Brasil em 2010, foi apontada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva como a indicada para sucedê-lo, ganhando as eleições no segundo turno, em 31 de outubro daquele mesmo ano.

O término da Guerra Fria, a redemocratização, o fenômeno da globalização e da liberalização econômica são fatores relevantes no que seria o processo de quebra do insulamento da política externa brasileira. O que chamamos de “desinsulamento” é a ampliação dos atores participantes na política externa brasileira, retirando a exclusividade do Itamaraty, mas não o levando à perda do poder de concentrar em seu interior elevado grau de coordenação da política externa (MILLANI; PINHEIRO, 2013).

Os veículos de comunicação constituem-se num ator *sui generis* no campo da política externa, pois ao mesmo tempo que têm a tarefa de dar visibilidade aos assuntos, à opinião pública, também buscam exercer pressão na execução da PEB, nos mais variados temas do internacional. Neste sentido, ao considerarmos a política externa como política pública, trazemos a política externa para o terreno da *policy*, retiramos da Política Externa sua condição atribuída de política de Estado, que a coloca numa posição distinta das demais políticas públicas do governo, abertas às disputas em torno dos seus sentidos e significados. A PEB, então, perde sua condição inercial associada aos interesses nacionais enquanto interesses “nobres”, que não se misturariam com as dinâmicas político-partidárias do governo, da relação deste com sua base e a oposição no parlamento, seus eleitores, com as entidades da sociedade civil, empresários, veículos de comunicação etc. (MILANI; PINHEIRO 2013, p.24).

O presente trabalho analisa como os principais veículos de mídia, aqui selecionados dois dos três maiores jornais de circulação nacional, trataram a política externa do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Este artigo de forma alguma esgota as possibilidades de outras análises e abordagens, com a utilização de novas referências e diferentes categorias de análise. Trata-se de um esforço essencialmente teórico-descritivo, a abordagem metodológica está ancorada na análise das fontes materiais dos periódicos selecionados, aliada a uma revisão bibliográfica com o objetivo de amalgamar temáticas recorrentes na literatura especializada de comunicação política, relações internacionais e ciência política. O trabalho se divide em duas seções: na primeira discutiremos acerca da mídia enquanto ator *sui generis* na produção de representações sociais; na segunda discutiremos comportamento dos dois jornais<sup>3</sup> selecionados, Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP), acerca dos temas de política externa<sup>4</sup>, classificando-os em positivo, negativo e neutro<sup>5</sup>. A analisando a PEB de Dilma, discutiremos a representação da mídia sobre a política externa durante seu primeiro mandato, argumentando que dois dos principais veículos de mídia brasileira posicionaram-se contrários à política externa de Dilma durante o seu primeiro mandato<sup>6</sup>. Por fim, nas considerações finais, à luz da discussão anterior, problematizamos o papel da mídia na representação e no tratamento dos assuntos de política externa.

---

<sup>3</sup> Apesar de ser considerado segundo maior jornal em tiragens, O Globo não é analisado neste trabalho devido à falta de um banco de dados digital confiável para pesquisa básica em seu sítio eletrônico à época do levantamento. Desta forma, analisamos somente a Folha de São Paulo e o jornal O Estado de São Paulo, por contarem com um banco de dados digital para pesquisa básica: <http://folha.uol.com.br> e <http://acervo.estadao.com.br>.

<sup>4</sup> Consideramos por editoriais de política externa aqueles que tratam da política externa brasileira quanto a sua formulação, estratégia e posicionamento. Utilizamos como filtro as palavras “diplomacia”, “política externa” ou “Itamaraty”.

<sup>5</sup> Consideramos os editoriais em positivo quando há claro elogio ao governo pela condução da política externa; neutro quando a maior parte do texto trata de discussão sobre orientações gerais e possíveis estratégias, sem tecer crítica direta; negativo quando tratam de críticas diretas às falhas e problemas gerais da PEB.

<sup>6</sup> A análise dos editoriais empreendida neste trabalho segue de maneira semelhante à que Guilherme Casarões realizou em seu trabalho intitulado “A mídia e a Política Externa Brasileira no Brasil de Lula”, de 2012, onde o autor analisa o comportamento do jornal Folha de São Paulo e do jornal O Estado de São Paulo sobre os assuntos de política externa durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva, classificando-os em: negativo, neutro e positivo.

## A Representação Midiática: Agendamento e Enquadramento

É através da realidade social apresentada pelos veículos de mídia que a população obtém informações sobre notícias do seu cotidiano, da economia, da segurança, do esporte e, no caso do presente trabalho, da política externa. Cabe à mídia, dentre uma enorme variedade de assuntos, selecionar os mais importantes e apresentá-los compondo um cenário que espelha a realidade social. Obviamente, trata-se de um processo de hierarquização das temáticas, pois a classificação do que é importante está sujeita a muitas variáveis que são operacionalizadas pelos meios de comunicação, com um grau elevado de autonomia, uma vez que nas sociedades democráticas com meios de comunicação livres de censura, como o Brasil, os veículos de mídia podem agir de forma autônoma quanto aos temas que desejam expor, ainda que com reservas quanto à classificação indicativa.

A expressão “opinião pública”, ainda que deva sua popularização à segunda metade do século XX, não é recente nas ciências sociais, em John Locke o tema da opinião pública já aparece como “lei da opinião pública ou moral”. Em Rousseau, no “Contrato Social”, a importância da opinião pública para a consolidação da soberania popular também aparece de forma relevante. Nas obras Immanuel Kant, Edmund Burke, Jeremy Bentham e Benjamin Constant, a opinião pública é, também, um fenômeno que assume relevância já naquele tempo (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995). Segundo Faria (2008), desde o período de massificação das pesquisas de opinião sobre políticas públicas nos EUA, podemos destacar duas grandes fases que tratam da opinião pública e política externa: a primeira no início da década de 1940, sobre qual seria o papel dos EUA na Segunda Guerra Mundial; e a segunda no final da década de 1960, em decorrência do prolongamento da Guerra do Vietnã e a comoção interna e externa gerada quanto à guerra.

Entre os críticos do conceito de opinião pública na contemporaneidade, Pierre Bourdieu (1983), em seu texto “A Opinião Pública não existe”, argumenta que ao pensarmos em opinião pública parte-se de três postulados: primeiro, os pesquisadores partem do pressuposto que a opinião está ao alcance de qualquer pessoa; segundo, de que todas as opiniões teriam o mesmo valor; terceiro, de que todos os temas levantados são de real interesse para todas as pessoas questionadas. Assim, as pesquisas apresentariam aos entrevistados problemáticas que não são do

seu interesse, ou seja, as pesquisas forçam questões que não parecem ser importantes para alguns, os entrevistadores atuam como uma elite que discricionariamente delimita e controla o teor das discussões públicas. A pergunta política pode ser política para uma classe e moral para outra, assim, assevera Bourdieu (1983), para que a resposta à pergunta política seja adequada ao seu tipo, é preciso que primeiro o perguntado seja capaz de constituí-la enquanto política e aplicar a ela categorias propriamente políticas. Ou seja, para ele, a Opinião Pública não existe, ao menos, na forma como lhes atribuem sua existência seus defensores. A opinião pública aferida pelos resultados de pesquisa e apresentada como representativa da opinião, esta não existe.

Os apontamentos críticos de Bourdieu nos deslocam de uma posição de conforto e de passividade ao problematizarmos a própria existência da opinião pública e como esta está intrinsecamente ligada à produção de conteúdo pela mídia. Sem perder de vista esta reflexão, analisaremos dois conceitos da comunicação que nos permitem, com mais acuidade, entender o papel dos meios de comunicação sobre a opinião pública existente, mormente, no caso da política externa, área que é historicamente restrita e de baixo interesse da população em geral. O primeiro conceito é o de agendamento, que é a capacidade da mídia de selecionar os tipos de notícia, dispor delas e apresentá-las ao público. O agendamento produz um cenário que é montado pela mídia diariamente, ele tem um efeito social sobre a opinião pública que tende a reagir positivamente ou negativamente ao cenário apresentado. Através do agendamento grande parte da realidade social, que é fornecida às pessoas via veículos de mídia, torna-se de grande importância para o público e, conseqüentemente, para o que chamamos de opinião pública.

O agendamento (*agenda-setting*) se relaciona com o segundo conceito, também empregado neste trabalho, o enquadramento (*framing*). Este último nos permite enxergar como uma notícia selecionada será apresentada, quais partes ganharão maior peso, se terá um tom mais positivo ou negativo, como a narrativa da notícia é organizada, o que está tendo ênfase, o que é excluído, o que está em destaque e, claro, qual o efeito que se espera do enquadramento empregado no público. Para Rossetto e Silva (2012, p.106): “Framing, portanto, pode ser estudado como uma estratégia de construção e processamento do discurso noticioso ou como uma característica do discurso em si”. Ainda que o enquadramento não seja um conceito fechado e que carregue alguns problemas conceituais, optamos

pelo seu uso articulado com o agendamento por avaliarmos a eficiência do seu emprego nesta pesquisa sobre a política externa, assunto que, diferentemente dos temas mais tratados pela mídia, tanto ela quanto a opinião pública têm, no Brasil, baixa incidência no processo de formulação e aplicação.

Na opinião de McCombs (2002), o poder dos veículos de mídia em definir a agenda de uma nação, o foco da atenção pública em alguns assuntos, em como o público adquire conhecimento sobre os fatos e mesmo quanta importância despendem a algum tópico já são fenômenos bem documentados. Através de um período de tempo, podemos encontrar um padrão de cobertura dos assuntos públicos empreendidos por um determinado veículo de mídia, o que nos revela a própria agenda pública da mídia. Os aspectos de uma notícia selecionada pela mídia influenciam a percepção pública sobre o assunto. Ter o poder de dar atenção a determinados assuntos em detrimento de outros e assim influenciar a opinião pública quanto às políticas, por exemplo, revela o grande papel da mídia. Ainda, salienta McCombs (2002), se esta consegue determinar a forma como um assunto é enquadrado, ela também pode influenciar significativamente o seu resultado.

Porém, ainda que a capacidade de agendamento seja relevante, sozinha a mídia não determina a agenda pública. O público reage quanto à relevância de determinado assunto, que pode não ser de grande interesse ou mesmo importância, a mídia somente define a agenda quando o público percebe a notícia como relevante. Para Rosseto e Silva (2012), o conceito de necessidade de orientação ajuda-nos a entender as razões do estabelecimento do *agenda-setting*. Pois, quanto maior for o desconhecimento dos indivíduos dos assuntos públicos, mais ele prestará atenção à agenda dos meios de comunicação. Outros dois conceitos secundários que também operam neste processo são os de relevância e incerteza, o nível desses dois condicionará em cada indivíduo sua necessidade de orientação pelas agendas midiáticas.

## A política externa de Dilma Rousseff aos olhos da grande mídia

Dilma Rousseff se elegeu com o discurso da continuidade da gestão anterior de Lula da Silva (2003-2010), muito se especulou se ela poderia descolar da imagem de seu antecessor, seja pelo próprio tamanho e importância da figura de Lula ou mesmo pelas suas conquistas. No governo de Lula da Silva, o Ministério de Relações Exteriores percebeu elevada expansão no seu corpo diplomático e no número de postos diplomáticos, expansão que se deu, sobretudo, nos países do continente africano. Quando comparado com o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, ainda que este seja um governo de continuidade, o número de vagas para compor o corpo diplomático brasileiro sofreu uma grande redução, o que indica uma contenção da política de expansão do Itamaraty levada a cabo por Lula. De acordo com Cornetet (2014, p.121-122), durante o governo Lula foram ofertadas 207 vagas no seu primeiro mandato e 423 vagas no segundo mandato, entretanto, no primeiro mandato de Dilma, o número total de vagas ofertadas chega a 110, uma redução de 47% em relação ao primeiro mandato de Lula (2003-2006) e, se comparado com o segundo mandato (2007-2010), temos uma redução de 74%.

A qualidade de política externa “ativa” e “altiva”, aferida por Celso Amorim (2014), fruto do empreendedorismo da PEB de Lula cedeu espaço para uma política externa que se projeta muito mais de forma “reativa” do que “ativa”, mais no campo das grandes ideias do que da ação prática. Desta forma, a PEB de Dilma se caracterizaria por ser “reativa”, mas sem perder de vista suas linhas gerais, o que aferia a sua continuidade, isto é, “contenção na continuidade” (CORNETET, 2014). Outra característica que difere a presidenta Dilma de Lula é o peso da diplomacia presidencial, que teve no segundo grande expressividade, enquanto que em Rousseff, o que notamos é que a dimensão da diplomacia presidencial somente toma peso de forma reativa, como no caso da espionagem da NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA).

A redução do empreendedorismo internacional da PEB é perceptível no baixo ativismo brasileiro durante o governo Dilma. Porém, é importante que não confundamos declínio com descontinuidade. A administração de Rousseff se apresenta como continuidade de um projeto de país elaborado pelo Partido dos Trabalhadores, projeto que se iniciou no governo Lula e que manteve suas



linhas gerais no primeiro mandato da presidenta (2011-2014), ainda que sem as marcas da inovação, altivez e ativismo. Ao olharmos como um projeto de país e, por isso, de longa duração, do PT, o declínio relativo ao período anterior pode ser visto como consolidação, como define o ex-chanceler e atual embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Patriota<sup>7</sup>. Segundo o ex-chanceler, o primeiro mandato de Dilma, no que concerne à PEB, tratou-se de um momento de consolidar os espaços e frentes de trabalhos abertas pela política externa de Lula. O desafio, de acordo com Patriota, está em consolidar tais espaços. Não se pode manter o ritmo permanente de transformação, de abertura de embaixadas e representações, de ampliação do corpo diplomático e frentes de atuação internacional.

Diante desse cenário, são analisados os editoriais por se tratarem da voz oficial do jornal, o editorialista age como porta-voz da opinião do jornal sobre determinado assunto abordado e apresenta-o ao seu público. De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), obtidos no sítio da Folha de São Paulo, a circulação média da FSP, em fevereiro de 2014, foi de 341.553 edições, das quais 117.721 eram digitais, fazendo da Folha de São Paulo o jornal de maior circulação e audiência nacional, em diferentes plataformas. De cada 13 edições de jornal adquiridas, uma é da FSP. Estima-se, afirma a reportagem, que um a cada quatro leitores de notícias na internet no Brasil visitem os sites do jornal ao menos uma vez por mês. O Globo responde pelo segundo lugar, com 311 mil exemplares, sendo 93,7 mil no formato digital. Já o “O Estado de S. Paulo” teve em média 233,8 mil edições lidas, sendo 58,8 mil no formato digital.

De acordo com Casarões (2012), até os anos 2000 a mídia estava mais posicionada no sentido de dar espaço às opiniões dos que tratavam da política externa (especialistas e diplomatas) e não defender uma agenda própria, refletida na maneira como apresentava os eventos. A busca por protagonismo e o consequente maior ativismo da política externa de Lula recebeu grande atenção da mídia, que não se furtou em mobilizar e explorar os eventos da política, transmitindo seu enquadramento dos fatos, contrário na grande maioria dos casos. No caso da FSP e do OESP, mesmo com diferenças no enquadramento, ambos os jornais, durante os dois mandatos do governo Lula, convergiram ao se colocarem extremamente críticos.

---

<sup>7</sup> Para conferir a entrevista: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513\\_entrevista\\_patriota\\_hb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513_entrevista_patriota_hb)> Acessado em: 15 de Janeiro de 2019.

A mídia mobilizou sua capacidade de agendamento e enquadramento para atuar criticamente contra a política externa de Dilma Rousseff, de maneira semelhante como fez durante os governos Lula. Porém, durante o governo Lula é preciso salientar outro fator: a diplomacia presidencial, que contribuiu para dar maior visibilidade à política externa. Segundo Casarões (2012), isso deve-se ao fato de que a maioria dos ataques da mídia à política externa durante o governo Lula não foi sempre centrado no Itamaraty, mas na própria figura de Lula e em figuras ligadas à política externa na presidência, tais como Marco Aurélio Garcia, assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o chanceler Celso Amorim. No governo Dilma, ainda que a diplomacia presidencial tenha tido baixo peso, foram centrados em sua figura, sobretudo no que alude ao “desinteresse” pelos temas de políticas externa, e “inabilidade” da presidenta com a PEB. O Itamaraty, na maior parte dos editoriais, aparece como vítima do governo, que estaria “sucateando a instituição”. As críticas à PEB de Dilma centram-se em dois pontos: na continuidade do que os jornais chamam de “terceiro-mundismo” iniciado por Lula e na precarização do Itamaraty.

Durante o primeiro mandato de Dilma, a Folha de São Paulo publicou 31 editoriais de política externa, já o Estado de São Paulo publicou no mesmo período 81 editoriais de política externa, mais que o dobro de editoriais publicados pela FSP. No seu primeiro ano de mandato, ambos os jornais davam sinais de que o tratamento à política externa de Dilma seria diferente.

O Estado de São Paulo, em 2011, apresentou 10 editoriais positivos, 11 neutros e somente um negativo à PEB de Dilma. A Folha de São Paulo apresentou três editoriais positivos, cinco neutros e somente dois negativos no mesmo período. Ambos os editoriais indicavam o que seria um acerto dos erros da política externa de Lula por Dilma, em especial no que se refere à defesa dos direitos humanos. As maiores convergências entre os dois jornais estavam nas críticas à integração regional e à cooperação sul-sul, sobretudo, na relação entre o Brasil e os líderes populares no subcontinente. Porém, a respeito do Mercosul, FSP e OESP divergem, no mais, compartilham a maior parte das críticas à política externa do governo Dilma, tecendo grande parte delas ao que classificam de manutenção do “voluntarismo excessivo” iniciado pela política externa de Lula.

Quadro 1 - Editoriais sobre política externa publicados na Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, 2011-2014.

		Folha de São Paulo				O Estado de São Paulo			
		Positivo	Neutro	Negativo	Total	Positivo	Neutro	Negativo	Total
Dilma Rouseff	2011	3	5	2	10	10	11	1	22
	2012	0	5	3	8	1	8	3	22
	2013	2	2	2	6	1	4	13	18
	2014	0	0	7	7	0	0	19	19

Fonte: Elaboração Própria

Em seu primeiro ano de mandato, a Folha de São Paulo reservou expectativas positivas ao que seria uma mudança da PEB de Dilma quanto à de seu antecessor, pela sua disposição em defesa dos Direitos Humanos, ao retomar o compromisso com o tema supostamente perdido durante Lula. Para a Folha, o voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) a favor de uma investigação sobre violações humanitárias no Irã era representativo da correção de rumo imprimida por Dilma Rouseff na política externa. O que refletiu no posicionamento brasileiro no caso da Líbia, ainda que no caso da Síria a postura brasileira não tivesse sido a mesma do caso líbio. Durante seu primeiro mandato, para a Folha de São Paulo, a presidenta Dilma imprimia à diplomacia brasileira um diferencial positivo em comparação ao governo anterior. Contudo, o jornal já apresentava ressalva quanto a possível capitulação da presidenta aos cálculos geopolíticos e “ideológicos” em detrimento dos direitos humanos.

O Estado de São Paulo foi mais crítico durante o primeiro ano de Dilma, mas também como a FSP elogia a postura crítica às violações dos direitos humanos tomada pela presidenta. Entretanto, ainda que o jornal considere a mudança de postura um avanço, Dilma tomaria uma posição contraditória, pois mesmo que esta seja uma bem-vinda mudança de postura, sua diplomacia - ao passo que vota a favor de sanções à Líbia e a favor da designação de um relator especial para investigar a situação dos direitos humanos ao Irã, ao invés de se opor e criticar a repressão do governo de Assad, na Síria - serviu de propaganda para o presidente sírio ao buscar diálogo com um “ditador”, como considera o jornal. O posicionamento de ambos os jornais, em 2011, com um maior número de editoriais positivos e neutros, estava centrado na agenda de direitos humanos, lido como um movimento da PEB de distanciamento de líderes autocráticos.

Entretanto, em 2012 no editorial intitulado “A antidiplomacia de Dilma”, OESP argumenta que houve expectativa no início do mandato presidencial de Dilma de que sua política externa seria diferente e, inclusive, ela teria dado sinais nesta direção. Contudo, assevera o jornal: “na essência, o excessivo personalismo de Dilma na política externa não difere da contaminação político-ideológica observada nos oito anos de Lula”. A atuação mais ativa e crítica dos ex-embaixadores Rubens Ricupero e Rubens Barbosa como colunistas do jornal “Folha de São Paulo” também é um fator a ser levado em conta, são dois atores cujo lugar de fala e a importância dos cargos já ocupados conferem importância demasiada às suas opiniões que, na maior parte dos casos, está em consonância com aquela apresentada nos editoriais.

Para o OESP, a política externa do governo Dilma, como a de seu antecessor, tomaria decisões à revelia do interesse nacional, mantendo um projeto de afirmação e manutenção do poder pelo PT. Segundo o jornal, a ideologia do lulo-petismo seguiu com Dilma na condução da política externa, mas com um componente adicional ainda mais explosivo, classificado como “as idiossincrasias da presidenta”, refletidas no desentendimento dela com o então chanceler Antonio Patriota. Dilma buscaria uma “diplomacia de resultados” e seria avessa “aos rapapés das mesas de negociação”. Tanto FSP quanto OESP criticam a ideologização da política externa dos governos do PT, criticando o que seria a politização da política externa. Durante os anos de 2012, 2013 e 2014, somente dois editoriais positivos foram publicados em cada jornal, um destes editoriais refere-se à reação brasileira no caso do escândalo da espionagem norte-americana perpetrada pela NSA que espionava comunicações nacionais.

Num tom ríspido de crítica, O Estado de São Paulo refere-se ao então chanceler Antonio Patriota como “porta-bandeira do terceiro-mundismo implantado no Itamaraty”, classifica a suspensão do Paraguai no Mercosul como “Golpe de Mendoza”, acusando o Brasil e os demais membros do bloco de agirem com truculência, com desrespeito à soberania paraguaia e numa clara violação da união aduaneira do bloco a fim de favorecer a entrada da Venezuela no Mercosul. Para o jornal, ainda que se discorde da rapidez do impeachment do presidente Fernando Lugo, ele foi legítimo e não uma forma de golpe de Estado, como apregoariam os demais membros do mercado comum do Sul. Para a FSP, a incorporação da Venezuela ao Mercosul, no bojo da crise no Paraguai,

revela uma decisão puramente ideológica, fruto de políticas erradas no sentido da integração comercial sul-americana. Segundo o jornal, o Brasil erra ao considerar o impeachment de Fernando Lugo, ex-presidente paraguaio, um golpe e ao suspender o Paraguai do Mercosul.

A queda do ex-chanceler Antonio Patriota em decorrência do episódio da fuga para o Brasil do senador boliviano Roger Pinto Molina, asilado na embaixada brasileira na Bolívia, para OESP, ainda que tenha sido um erro da presidenta em demiti-lo por este motivo. O Jornal considera o episódio como “vexame do Itamaraty” que, ainda assim, teve alguns saldos positivos, como a preservação da integridade física do senador exilado e a queda de Patriota, mesmo que não tenha sido pelos motivos publicizados, mas por “vassalagem” à Evo Morales, diz o jornal. De acordo com o jornal, essa política de “luvas de pelica” com Morales teve início com Lula. Para a FSP, outro chanceler poderia ter permanecido no cargo mesmo diante deste episódio. Contudo, Patriota já estava enfraquecido e era notório seus desentendimentos com a presidenta em decorrência da diferença de estilo entre os dois.

No último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, tanto a Folha de São Paulo quanto O Estado de São Paulo não pouparam críticas negativas à política externa e, como consequência, todos os editoriais foram negativos. 2014 também foi ano de disputa eleitoral para a presidência, o que ajuda a explicar o elevado número de editoriais negativos – inequivocamente, os dois grandes jornais assumiram um lado, e este não era o de Rousseff. OESP criticou duramente a fala da presidenta Dilma na Abertura da Sessão das Nações Unidas, em 2014, a fim de defender as “supostas realizações do lulo-petismo como se elas qualificassem o Brasil no cenário internacional”. Para o jornal, Dilma assim sacramentou a diplomacia partidária que estaria corroendo a credibilidade internacional brasileira. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, Dilma iria além do aceitável e obrigaria a diplomacia brasileira a ser um braço do partido ao aliar o Brasil aos países ideologicamente próximos do petismo, colocando a diplomacia a serviço da visão de mundo petista.

OESP, às vésperas da eleição presidencial, na edição de 05 de outubro de 2014, afirmava que o governo Dilma foi um fracasso retumbante. Para o jornal, Dilma nunca escondeu sua impaciência com a diplomacia e seus ritos, podendo ser qualificada como uma descortesia em alguns casos. Em consonância com a

campanha presidencial de 2014, o jornal classifica que, caso seja reeleita, deve aprofundar o modelo atual de política externa. Segundo o jornal, a despeito das falas grandiloquentes da presidenta, pouca importância foi dada à diplomacia formal e isto estaria visível no sucateamento do Itamaraty durante seu mandato, em que um número crescente de reclamações de diplomatas se fez ecoar. Não muito diferente do OESP, para a Folha de São Paulo, a política externa de Dilma teria mantido o país preso às ideologias ultrapassadas, compactuando com decisões equivocadas em prol de seus parceiros bolivarianos, ao mesmo tempo em que se cala frente à situação de crise na Venezuela e compactua com a decisão de suspender o Paraguai do Mercosul. Há também a crítica recorrente quanto à incapacidade do governo em fazer tratados econômicos com outros países e ainda permitir que a Argentina trave as tratativas do Mercosul com a União Europeia.

Em 2015, no primeiro ano do segundo mandato<sup>8</sup> de Rousseff, a crise econômica, antes externa, veio a tornar-se doméstica, somando-se à crise política que já estava instalada desde as eleições presidenciais do ano anterior. Tudo num contexto em que PT enfrentava muitas denúncias de corrupção acumuladas ao longo dos anos e mobilizadas politicamente nos grandes veículos de mídia. Os resultados eleitorais da disputada eleição de 2014 foram contestados pelo outro lado que, ao não reconhecer o resultado, polarizou a sociedade entre “perdedores” e “vencedores” e com isso criaram um clima de terceiro turno (VIEIRA, 2017). A essa altura toda a sorte de meios desestabilizadores foi empregada com a finalidade de levar a destituição de Dilma, que veio através do instrumento político do impeachment, muito controverso e extremamente polarizador, cuja narrativa segue em disputa. Em 31 de outubro de 2016, o processo de impeachment que levou à deposição da agora ex-presidenta Dilma Rousseff teve fim. Foi o segundo processo de deposição de presidentes da República que a democracia brasileira experimentou em seus 30 anos de história pós-redemocratização.

---

<sup>8</sup> A análise, por questões de escopo, dado os eventos que culminariam no eventual controverso impeachment terem se iniciado na esteira do começo do segundo mandato, limita-se aos eventos do primeiro governo Rousseff.

## Considerações finais

Como esperamos ter sido possível notar, ambos os jornais convergem na crítica ao que seria a politização da política externa, ou mesmo ideologização da PEB pelo PT, indicando que o resultado dela é a perda de “qualidade” do Itamaraty e o consequente reflexo nas escolhas e decisões equivocadas tomadas desde o início dos governos petistas, com Lula em 2003 e que Dilma deu sequência. Como colocam Milani e Pinheiro (2013), ao classificar o tempo presente como politizado em comparação ao passado, o risco que se corre é o de despolitizar a política externa anterior. É exatamente isso que identificamos na análise dos editoriais da Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, ao buscarem separar a burocracia especializada do MRE, das decisões políticas dos governos do Partido dos Trabalhadores. Ainda de acordo com os autores, a politização significa: “[...] intensificação do debate de ideias, valores e interesses sobre escolhas políticas, como também *et pour cause*, de disputas inter e intraburocráticas, debates entre atores sociais distintos quanto à melhor forma de contemplar suas demandas” (2013, p. 30).

Os jornais se referem aos governos de esquerda sul-americanos sob uma mesma categoria, colocando-os na categoria de “governos bolivarianos”, como se todos compartilhassem das mesmas características e como se essa fosse uma categoria que englobasse todos igualmente como populistas, antiamericanos, irracionais e antidemocráticos. Abordam de forma negativa a condução do embate no campo da política externa dirigido pelo governo federal, o que a todo o momento é chamado de “retorno do terceiro-mundismo”. Entretanto, é preciso ter em mente que os jornais também disputam politicamente a PEB ao se colocarem criticamente. Tanto a FSP quanto a OESP se posicionam revelando uma agenda, indicando como o Brasil deveria se inserir internacionalmente, se projetar e conduzir suas relações econômicas. Desta forma, os dois jornais, como veículos de comunicação, trazem para o campo da política externa sua contribuição, agindo como mais um dos muitos atores que buscam incidir sobre a formulação e o processo decisório da Política Externa Brasileira.

A participação dos distintos atores estatais e não estatais tem como resultado a intensificação da politização das agendas de política externa. São novas demandas, novas questões, linguagens, ideias, narrativas, valores e símbolos que se somam no espaço público (MILANI; PINHEIRO, 2013). A mídia, enquanto

ator singular, ao mesmo tempo em que expande o alcance das temáticas de política externa para o grande público, emite seu posicionamento indiretamente no tipo de enquadramento e no agendamento das notícias, e diretamente nos seus editoriais.

Douglas C. Foyle (1997) aponta que a crença individual sobre o papel adequado da opinião pública na formulação da política externa pode ser tão variável que afeta em como os formuladores de política externa reagem à opinião pública quando estão formulando as decisões de política externa. Se os tomadores de decisão não acreditam na relevância da opinião pública no sucesso da formulação, eles podem ignorá-la no processo. Entretanto, ao perceberem que a OP pode apresentar dificuldades à política externa, eles devem levá-la em conta na sua avaliação (FOYLE, 1997). Acreditamos que mesmo que os formuladores de política externa no Brasil não contem com a opinião pública no processo de formulação, o suporte popular é desejável, o que classificaria o país numa posição “pragmática”, de acordo com o autor. Ainda que a mídia não conte com a capacidade de participar da formulação de política externa, ela dispõe da capacidade de diminuir a projeção nacional e internacional da política externa brasileira e amplificar seus erros frente à opinião pública.

O jornalismo conta com um campo amplo de atuação e não deve perder de vista que, subjacente à atividade de informação, está a construção de narrativas e cenários interpretativos das situações retratadas, que orientam os indivíduos nas suas decisões. No âmbito internacional, os veículos de mídia são os maiores responsáveis pela difusão das notícias e, sendo assim, sua responsabilidade na forma como trabalha os acontecimentos e representa o outro, por exemplo, o estrangeiro, à opinião pública, assume importância no âmbito das relações internacionais. Logo, o enquadramento dominante, como no caso da maior parte da mídia brasileira, num contexto de falta de veículos com a mesma capacidade de penetração, tende a enviesar e obnubilar outras narrativas dos fatos.



## Referências

AMORIN, C. Início de uma política externa Altiava e Ativa. In.: MARINGONI, A. et al. *2003 - 2013: uma nova política externa*. Tubarão: Editora Copiart, 2014

PATRIOTA nega recuo de política externa e diz que 'era hora de consolidar'. **BBC Brasil**, São Paulo, 22 de maio de 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513\\_entrevista\\_patriota\\_hb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513_entrevista_patriota_hb)> Acessado em: 15 de Janeiro de 2019.

DILMA viaja menos da metade que Lula ao exterior. **BBC UK**, Londres, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113\\_dilma\\_viagens\\_internacionais\\_ms\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb)> Acessado em: 06 de Fevereiro de 2019.

BOURDIEU, P. A Opinião Pública não existe. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.

BRASIL. VI Cúpula do BRICS. Disponível em: <[http://brics6.itamaraty.gov.br/pt\\_br/](http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/)> Acessado em: 06 de Fevereiro de 2015.

CASARÕES, G. A mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.1, n.2, Jul-Dez 2012.

CERVO, A; LESSA, A. O Declínio: Inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 57, vol. 2, 2014.

CORNETET, J. A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 5, nº. 24 jun. jul. 2014.

FARIA, C. Opinião Pública e Política Externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n.51 vol. 2, 2008.

FIGUEIREDO, R; CERVellini, S. Contribuições para o Conceito de Opinião Pública. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 3, nº 3, Dezembro, 1995.

MAIOR jornal do Brasil, Folha é líder em diferentes plataformas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 de março de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml>> Acessado em: 15 de Fevereiro de 2019.

FOYLE, D. Public Opinion and Foreign Policy: Elite Beliefs as a Mediating Variable. **International Studies Quarterly**, Vol. 41, No. 1, mar. 1997.

CONJUNTURA Labmundo. **Labmundo**. Disponível em: <[http://labmundo.org/2014/wp-content/uploads/2013/10/Conjuntura\\_Labmundo\\_131.pdf](http://labmundo.org/2014/wp-content/uploads/2013/10/Conjuntura_Labmundo_131.pdf)> Acessado em: 12 de Fevereiro de 2015.

LIMA, M; MILANI, C. **Reflexões sobre a política Externa Brasileira**. CEBRI (org.). Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/RefPolExtBr.pdf>> Acessado em: 20 de Janeiro de 2019.

MILANI, C; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013.

MCCOMBS, M. **The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion**, 2002. Disponível em: <<http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>> Acessado em: 15 de Janeiro de 2019.

MCCOMBS, M; SHAW, D. The Agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, N. 2. 1972, pp. 176-187.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores**. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/>> Acesso em 10 de Janeiro de 2019.

URIARTE, U. M.; BROTAS, A. O predomínio do enquadramento político-nacionalista na cobertura da nacionalização do gás natural da Bolívia. In: 4º Encontro Nacional de pesquisadores em jornalismo, 2006, Porto Alegre. **Anais do 4º Encontro Nacional de pesquisadores em jornalismo**, 2006.

ROSSETO, G; SILVA, A. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.26, jul. 2012.

SILVA, A. V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 49, abr. 2019.

VIEIRA, A. O. Crise política e impeachment: Uma análise dos efeitos da cobertura midiática na deposição de Dilma Rousseff. **Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.**, Naviraí, v. 4, n. 8, p. 4-26, jul. - dez. 2017.

ZAMIN, A. América Latina na imprensa: uma análise a partir de textos acadêmicos brasileiros do período 1980-2005. **Estudos em Comunicação**, nº7 - Volume 1, 219-234, maio de 2010.

## PATCHWORK - POLÍTICA E EDUCAÇÃO ■

### A universidade como espaço plural para a formação profissional, pessoal e cultural de jovens Potiguara

Elaine Freitas de Sousa<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-9748-239X

Jacques Therrien<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0001-5458-365X

**Resumo:** O artigo sintetiza um estudo crítico cultural, que inclui uma pesquisa de campo, tendo como objetivo geral perceber a partir da trajetória de vida dos jovens Potiguara, como suas experiências puderam contribuir para o ingresso na universidade auxiliando em sua formação. A pesquisa realizada foi qualitativa, com acadêmicos que estudavam em uma IES de âmbito Federal, utilizando a abordagem metodológica da pesquisa (auto)biográfica, com o intuito de dar centralidade às narrativas dos jovens Potiguara, proporcionando uma integração entre sujeitos e pesquisadores. Na análise, a partir de suas narrativas, foi possível o reconhecimento e a identificação de algumas contradições e complementaridades existentes na interseção entre o conhecimento acadêmico e o indígena, possibilitando uma formação que abrange o profissional, o pessoal e o cultural.

122

**Palavras-chave:** Universidade; Cultura; Jovens Potiguara; Formação.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Administração na Universidade Federal do Ceará - UFC. Pós-doutorado em Educação, na Universidade Estadual do Ceará - UECE. Doutora em Educação, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Educação Brasileira e Bacharel em Secretariado Executivo, pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado Executivo - ABPSEC, sendo membro avaliador da comissão científica para análise de trabalhos desenvolvidos na área. Parecerista em eventos da ANPAD e dos Periódicos GESEC e CONTEXTUS.

<sup>2</sup> Possui graduação em Pedagogia - Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro (1972), mestrado em Filosofia - Université de Montréal, Canadá (1964), graduação em Teologia Pastoral - Colégio Máximo Cristo Rei, Brasil (1969), mestrado em Educação - Cornell University (1976), e doutorado em Educação - Cornell University, USA (1979). Tem pós-doutorado na Université Laval, Canadá (1992) e na Universitat de Valencia, Espanha (2007). Pesquisador Sênior do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa Saber e Prática Social do Educador. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Ceará (UFC) onde foi Diretor da Faculdade de Educação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação. É professor pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

**Abstract:** The article synthesizes a critical cultural study that includes a field research with the general objective of understanding, from the life trajectory of young Potiguara, how their experiences could contribute to their entry into the university, aiding in their formation. The research carried out was qualitative, with academics who studied at a Federal Institution, using the methodological approach of (auto)biographical research, in order to centralize the narratives of young Potiguara, providing an integration between subjects and researchers. In the analysis, based on their narratives, it was possible to recognize and identify some contradictions and complementarities existing in the intersection between academic and indigenous knowledge, enabling a training that encompasses the professional, the personal and the cultural.

123

---

**Keywords:** University; Culture; Young Potiguara; Formation.

**Resumen:** El artículo sintetiza un estudio cultural crítico que incluye una investigación de campo con el objetivo general de comprender, desde la trayectoria de vida del joven Potiguara, cómo sus experiencias podrían contribuir a su ingreso a la universidad, ayudando en su formación. La investigación realizada fue cualitativa, con académicos que cursaron estudios en una Institución Federal, utilizando el enfoque metodológico de la investigación (auto) biográfica, con el fin de centralizar las narrativas del joven Potiguara, proporcionando una integración entre sujetos e investigadores. En el análisis, a partir de sus narrativas, fue posible reconocer e identificar algunas contradicciones y complementariedades existentes en la intersección entre el saber académico y el indígena, posibilitando una formación que englobe lo profesional, lo personal y lo cultural.

124

---

**Palabras clave:** Universidad; Cultura; Potiguara joven; Formación.

## Introdução

A universidade assume um papel significativo de formação que, embora sob alguns aspectos se assemelhem a outros organismos sociais, acaba sendo caracterizada pelo seu formato erudito, com inúmeras áreas do conhecimento e, justamente por isso, almejada por muitos que se encontram à margem deste universo tão fascinante.

Para compreender melhor esse deslumbramento, este artigo se detém sobre como ocorre a diversidade existente nas universidades, destacando a trajetória histórica destas instituições no Brasil, a partir do século XIX, conhecendo um pouco dos desafios e perspectivas que se desenvolvem neste espaço inter/multicultural. Em contrapartida, são apresentadas algumas falas dos sujeitos participantes da pesquisa, as quais reforçam essa pluralidade de ações e saberes que constituem a universidade como um todo.

Partindo dessa realidade tão plural, surgiram as seguintes indagações: como ocorre a inserção dos jovens Potiguara no âmbito acadêmico? Como esse ingresso pode contribuir na sua formação profissional, pessoal e cultural? O objetivo geral do estudo pretendeu perceber, a partir da trajetória de vida de jovens Potiguara, como suas experiências puderam contribuir para o ingresso na universidade, auxiliando em sua formação.

Para a execução deste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa com acadêmicos que estudavam em uma IES de âmbito Federal, através de uma abordagem metodológica da pesquisa (auto) biográfica, com o intuito de dar centralidade às narrativas dos jovens Potiguara, além de proporcionar uma integração entre ele/elas e os pesquisadores, algo que foi viabilizado e previamente acordado com os sujeitos envolvidos.

Dando sequência ao estudo, nos tópicos seguintes serão abordados a história da universidade no Brasil, a partir do século XX; a inclusão social através da educação no espaço inter/multicultural; a Metodologia e a Análise; e, por fim, as Considerações Finais.

## Referencial de Análise

Historicamente, ressalta-se que no Brasil algumas reformas foram realizadas, influenciadas pelo desenvolvimento das mudanças pedagógicas ocorridas em várias universidades europeias, marcadas pelo movimento iluminista, com ideias voltadas ao positivismo e ao liberalismo. Tais reformas precisavam conciliar, no cenário social, político e cultural, o caráter liberal com a tradição existente, desde o ensino de primeiro grau ao ensino de terceiro grau, como se chamava.

Após a Proclamação da Independência, em 1822, a Assembleia Nacional Constituinte visava estabelecer uma organização para estruturar o ensino público no Brasil, abrangendo todos os seus estágios de formação, desde a educação primária à educação científica, identificada como terceiro grau. Neste último, por acreditarem na importância e urgência em providenciar tal ensino para a elite do país. De acordo com Saviani (2007, p.119),

As discussões que se travaram em torno desse projeto, embora tenham derivado para aspectos secundários ligados à validade ou não do prêmio, à sua natureza e valor, revelaram, pelo próprio enunciado da questão posta em debate, a importância do tema que requeria solução urgente e prioritária: a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo o território do novo Estado. Essa aspiração esteve presente reiteradamente nos discursos das autoridades, de modo geral, assim como dos parlamentares, refletindo-se na Comissão de Instrução Pública que, entretanto, não conseguia objetivar num projeto a necessidade proclamada de um plano geral para a organização da instrução pública.

Desta forma, vale lembrar que mesmo tendo como objetivo e preocupação a organização do ensino público, era necessária a manutenção do ensino acadêmico apenas para aqueles pertencentes à elite da época, inclusive, sendo fato resguardado em projetos e instruções públicas.

Dito isso, se reforça - através da tentativa de legitimação utilizada desde o século XIX, quando existiam apenas planos e projetos para implantação do ensino científico no país - a necessidade de tal ensino ser possível apenas para os privilegiados e pertencentes às classes dirigentes, para resguardar o acesso social apenas aos que detinham o poder, já formando uma atmosfera de exclusão, numa instituição que nem sequer havia sido implantada.

Somente no final do século XIX ocorreu a reforma na educação primária, secundária e superior, conhecida como a reforma de Leôncio de Carvalho, através do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, sendo a última reforma legitimada no período imperial, no que diz respeito à educação, ressaltando como principal objetivo a liberdade para o ensino primário e secundário na Corte e superior em todo o Império (SAVIANI, 2007).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2013), a universidade se constituiu em um lugar único e privilegiado a partir do século XX, seguindo um modelo alemão, segundo o qual tal instituição se caracteriza por seu alto nível cultural e de conhecimento, sendo autônoma com relação às outras instituições sociais, principalmente quanto ao status que ela proporciona àqueles que a compõem, tanto no papel de discente, quanto na docência.

Com isso, o ensino superior contou com a sua regulamentação, a criação do curso de Medicina como campo autônomo, além de outros cursos livres, como faculdades de Direito.

Na primeira metade do século XX, a partir da década de 1920, identificamos uma transformação no campo educacional, influenciada pelo movimento da Escola Nova, que disseminou algumas ideias diferentes do contexto tradicional vigente neste período, caracterizado pelas posturas conservadoras da Igreja.

Esse movimento tinha influência positivista, estruturado por um pensamento laico, em contraposição a uma pedagogia tradicional que, embora encontrando resistência por parte dos conservadores, levaram adiante seus projetos e mudanças para benefício e avanço na educação do país.

Desta forma, ocorreu a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado por Francisco Campos, que estabeleceu sete decretos direcionados às mudanças, conhecidos como Reforma Francisco Campos. Destacando-se os voltadas à universidade, foram promulgados o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que cria o Conselho Nacional de Educação; o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; e o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização da universidade no Rio de Janeiro (SAVIANI, 2007, p.195).

Desta forma, perceber a universidade além da configuração estabelecida por aqueles que a colocam de maneira simplista, quanto ao seu papel social, educacional e cultural não condiz com o pensamento de um dos maiores defensores



da educação neste país, o ministro Gustavo Capanema, que em entrevista concedida à Agência Meridional Ltda, em 1934, afirmou o seguinte,

Uma universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades, ou, mesmo a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob esta pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente, a fornecer diplomas para as profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise à investigação, a pesquisa, o estudo, o conhecimento, a cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar os conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não se terá nunca uma universidade. Essa nasce – falo de modo genérico – para criar uma cultura real e direta, haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhes os problemas, reservar-lhe [?] a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização. (SHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 221)

Sendo assim, esse pensamento desmistifica a ideia de que a universidade detém apenas um papel de ensinar profissionais, através de transmissão de conteúdos, onde as relações sociais e culturais nem sequer assumem um papel secundário, mas simplesmente nem existem enquanto caráter formador e de educação, que envolvem uma dialogicidade entre os conteúdos e conhecimentos da realidade do educando e educanda, atrelados às experiências na relação docente/discente.

Portanto, falar da universidade significa englobar inúmeros aspectos em decorrência das várias esferas que a compõem, nos campos institucional, político, de financiamentos, de planos de estudo, a imagem que esta possui socialmente, as seleções estabelecidas para se ingressar como discente, docente e servidor, o vínculo com a comunidade e, principalmente, seu caráter formador.

No aspecto de formação, uma das suas características é sua abordagem complexa em não apenas se preocupar com o conteúdo previamente estabelecido para cada área de atuação e cursos específicos, mas adentrar no caráter humanístico, moral e ético. Assim, a universidade cumpre seu papel em trabalhar a educação de forma completa.

O âmbito acadêmico se caracteriza pela grande diversidade de pessoas, culturas, conhecimentos, aprendizagens, experiências, formações, identidades,

dentre outros aspectos que acabam pluralizando as relações existentes entre todos aqueles e aquelas que compõem este universo.

O mais curioso na mistura desses elementos é poder perceber que, dependendo da condução de quem está inserido neste contexto, no papel de educador ou educando, as relações podem estabelecer uma “dialogicidade” a partir das diferenças e similaridades encontradas no conhecimento da experiência e cultura de cada pessoa inserida na universidade, mesmo que para isso, em alguns momentos, o/a professor/a se posicione com certo antagonismo.

Partindo desta realidade, o docente acaba vivenciando experiências que o levam a confrontar, inclusive, a própria formação, seja ela acadêmica ou oriunda de outros espaços que são significativos ao longo de sua trajetória de vida, tais como a família, a religião, seus posicionamentos políticos e, até mesmo, alguns saberes que são transmitidos como sendo folclóricos, além de determinados estereótipos e representações culturais que acabam sendo desvalorizadas por não “contribuírem” com aquela lógica estabelecida pelo sistema educacional imposto.

Exemplos desses estereótipos e rótulos podem ser percebidos através do modo como a realidade e a cultura indígena são apresentada nos livros, alguns dados em material escolar e até mesmo na sala de aula, quando se debate este tema, vendo o indígena como algo folclórico, sem acesso à tecnologia, à universidade e aos espaços pertencentes a outras esferas sociais que não seja a aldeia, como se isso não fosse possível.

Na verdade, essa realidade apresentada acaba sendo distorcida e “fantasiada”, criando um contexto não condizente com o que de fato ocorre nessas comunidades. Porém, as diferenças apresentadas, mesmo sob os prismas destes rótulos, devem ser reavaliadas e ressignificadas, pois lidar com a pluralidade cultural não deve ser visto como um desafio negativo, mas como uma oportunidade de crescimento pessoal, social, cultural e profissional.

No caso dessa pesquisa, ocorreu uma aproximação com os discentes e o entrosamento mútuo em sala de aula, a relação de troca possibilitou as observações e conversas informais, visando ao resgate de memórias e experiências por parte desses jovens, acarretando contribuições e disseminações da própria cultura aos demais estudantes. Houve interesse dos jovens em contribuir com esta pesquisa, pois acharam importante registrar sua cultura para que outras pessoas possam entendê-los e, assim, respeitá-los dentro da sua realidade étnica.

Além disso, a universidade ao criar a oportunidade para a formação acadêmica desses jovens Potiguara, torna-se responsável não apenas em propiciar seu ingresso no mercado de trabalho, mas também em contribuir com conhecimentos que possam fortalecer e defender a identidade desse povo.

Cada sujeito e comunidade, assim como a sociedade em sua totalidade, se constitui a partir das mais diversas formas de experiências e transmissão de “saberes aprendidos”, considerando os conhecimentos repassados de geração a geração, num movimento contínuo de preservação das tradições e da cultura de cada povo, conhecidos como conhecimento do senso comum.

Embora para muitos esse conhecimento não tenha um valor acadêmico, as narrativas realizadas através da oralidade, da escrita ou através de figuras e imagens tiveram e continuam tendo um importante papel neste processo. Para Mello (2013, p.13):

E quem de nós não conhece a sabedoria popular? A capacidade criativa da nossa gente? Mas são poucas as vezes em que o homem inculto passa lição aos doutores... O senso comum aproxima-se muito do conhecimento científico, naquilo que tem de prático. Ele parece ser um conhecimento espontâneo e pouco preocupado com a lógica de raciocínio. No entanto, tudo indica que tal não ocorre. Parece que o senso comum tem sua força justamente na experiência diária. É, pois, um conhecimento adquirido pela experiência e prática da vida. A diferença principal entre a ciência e ele reside, justamente, no fato de que a ciência, como conhecimento experimental, destaca o controle desses experimentos e das observações; ao passo que o senso comum é um conhecimento experimental não controlado.

Neste caso, os indígenas que ingressam na universidade recebem este conhecimento em suas comunidades de origem, através da transmissão intergeracional, mesmo que essa prática venha mudando em outras culturas, devido à evolução tecnológica e dos recursos existentes para a comunicação, acarretando também a diminuição e distanciamento das novas gerações do movimento de interiorização da própria cultura.

Esse processo de mudança na transmissão do conhecimento acarreta certo descaso pelos costumes e tradições repassados ao longo do tempo. De algum modo, hábitos outrora vividos como relatos, narrativas e histórias de vida, acabam ficando em “segundo plano”, muitas vezes, sem a valorização das experiências de vida, embora seja algo natural no processo de formação da sociedade.

Embora tais mudanças de alguma maneira possam ser consideradas “naturais”, observa-se que em determinadas comunidades, neste caso com os índios Potiguara, as atividades simples, como a rotina do dia a dia, a utilização de determinados rituais e utensílios, a valorização do saber dos mais velhos e das mulheres, repassados às novas gerações através dessas narrativas de vida, do compartilhamento da experiência a partir do ato de contar, ainda têm um valor significativo e representativo para as gerações mais novas.

Desta forma, ao pensar que a partir do momento que essa “rotina” de manter a tradição é afetada, sobretudo, por conhecimentos distintos da cultura local, neste caso, o conhecimento acadêmico visto até certo ponto como algo global, possibilitar a relação entre esses saberes da tradição e os acadêmicos de forma a agregar e não desvalorizar a própria cultura, considerando que essa formação acadêmica não envolve a relação entre indivíduo e coletividade (no sentido de buscar apenas um benefício individual, sem a preocupação as decisões afetaram o todo), o que acaba se configurando como algo extremamente desafiador nos tempos atuais. De acordo com o pensamento de Hall (2006, p. 79),

Por outro lado, as sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca. A ideia de que esses são lugares “fechados” – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a “alteridade”: uma “fantasia colonial” sobre a periferia, mantida pelo ocidente que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como “intocados”.

Diante desse cenário, em que determinadas sociedades ocidentais viviam de maneira “isoladas” para manterem seus costumes “intactos”, percebe-se que o processo de globalização altera esse contexto, o que no caso desta pesquisa, ocorre com os sujeitos participantes através do ingresso na universidade, desmistificando essa ideia do indígena “intocável”.

Para se entender melhor esse processo de formação a partir da experiência dos sujeitos é necessário perceber que os estudantes indígenas, ao ingressarem na universidade, acabam por trazer seus conhecimentos adquiridos na cultura Potiguara e enfrentam o desafio de atrelar seu próprio estilo de vida ao universo acadêmico tão distinto de suas realidades.

## Abordagem Metodológica

Nesse trabalho ocorreu a escolha da metodologia de natureza qualitativa, por ser a que mais se adequa para alcançar o objetivo proposto, já que ao abordar as narrativas de vida dos estudantes indígenas reportou-se diretamente a essa relação indivíduo/coletivo.

A escolha do método se constitui como fator primordial no direcionamento dos resultados, através dos processos e procedimentos envolvidos, mas também no reconhecimento daquilo que se descobre sem esperar, porque ao lidar com o subjetivo acaba-se por vivenciar experiências “não planejadas”, digamos assim, ao mergulhar no universo do outro e de nós mesmos, ou seja, com aquilo que compõe e forma o humano na sua interação com a realidade. De acordo com Minayo (2009, p.21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...].

No universo da investigação qualitativa, escolheu-se a pesquisa (auto) biográfica, já que desta forma é possível trabalhar diretamente com conceitos como cultura e formação, tentando compreender a relação destes através do aprofundamento das definições de narrativa, biografização e experiência formadora, ressaltando que estes se encontram atrelados aos conceitos embaixadores deste trabalho, conforme apresentados a seguir.

Para o entendimento dos processos de formação num contexto mais recente, vale salientar que devido às mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 80, com o movimento de globalização nesse período quando a profissionalização e a identidade de cada sujeito ganharam um viés individualizado, houve a necessidade de emergir em processos formadores diferenciados, que contemplassem esse “individualismo” nascente, ou seja, a partir de uma (auto)biografização, realizada com a narrativa. Para Delory-Momberger (2008, p.38),

Essa escrita, pela qual tornamo-nos os *recitantes* da nossa vida, nos inscreve na história e na cultura. A imersão do fato biográfico na linguagem da narrativa remete à historicidade das linguagens da narrativa: as histórias que contamos de nossa vida se *escrevem* sob as condições sócio-históricas da época e da cultura (das culturas) às

quais pertencemos. Há uma história (uma historialidade) do “narrar a vida”, como há uma história (uma historialidade) do “indivíduo”, da “consciência de si”, do “sujeito”. As formas que toma a linguagem da narrativa em tal estado da sociedade, em tal relação do indivíduo com o político e o social, imprimem sua marca em nossas representações biográficas. Os escritos que fazem a narrativa de vida, em suas múltiplas formas (biografias, autobiografias, diários, correspondências, memórias, etc.) constituem, desse modo, o material privilegiado para se ter acesso à forma como os homens [e as mulheres] de uma época, de uma cultura, de um grupo social, *biografam* sua vida.

Portanto, a biografização proporciona uma reflexão e uma dimensão de resgate das próprias experiências como forma de definir uma singularidade, através dos métodos que propiciam uma reflexividade, como um balanço dos seus percursos e de suas competências, para um caminho de formação do projeto pessoal e profissional de cada um.

Com relação aos sujeitos, tivemos a participação de acadêmicos que acompanharam toda a preparação da pesquisa, desde o princípio de sua elaboração. Esses participantes, através de suas falas e experiências, contribuíram na “costura” de todo o texto, ressaltando-se que suas falas serão vistas ao longo da análise proposta, identificados como Sujeito 1, 2 e 3.

Assim, a pesquisa (auto) biográfica revela uma nova forma de compreensão da narrativa e da experiência, apontando para sua presença na relação entre a teoria e os sujeitos sociais, o que possibilita uma interação direta com a visão de mundo dos sujeitos atuantes na pesquisa, requerendo uma teoria apropriada não apenas para embasamento do trabalho em questão, mas também de conhecimento necessário para desenvolver as técnicas e realizar a análise das narrativas e das informações relatadas e apresentadas nas atividades ocorridas ao longo do trabalho.

## **Alguns Resultados**

Partindo dessa educação completa e abrangente proposta pela Universidade a partir do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, garante-se o compromisso em proporcionar espaços e atividades que perpassam o espaço da sala de aula, assegurando aos discentes experiências e saberes que envolvam não apenas as teorias estudadas.

Exemplo disso ocorre quando a teoria aprendida se transforma em projetos que possam beneficiar a própria realidade daquele que faz parte do âmbito acadêmico, neste caso, a comunidade Potiguara, pois sem a interação com outros espaços, o conhecimento “parado” sempre deixará a formação inconclusa, incompleta, sendo necessária a busca e envolvimento em outras atividades propostas e oferecidas pela universidade.

*-Infelizmente, eu me tornei aquela aluna que ela literalmente quase “passou” pela universidade, porque eu não consegui me envolver tanto, com nada. Comecei a trabalhar na Prefeitura e, eu acho, eu sinto que eu me acomodei, né, comecei a trabalhar e não consegui me envolver com monitoria, não consegui me envolver com extensão, eu fiquei muito para sala de aula, então hoje por mais que eu busque, eu procure algo assim que eu possa dar de retorno, pra a minha aldeia, eu não encontro. (Sujeito 1)*

*-Hoje eu estou ensinando a língua inglesa e já vai fazer dois anos, então hoje eu contribuo com meu povo a partir dos conhecimentos adquiridos pela universidade a partir do que a universidade me propôs. Se eu tivesse ficado dentro da sala de aula isolado, não teria como eu estar aonde eu estou, porque teve a extensão, teve a monitoria, teve isso, teve aquilo, e aí eu fui e lutei, busquei, então hoje eu me tornei professor de língua inglesa da escola que estudei. (Sujeito 2)*

*-A sala de aula ela era muito limitadora, entendeu? Então, assim, eram só os textos, você lia e tal... era muito teoria que não me satisfazia na minha realização pessoal, eu não achava que estava tendo essa satisfação pessoal, estava tendo muito uma formação mercadológica, que na verdade não era o que eu queria. [...] Quando a gente entrava na universidade, o PET era suporte de conhecer, de se aprofundar, quem foi do PET sabe como é, que é esta preocupação de estar chegando agora, de estar atento. O PET era muito mais que um projeto de extensão, era um conjunto, projeto mesmo de vida, de você realmente se preocupar com outro, e aí dava suporte que a sala de aula não dava, jamais vai dar, acho. (Sujeito 3)*

Diante desta percepção dos próprios sujeitos em considerar as ações acadêmicas extraclasse como fundamentais para complementar uma formação integral, em suas falas ressalta-se também o reconhecimento que possuem em não ver o espaço acadêmico apenas por uma busca de um diploma que os capacite ao exercício de uma profissão, mas que esse ensino também envolva seu lado pessoal, propiciando um crescimento nas relações deste indivíduo com ele próprio, com outros indivíduos e com a sociedade.

*-A minha formação pessoal teve um diferencial enorme, pois eu busquei além da sala de aula, participei de projetos que fizeram toda diferença na minha vida, o que contribuiu com a minha formação humanística. (Sujeito 3)*

*-A formação me mostrou em vários aspectos que sou capaz de conquistar o que desejo por meio da aquisição de conhecimentos e meu próprio esforço pessoal. Ainda assim, acredito que poderia ter me envolvido mais em projetos para assim aproveitar mais o que a graduação oferecia. (Sujeito 1)*

*-A minha formação contribui muito para o meu crescimento pessoal. Posso dizer que todo o esforço foi válido. (Sujeito 2)*

Sendo assim, perceber a importância desta instituição como fundamental para o engrandecimento cultural de uma nação em seu aspecto científico, tecnológico, estrutural e cultural, trata-se de algo fundamental, embora ressaltamos algumas restrições e limitações quanto à oportunidade de acesso por indivíduos de classes menos favorecidas, além do conhecimento hegemônico que muitas vezes se sobressai nesta instituição.

Quanto a este conhecimento hegemônico, caracterizado pelos conteúdos impostos, posturas autoritárias exercidas por determinados docentes, exclusão e desvalorização dos conhecimentos do senso comum e da realidade de vários discentes, acarretando em uma educação e rotina acadêmica de forma vertical, remetendo ao pensamento de Pierre Bourdieu, quando este fala acerca do poder simbólico, que envolve as instâncias de poder disseminadas por toda parte, mas de forma invisível e, em sua maioria, imperceptível.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p.15).

No caso deste poder, o resultado é que acaba afetando e excluindo quem não detém o capital simbólico, gerando certa “violência” exercida de forma “maquiada”, acarretando desigualdade e desvalorização de culturas vistas como minorias no meio acadêmico, restringindo-o somente à transmissão de um saber estruturado e engessado, estabelecido previamente pelas classes dominantes.



Um exemplo claro da “cristalização do saber” proveniente desta instituição ocorre nas escolhas de conteúdos e de cursos ofertados, como mencionado, mas também se estendendo ao acesso à própria instituição, quando identificamos que as universidades públicas acabam se destinando às elites, pela facilidade de ingresso favorecido pelo nível de formação que tiveram em sua trajetória escolar, enquanto os filhos de classes populares procuram as instituições privadas.

*-Na verdade, a universidade não é para pobre, a universidade é pra rico, e aí, quando você chega na universidade que você não tem como acompanhar e aquele padrão da universidade, aí só tem escolha ou você tenta de todas as formas, e sei lá, se apoiar em outra pessoa que está igual a você, que foi o meu caso. (Sujeito 3)*

Perguntados acerca das principais dificuldades que tiveram no decorrer do ingresso na universidade, a partir do questionamento: “Quais as principais dificuldades encontradas na Universidade?”, as/o estudantes afirmaram o seguinte:

*-Muitas dificuldades, falta de recursos financeiros para alimentação, transportes, xerox entre outras coisas. (Sujeito 3)*

*-A princípio enfrentei muitas dificuldades, tanto ao que se refere ao transporte, como socialização com os outros alunos. Surgiam muitos questionamentos em relação ao nosso povo quanto a vestimentas, cultura etc. E eram questionamentos que muitas vezes demonstravam falta de conhecimento quanto a nossa história e realidade. (Sujeito 1)*

*-Condições financeiras para se manter na graduação. Quando ingressei, o Campus IV ainda estava em fase de construção, lembro que na inauguração da biblioteca eu estava no segundo período do curso, posteriormente teve a inauguração do laboratório de Secretariado – LABSEC. Então, foi meio que um crescimento mútuo, no momento em que a universidade, se tratando do curso de Secretariado, se organizava. Eu estava estudando, então houve dificuldades com relação ao material específico da área de Secretariado, o que fazia com que os professores trouxessem apostilas para xerocarmos, e isso muitas vezes era complicado por falta de recursos. (Sujeito 2)*

Muitas das dificuldades apontadas acabam sendo reflexos de tantas exigências e responsabilidades assumidas pela universidade, não somente com relação a sua imagem, mas salientando seu compromisso ético na condução da formação técnica e moral de seus estudantes e servidores, que, de certa forma, acaba se estendendo à sociedade, pois acaba sendo percebida como uma instituição que representa posturas e saberes científicos. Segundo Santos (2013, p.379),

A exigência posta no trabalho universitário, a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da atividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objetivos fizeram da universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites.

Apesar desse papel único e fundamental que apenas essa instituição proporciona em sua esfera social, em vários momentos precisou passar por transformações em sua estrutura, para atender algumas “cobranças” por parte do Estado e da sociedade, como por exemplo, em sua atuação moral e educacional, a utilização e gestão de seus recursos financeiros, tecnológicos e de conhecimentos, a busca por financiamentos externos que possam suprir a realização de projetos, dentre outros aspectos que se propagam até os dias atuais.

Nesse sentido, o âmbito acadêmico atravessou algumas pressões que desencadearam estados de tensões entre contradições existentes, devido às várias características e interesses que estruturam a universidade, gerando certas disparidades, acarretando problemas e dificuldades que perduram até os dias atuais, como pode ser identificado quanto ao padrão cultural, a hierarquização dos saberes e a questão da autonomia enquanto instituição. De acordo com Santos (2013, p. 375),

Essa gestão de tensões tem sido particularmente problemática em três domínios: a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade se tem vindo a ocupar desde a idade média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial (Moscati, 1983, p.22); a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sociopolíticas da democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objetivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial.

Seguindo a lógica de Santos (2013, p. 379), partindo dessas contradições e de determinadas cobranças geradas por elas, que ele denomina de pressupostos,

algumas dicotomias foram geradas na universidade e se entravam até hoje, conforme já mencionado, caracterizadas pela alta cultura – cultura popular; educação – trabalho; teoria – prática.

Trazendo toda essa discussão de aceitar/tolerar, se adequar/adaptar/reconhecer para o universo acadêmico, quando esses grupos vistos como sendo “diferentes” ingressam na universidade, perceber a necessidade de mudança de comportamento, principalmente, quando se trata em acolher grupos minoritários, como os indígenas, em que esses buscam maior autonomia para resguardar os seus direitos em defesa de si e de seus povos, facilita no processo de integração e interculturalidade, reforçando a escolha por parte deles em ter buscado um curso superior. Ao responderem à pergunta: “Por que você escolheu uma formação de nível superior?”, as respostas foram:

*- Para conseguir uma boa profissão. (Sujeito 2)*

*- Para ter acesso ao conhecimento que pudesse contribuir com o meu povo. (Sujeito 3)*

*- Sempre fez parte dos meus planos continuar estudando, mesmo após a conclusão do segundo grau. Felizmente tive a oportunidade de participar do cursinho pré-vestibular oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Foi por meio do contato com os universitários que nos davam aula e outros envolvidos que pude entender que o curso superior poderia me proporcionar uma formação profissional. (Sujeito 1)*

Devido aos interesses desses jovens se entrelaçarem entre os aspectos individuais, como a busca de uma profissão; e coletivas, que essa profissão possa atender e ajudar a própria comunidade, a escolha dos cursos por parte desses estudantes se dá, principalmente, pela necessidade de formação em atender e suprir lacunas deixadas pela assistência proveniente do poder público. Por isso, cursos na área de saúde, direito, licenciaturas e sociologia, prevalecem no topo da escolha desses povos, como forma de se transformarem em “intelectuais orgânicos”, embora não tenha sido o caso dos nossos sujeitos, como será mostrado adiante.

## Considerações Finais

Nesse artigo, a formação superior é entendida a partir de uma visão holística, através da epistemologia da palavra, considerando esse processo em sua totalidade e profundidade, vislumbrando a educação em seu sentido de troca, educação dialógica, formando na ação, ressaltando o ato de reflexão e do fazer consciente e transformador.

Em seu papel institucional, a Universidade Federal em questão, possui um compromisso social com relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de um papel cultural, que engloba a diversidade e a cidadania, destacando e agregando valores não somente para aqueles que a frequentam diretamente, mas também para a sociedade.

Considerando o objetivo geral, que foi perceber a partir da trajetória de vida dos jovens Potiguara como suas experiências puderam contribuir para o ingresso na universidade auxiliando em sua formação, identificou-se como algo bastante significativo quanto aos aspectos pessoais, coletivos, profissionais e de conhecimento.

Nessa visão de amplitude, expansão e abrangência que a universidade tem se transformado, possibilitando oportunidades para que docentes, discentes e comunidades possam atuar ativamente, independente do próprio nível de ensino e de onde fizeram parte anteriormente, através da possibilidade no ingresso, de posicionamentos políticos, ideias e preparação para o mundo do trabalho e de outras esferas sociais, com relação a essa adaptação ao universo acadêmico tão peculiar.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1989.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto**. In: **Educação e Pesquisa**. v. 32, n. 02, maio/agosto, 2006, p. 359-371.

\_\_\_\_\_. **Biografia e Educação: Figuras do indivíduo-projeto**. Tradução de Maria da Conceição Passegi, João Gomes da Silva Neto, Luís Passegi. Natal – RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 16<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo, SP: Paz e Terra. 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. 28<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 14<sup>a</sup> Ed. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: SP: Autores Associados, 2007.

SHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria e COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## Educação e Educação Tecnológica no Brasil: trajetórias truncadas

Adriano Eurípedes Medeiros Martins<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0003-0640-3567

Luciano Marcos Curi<sup>2</sup>

**Resumo:** A técnica e a tecnologia nos têm propiciado uma diversidade de produtos e máquinas. É justamente a maquinaria que dá maior visibilidade ao processo de transformação da ciência em determinado objeto, seja este último material ou não. Nesse processo sistêmico há dois protagonistas: a técnica e a tecnologia. Noutros termos, trata-se da clássica relação do sujeito criativo com o seu objeto criado: convergência, num processo evolutivo truncado entre o Homo Faber e o Homo Sapiens. Fruto desse processo de idas e vindas, temos outra resultante dessa relação expressa na ruptura do sujeito com o seu objeto: com a maquinaria, o sujeito torna-se cada vez mais dependente do equipamento e não da sua própria racionalidade. No Homo, que é tanto Faber como Sapiens, a técnica e a tecnologia compõem um todo indissociável do agir e da formação histórica do homem. A produção do homem é, concomitantemente, um processo de formação do homem. Há aqui uma relação implícita de identidade entre produzir e formar. Ora, por

141

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (1998). Especialista em Administração Estratégica (2009) pela Uniminas. Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Doutorado na área de Filosofia Política pela UFMG. Pós-doutorado na UFU (2015-2016). Desde 2010, é professor de filosofia, ética, política e direito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) - Campus Uberaba.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Uniaraxá (1997), especialista em Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História e em História do Brasil República pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre em História Social também pela UFU (2002). Doutor em História das Ciências pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Pós-Doutor em História pela UFU (2020).

que produzimos seja lá o que for? Não seria isso uma espécie de resposta às contingências e demandas que o dia a dia ou a realidade efetiva e concreta - que nos rodeia e dentro da qual estamos inseridos - coloca-nos regularmente? Vimos que há, dado esse cenário, uma finalidade (*telos*) em nossas ações. Nossas ações nos transformaram e, ao mesmo tempo, transformaram o mundo à nossa volta com reflexos nas relações do homem consigo mesmo, com os outros e com o seu entorno. A partir dessas transformações, buscamos estabelecer o papel da Educação, especialmente na Educação Tecnológica nos desdobramentos desse complexo processo multifacetado. Por fim, com uma abordagem qualitativa da processualidade histórico-social, propomos descrever e explicar os principais fatores históricos, suas recorrências, que implicam num truncado desenvolvimento técnico e tecnológico, além dos seus profundos impactos na educação brasileira.

**Palavras-chave:** Educação Brasileira. Tecnologia. Ciência.

**Abstract:** Technique and technology have provided us with a diversity of products and machines. It is precisely the machinery that gives greater visibility to the process of transforming science into a given object, whether the latter material or not. In this systemic process there are two protagonists: the technique and the technology. In other words, it is the classic relationship between the creative subject and his created object: convergence, in a truncated evolutionary process between Homo Faber and Homo Sapiens. As a result of this process of coming and going, we have another resulting from this relationship expressed in the rupture of the subject with his object: with machinery the subject becomes, more and more, dependent on the equipment and not on his own rationality. In Homo, which is both Faber and Sapiens, technique and technology make up an inseparable whole of man's acting and historical formation. The production of man is, simultaneously, a process of formation of man. There is an implicit relationship of identity here between producing and forming. Now, why do we produce anything? Wouldn't that be a kind of response to the contingencies and demands that the day-to-day or the effective and concrete reality - that surrounds us and within which we are inserted - places us regularly? We saw that, given this scenario, there is a purpose (*telos*) in our actions. Our actions have transformed us and, at the same time, have transformed the world around us with reflections on man's relations with himself, with others and with his surroundings. From these transformations, we seek to establish the role of Education, especially in Technological Education in the unfolding of this complex multifaceted process. Finally, with a qualitative approach to historical-social processuality, we propose to describe and explain the main historical factors, their recurrences, which imply a truncated technical and technological development, in addition to their profound impacts on Brazilian education.

**Keywords:** Brazilian Education. Technology. Science.



**Resumen:** La técnica y la tecnología nos han proporcionado diversidad de productos y máquinas. Es precisamente la maquinaria la que da mayor visibilidad al proceso de transformación de la ciencia en un determinado objeto, sea éste material o no. En este proceso sistémico hay dos protagonistas: la técnica y la tecnología. En otras palabras, es la clásica relación entre el sujeto creador y su objeto creado: la convergencia, en un proceso evolutivo truncado entre el Homo Faber y el Homo Sapiens. Como resultado de este proceso de idas y venidas, tenemos otro resultante de esta relación expresado en la ruptura del sujeto con su objeto: con la maquinaria, el sujeto se vuelve cada vez más dependiente del equipo y no de su propia racionalidad. En Homo, que es a la vez Faber y Sapiens, técnica y tecnología forman un todo inseparable de la acción y formación histórica del hombre. La producción del hombre es, al mismo tiempo, un proceso de formación del hombre. Hay aquí una relación implícita de identidad entre producir y formar. Ahora bien, ¿por qué producimos algo? ¿No sería esto una especie de respuesta a las contingencias y exigencias que nos coloca regularmente el día a día o la realidad efectiva y concreta -que nos rodea y dentro de la cual estamos insertos-? Hemos visto que, ante este escenario, hay un propósito (telos) en nuestras acciones. Nuestras acciones nos han transformado y, al mismo tiempo, han transformado el mundo que nos rodea con reflexiones sobre las relaciones del hombre consigo mismo, con los demás y con su entorno. A partir de estas transformaciones, buscamos establecer el papel de la Educación, especialmente de la Educación Tecnológica, en el desenvolvimiento de este complejo proceso multifacético. Finalmente, con un abordaje cualitativo del proceso histórico-social, nos proponemos describir y explicar los principales factores históricos, sus recurrencias, que implican un desarrollo técnico y tecnológico truncado, además de sus profundos impactos en la educación brasileña.

**Palabras clave:** Educación Brasileña. Tecnología. Ciencia.

## Primeiras ponderações...

Educar é ser o que somos: humanos. A Educação é uma necessidade intrinsecamente humana, ela é uma constante na vida do indivíduo e que nos acompanha, também, na nossa vida em sociedade. A Educação, aliada ao Trabalho, responde pela quase totalidade da formação humana. Isto é, o Trabalho e Educação são codeterminantes na formação e desenvolvimento humano. Este desenvolvimento do sujeito no mundo implica numa dada Técnica e Tecnologia e num tipo de relacionamento com o meio circundante. Desde já precisamos ter claro que a tecnologia é uma resposta humana às necessidades que o próprio ser humano estabelece para si e para a sua coletividade social.

São muitas e diversas afirmações. Mas, afirmar não é o mesmo que explicar, por isso, essas afirmações precisam de certo aprofundamento para apreendermos suas múltiplas dimensões, posto que assim podemos abarcar a multiplicidade e dinâmica da realidade truncada, concreta, dialética e efetiva dessas associações entre formação humana, Trabalho, Educação, Tecnologia e Técnica.

Tendo como balizamento as ponderações acima, começaremos nossa abordagem por uma pergunta minimalista: o que é o ser humano? Pergunta simples, mínima mesmo, mas muito complexa. Reduzindo essa dada complexidade ao nosso campo de análise - aspectos criacionistas à parte - partimos da seguinte premissa: o ser humano é ser autocriativo. E, como veremos, isso nos possibilitará compreendermos as mudanças e a riqueza das soluções, isto é, as resultantes em diversas áreas de ação e conhecimento: Educação, Técnicas, Tecnológicas e Trabalho.

Nesse artigo, ademais, optamos por expor e analisarmos díades (Trabalho e Educação; Trabalho e Tecnologia; Trabalho e Técnica; Tecnologia e Educação...) aliada a certos fatores históricos (com ênfase no Brasil de ontem com ecos no do amanhã). Entretanto, tais divisões são meramente didáticas e expositivas, posto que demonstraremos que há mais do que relação, defendemos que há certa unidade entre Educação, Trabalho, Ciência, Técnica e Tecnologia.

## Ontogenia humana: Educação e Trabalho

O ser humano é o Trabalho. Trabalho é Educação. O ser humano só o é se educa-se. Diante dessa série de codeterminações, podemos inferir que “o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho” (SAVIANI, 1989, p.8). Não se trata de uma mera relação, mas sim de uma codeterminação. Uma codeterminação dialética. Essa dialética reforça a unidade de elementos, principalmente por não haver sujeito e objeto claramente distintos e autônomos; mas uma síntese que emana de certas dualidades estruturais típicas da realidade. Isso pode soar complexo, mas, dito de outro modo: a realidade atual surge da mutação daquilo que já existia, e - como a dinâmica impera - tudo se transforma. Tal transformação é causal, logo, ela só é o que é, por que se apoia no que já existia. Então, algo existia, mas por conta da dinâmica da realidade concreta, tudo muda, está em constante fluxo (KOSIK, 1976, pp.9-20). Mas reforçamos que essa mudança não é aleatória e é consequência do que foi, daquilo que se constitui como um fenômeno passado. O que por sua vez leva-nos a outro cenário: o que virá, só virá no futuro, pelo que determinaremos hoje, no presente, por meio de nossas próprias ações, reações e omissões. Nesse cenário, podemos argumentar que o ser humano<sup>3</sup> vai se constituindo na mesma medida em que responde às suas necessidades e àquelas do seu entorno. Ao moldar o meio-ambiente o ser humano, também, molda a si mesmo. Assim, trabalhar é transformar necessariamente a si e a natureza circundante. Tal quadro, em suma, evidencia a situação ontogenética do ser humano, justamente por não se restringir à determinada época ou condições históricas específicas.

Dada essa atemporalidade ontogenética - que também é ‘ánthropos’, antropogenética - as resultantes das ações humanas são delineadas através do agir historicamente determinado. Haja vista que existem certas características marcantes típicas da sociedade contemporânea e que se mostram ausentes noutros momentos históricos, tal qual a questão do individualismo. Dado esse quadro

<sup>3</sup> A questão de quem é o ‘homem’ (ser humano) traz conexa a questão de quem é o ‘indivíduo’. Apontamos que não são sinônimos, mas também não exploraremos seus diversos matizes. Apenas apontamos que, conforme Saviani, “Sabemos que o **indivíduo** é um produto histórico tardio, já que o homem se constitui inicialmente como ser gregário, como ser em relação com os outros” (1989, p. 11). E, será apenas na sociedade moderna que o indivíduo irá contrapor-se à sociedade. O homem é aquele ser que se adapta à natureza - não há estranhamento, tão somente um saber ou conhecimento que favorece tal adaptação.

fenomênico-temporal, podemos retornar à nossa realidade efetiva e questionarmos sobre as razões e os fundamentos da Educação Brasileira, especialmente a Técnica e Tecnológica no século XXI. Delimitando mais ainda a questão e dado os fundamentos econômicos da sociedade brasileira, propomos doravante um estudo crítico e analítico da Educação Técnica e Tecnológica no Brasil deste novo milênio e de sua mutação truncada ao longo do tempo. Eis, portanto, as linhas gerais da nossa problemática: até que ponto as “transformações humanas e organizacionais devem caminhar passo a passo com as mutações tecnológicas”? (ANTUNES, 2003, p.59).

A sociedade moderna, inclusive a brasileira, foi marcada pela necessidade de universalização da Educação. Mas, isso parece transparecer que apenas chegamos ao campo da retórica sofisticada e dos adornos à realidade concreta. O que significa essa tão propalada ‘universalização’? Progredimos? O que nos aguardará no futuro? Vale um alerta: quando a deusa romana Juno mostra uma face a outra se oculta. Podemos afirmar que assim é a Educação na modernidade: em princípio um fator de emancipação humana via letramento e atividade intelectual; mas... e sempre há um ‘mas’ na Educação Brasileira. Constatamos que os dias passam, mas as transformações têm ares de retrocesso. Como ilustração, destacamos algumas ações e conexões entre o governo e as políticas públicas educacionais associadas ao empresariado industrial brasileiro de meados do século passado, cujos impactos persistem até os dias atuais. Mais grave: tais mudanças ocultam retrocessos e interesses meramente setoriais.

Nesse âmbito, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fundada em 1938, foi a grande propagadora da necessidade de que o Estado brasileiro investisse maciçamente em Educação Técnica e Tecnológica. Destacamos que há Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica, apenas parcialmente. Em termos de uma Educação como formação integral, não houve e não há proposta nem ação que lhe dê sustentação. Nos atendo estritamente às propostas da CNI, especialmente no interior do plano das ações efetivas e concretas, temos a criação, ampliação e consolidação do ‘Sistema S’<sup>4</sup>. Essa é uma seara muito ampla e fértil em

---

<sup>4</sup> O Sistema S é composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942; Serviço Social do Comércio (Sesc) em 1946; Serviço Social da Indústria (Sesi), também em 1946, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) em 1946. Também integram este sistema as seguintes entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) desde 1991; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) em 2001; e Serviço Social de Transporte (Sest) desde 1993.

possibilidades, entretanto, ressaltamos que não exploraremos a multiplicidade de conchavos e/ou políticas públicas entre governos – tanto civis como militares – e o setor industrial da primeira metade do século passado até os dias atuais<sup>5</sup>. Destacaremos, por outro lado, a correlação entre o setor automeado produtivo e as políticas governamentais para o campo educacional com uma forte valorização dos cursos de treinamento e capacitação, isto é, formação mais curta – nos seus primórdios francamente voltado para o segmento industrial da economia, mas hoje já amplamente diversificado e conexo às atuais demandas do mercado de trabalho. Acrescente-se a tudo isso, o fato de a criação das diversas entidades que compõem o Sistema S terem sido criadas por decretos, leis e medida provisória. Uma pretensa modernização imposta de cima para baixo.

Apesar disso, constata-se que o setor industrial brasileiro é tido como tardio, se comparado ao norte-americano e europeu. Aí, a nossa industrialização deu-se no sentido de ‘aprender’ técnicas e o uso de certas tecnologias, amplamente desvinculado do desenvolvimento de um conhecimento autóctone aplicado ao nosso ramo industrial. Nada mais que uma mera atualização tecnológica. Uma consequência desse estado de coisas, foi o Brasil chegar aos anos 80 do século passado com uma indústria relativamente madura, mas defasada, se comparada aos principais pólos industriais do planeta (EUA, Europa e, especialmente, Japão).

Quando parte significativa do mundo já falava em termos ohnistas<sup>6</sup> e padrão toyotista, aqui ainda estava na fase fordista e taylorista. Chegar atrasado e entrar pelas portas dos fundos é quase uma segunda natureza em terras tupiniquins. É a essência desse progresso truncado. Retomando a questão da industrialização com forte participação do Estado, constata-se que a

industrialização brasileira, até a década de 80, deu-se, grosso modo, sob o padrão fordista. Ideologicamente, o fordismo-taylorismo bateu às portas da sociedade brasileira no fim da década de 20, com a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT (RODRIGUES, 1998, p.54).

A Industrialização, tal como expôs Rodrigues, não é apenas técnica, ciência ou tecnologia, é também ideologia. Em função disso, um dos expoentes da

---

<sup>5</sup> Conforme Oliveira, em termos históricos e referenciais, “A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (2013, p. 35).

<sup>6</sup> É uma referência a Taiichi Ohno e ao padrão de produção desenvolvido e aplicado na indústria do setor automobilístico japonês, especialmente nas fábricas da Toyota.

CNI, Euvaldo Lodi (1896-1956), entendia que era preciso adequar o trabalhador ao sistema industrial. Tanto que “Lodi alerta que é preciso partir do ‘preparo do homem’, seja para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, seja para a descoberta de novos mananciais naturais” (RODRIGUES, 1998, p.66). Em seus próprios termos, a CNI e o Sistema S atuavam no sentido de “Formar os homens que o Brasil necessita” (RODRIGUES, 1998, p.72). Entendendo aqui uma convergência explícita, talvez espúria, entre Estado, Governos e Indústrias para formarem e adestrarem o ‘homem que lhe convém’. Aí não há progresso educacional, não há diálogo, não há convergência de interesses hegemônicos da sociedade, meramente – e não será nem a primeira nem a última vez - o avanço do retrocesso, isto é, uma Educação pífia, dependente de orientações exógenas, além de ser desprovida de efetiva autonomia.

Voltando a esse processo forçado de industrialização. Mesmo sendo bastante limitada, em termos de desenvolvimento do potencial ontogenético humano, o processo de industrialização brasileiro, por exemplo, reforça essa característica intrinsecamente humana: o ser humano é um ser que constitui enquanto trabalha e, enquanto trabalha, educa a si e aos seus semelhantes. Portanto, o ser humano é um ser voltado ao trabalho; o trabalho é inerente à caracterização do homem como ser humano. O homem (indivíduo) se faz homem (ser social) pelo trabalho<sup>7</sup> e pela cultura. E mais, “Por trabalho entende-se o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza (MARX, 1988 apud NEVES e PRONKO, 2008, p.21). Trata-se, nesse sentido, de uma antropogênese – uma espécie de fusão entre ontogenia e natureza humana - que tem sua raiz na capacidade estritamente humana de transformar o seu entorno de maneira racional; portanto, com certos parâmetros inteligíveis e efetivos.

Nós não estamos simplesmente no mundo; nós fazemos o mundo. E esse fazer e agir, que é um educar e educar-se, não é aleatório ou casual<sup>8</sup>. Há sim uma

---

<sup>7</sup> “O trabalho é um aspecto estruturante da vida humana, sem ele não há vida humana e por isto não se pode pensar o conhecimento, a linguagem, os conceitos, independentemente dele” (RAMOS apud MOURA, 2013, p. 27).

<sup>8</sup> “...apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANI, 2007, p.152). Ou ainda: “Na sua dimensão ontocriativa, explicita-se que, diferente do animal, que é regulado e programado por sua natureza, por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas adapta-se e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência” (FRIGOTTO, 2009, p.174).

necessária racionalidade e consoante uma indispensável causalidade. Justamente nesse fazer que surge a questão da finalidade das ações humanas. Em função dessa demanda emanam dois aspectos desse fazer eminentemente humano: a Técnica, como uma modalidade de ‘o que fazer’, e seu par, a Tecnologia, ou seja, de ‘como fazer’. Portanto, admitimos que há uma dimensão ontogenética e ontocriativa<sup>9</sup> na codeterminação ser humano-trabalho. Kosik reforça que esses parâmetros inteligíveis e efetivos são “realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria, espiritual, como indivíduo social- histórico” (1976, p.19). A partir dessa indissociabilidade ontogenética precisamos compreender as bases e fundamentos das políticas públicas educacionais no campo da Educação Técnica e Tecnológica no Brasil.

Dado o exposto até aqui, não basta associar ser humano e trabalho para equacionar múltiplas questões educacionais. Isto porque o termo ‘trabalho’ tem uma nítida e complexa polissemia. Ora, na sociedade contemporânea, o trabalho é usualmente associado à produção, tanto que “produtivo é o trabalho que produz mais-valia” (FRIGOTTO, 2009, p.168). Por analogia inversa, trabalho improdutivo é o que não produz mais-valia. Dado o escopo deste texto não adentraremos aqui na questão da mais-valia, mas sim da produção. Assim, o que deve ser produzido para que uma dada atividade possa ser considerada um trabalho? Eis aqui a essência da polissemia do termo ‘trabalho’. Ainda advertimos que essa polissemia não implica numa perda de sentido, mas sim numa práxis complexa que lhe é intrinsecamente própria. Convém destacar que a nossa discussão polissêmica não se dará no campo da análise linguística, mas sim da práxis histórica<sup>10</sup>. E mais, dada as limitações deste artigo, o foco analítico e metodológico estará nas relações, antinomias e contradições<sup>11</sup> entre Trabalho, Educação, Técnica e Tecnologia.

---

<sup>9</sup> Cf. Saviani, 2007, pp. 152-3.

<sup>10</sup> “O conhecimento produzido pelo ser humano está intrinsecamente vinculado às formas históricas como ele produz sua existência” (RAMOS apud MOURA, 2013, p. 24).

<sup>11</sup> “Na antinomia você sabe onde está pisando. Ela afirma duas proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar. Enquanto a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha. Na verdade ela pode ter mais a ver com forças, ou com o estado das coisas do que com palavras e implicações lógicas” (FRIGOTTO, 2009, p. 186).

Retomando o fio da meada. Um desdobramento desse tema da polissemia é o que associa trabalho ao emprego. Ora, o trabalho é uma componente da natureza humana, já o emprego configura-se como uma criação social, especialmente das sociedades modernas. Em termos históricos é “com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas que o trabalho assume o sentido de emprego remunerado e trabalhador para designar a classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 2009, p.175). O que traz como consequência a seguinte situação: se quiséssemos ser precisos com uma terminologia contemporânea, a classe trabalhadora deveria ser nomeada ‘classe do emprego’; e hoje, talvez numa mutação conceitual, ‘classe do subemprego’ e seus congêneres<sup>12</sup>. Outra inferência possível dessa situação está em que, considerando a sua dimensão ontológica há uma redução do ser e existir humano ao mero fato de ter um emprego, isto é, uma remuneração<sup>13</sup> ou pagamento por certa quantidade de tempo vendido<sup>14</sup>. Deste modo, compreendemos que o ser humano, como um ser social e histórico, não deve ser reduzido ou esgotar-se no emprego em que atua.

Em síntese, o ser humano, o trabalho e a Educação moldam o mundo. Se moldam o mundo, também o fazem com a sociedade. Uma vez que a sociedade não é um mero ajuntamento de indivíduos e suas respectivas relações. Ela resulta de um complexo emaranhado de escolhas individuais e coletivas que se autodeterminam, complexificando ainda mais esse cenário. Aí, como vimos, o ser humano segue modificando a si e ao seu entorno. É a convergência da ontologia com o estudo da sociedade. Segundo Frigotto, estamos diante de um legado de Marx: “a compreensão de que não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas parte dessa realidade” (2009, p. 168). Nessa ontogenética, destaca-se que a natureza humana não é dada ao

---

<sup>12</sup> Destacamos o “trabalhador uberizado”, numa referência ao aplicativo Uber.

<sup>13</sup> Tal como aponta Francisco de Oliveira, “o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos - questão até certo ponto conjuntural - mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos do trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 67).

<sup>14</sup> Nesse cenário, por exemplo, as mulheres que trabalham no seu próprio domicílio/residência não são trabalhadoras. No âmbito doméstico, mesmo que cuidem da alimentação, da limpeza da casa, dos cuidados maternos etc., tais afazeres, por não gerarem remuneração regular e formal, impossibilitam a sua configuração como trabalhadora. Exsurge uma indagação: se a pessoa responsável pelos cuidados domésticos não os faz, como os seus filhos, maridos, esposas ou companheiros (as) poderão trabalhar? Equivale a dizer: não produz, mas sem elas outros não produziram. Esta é outra antinomia da sociedade moderna em seu processo truncado.



homem, mas sim constitui-se de uma dinâmica e mutável combinação de fatores e determinantes de diversos matizes, tais como, social, econômico, cultural, filosófico, histórico... Logo, dada a realidade concreta, o que há não é um mero resultado que nos legou tal ou qual situação, mas sim que estamos em uma resultante estrita das ações (inclusive reações e inações) humanas<sup>15</sup>. Não há além, nem aquém, nem céu, nem paraíso, mas sim um mundo estritamente humano. E nesse mundo cabe tudo.

Conexo a isso, como já mencionamos, o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154). Aí, o que quer que seja o ser humano, ele o é pelo trabalho. Nessa dialética da realidade concreta, a Educação é uma das componentes com influência determinante sobre o todo dessa coletividade humana. Com isso, antecipamos que há historicidade nas ações sociais que resultam, por exemplo, num ou noutro modelo e prática educacional. Logo, uma educação ‘x’ ou ‘y’ pode resultar numa e numa intrincada gama de ações. Naturalmente, não temos interesse científico, aqui, em analisar as questões no seu aspecto individual, mas sim nas consequências que alteram a realidade efetiva de uma sociedade.

A Educação que nos interessa é justamente aquela com reflexos nos rumos da sociedade brasileira. Dado esse cenário, Konder afirma que

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (apud MOURA, 2013, p. 133).

Em função dessa dinâmica e codeterminações temos que enfrentar, doravante, a seguinte pergunta-tema: no Brasil, houve ou há uma separação entre o trabalho e a Educação? Desde já podemos apontar um aspecto introdutório: num país marcado pelo desemprego e subemprego, mutação com aparência de retrocesso, é inegável que há uma separação entre trabalho, emprego e educação. Conexo a isto, indagamos: é possível determinar com fidelidade histórica esse momento de ruptura?

---

<sup>15</sup> É uma das componentes da cultura burguesa defender que há certo determinismo na oposição entre classes na sociedade. Mas, compreendemos que essa perspectiva não condiz com a realidade humana evidenciada ao longo da história dos indivíduos e das sociedades. O que, como veremos, traz implícito a questão da dominação de classe.

Historicamente, a Educação tem sido dual no Brasil. Educação dual é aquela em que há uma formação para uma classe, tida como superior, e outra para a outra classe tida, conseqüentemente, como inferior. Noutros termos, uma formação complexa e ampla para uma classe dirigente e uma formação fragmentada e rudimentar para a classe que vive do trabalho. Contudo, para melhor analisarmos essa ruptura, precisamos estabelecer as bases conceituais da Técnica, da Tecnologia e de sua relação com a Educação e o precário e insatisfatório mundo do trabalho brasileiro.

### **Da ontogenia à vida em sociedade: antinomias Técnicas e Tecnológicas**

Começamos com uma constatação: a técnica e a tecnologia nos propiciaram uma pluralidade de máquinas. É a maquinaria que dá visibilidade ao processo de transformação da ciência em determinado objeto, seja este material ou não. Nesse processo, naturalmente, temos tanto a Técnica como a Tecnologia como protagonistas. É a clássica relação do sujeito com o seu objeto. É o Homo Faber, que também é Homo Sapiens. Mas, fruto de mutação interrompida, temos outra resultante dessa relação expressa na ruptura do sujeito com o seu objeto. Isto é, com a maquinaria o sujeito torna-se, cada vez mais, dependente do equipamento e não da sua própria racionalidade. Contudo, com a invenção das primeiras tecnologias pré-históricas o impacto na vida coletiva fez-se nítido. Além de permitirem várias outras mudanças na sequência. Atualmente, dado o tipo de sociedade existente, a sua permanência e continuidade apoia-se nas tecnologias históricas que surgiram desde a nossa pré-história. Portanto, podemos inferir que estamos na mesma esteira desde a pré-história. O que em si não é um problema, este se apresenta quando constatamos que seguimos inventando tecnologias, uma atrás da outra, mas sem reflexão sobre o rumo que queremos com sociedade.

Técnica e Tecnologia compõem um todo indissociável do agir e da formação histórica do ser humano. Por isso que a produção do ser humano é, concomitantemente, um processo de sua própria formação. Há aqui uma relação implícita de identidade entre produzir e formar. Ora, por que produzimos seja lá o que for? Não seria isso uma espécie de resposta às contingências e demandas que o dia a dia ou a realidade efetiva e concreta - que nos rodeia e dentro da qual estamos inseridos - coloca-nos regularmente? Vimos que há, dado esse cenário,

uma finalidade (*telos*) em nossas ações. Nossas ações nos transformaram e, ao mesmo tempo, transformaram o mundo à nossa volta.

O saber transforma o mundo. A potência intelectual transforma-se em potência material. E na sociedade atual essa operação adquire contornos paradigmáticos: “converte a Ciência, que é potência espiritual, em potência material através da indústria” (SAVIANI, 1989, p.9). Tal conversão implica a assimilação da ciência e da tecnologia pelo trabalho socialmente produtivo<sup>16</sup>. Para se tornar produtivo, a Educação generalizada e generalista é indispensável; portanto, eis uma importante tarefa que caberá ao sistema de ensino. Nesse sistema, por ora, destacamos a Educação elementar<sup>17</sup>. Saviani, em função dessa assimilação da Educação ao setor produtivo, afirma que

aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das Ciências Naturais e das Ciências Sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade (1989, p.12).

Trata-se dos termos de uma Educação voltada para o mercado de trabalho e, como veremos, constituindo-se num claro óbice a alcançar aquela Educação centrada na formação integral do ser humano.

Dado que o conhecimento se converte em potência produtiva, logo, torna-se meio de produção. Daí uma das antinomias da sociedade moderna face à Educação: um educar restrito, sim; expandir os limites intelectuais, sim; mas até que ponto? Simples: até o ponto em que não haja ruptura com o sistema de produção. Portanto, uma educação limitada e parcelar que não propicie a ampliação da capacidade de autoaprendizado e consciência. Rompe-se a individualidade e a formação humana integral - com o Homo Sapiens e sua identidade com o Homo Faber. Mas, por outro lado, numa evidente antinomia, preserva-se a capacidade limitada e parcelar de sermos úteis, tão somente, em termos técnicos e produtivos, seja lá o que isso significa ou implica nesse processo de mutação truncada com amplo privilégio do Homo Faber.

<sup>16</sup> Ricardo Antunes esclarece que, “Profundamente vinculadas aos condicionantes sociais do sistema de capital, a ciência e a tecnologia não têm lógica autônoma e nem um curso independente, mas têm vínculos sólidos com o movimento reprodutivo” (ANTUNES, 2003, p.122).

<sup>17</sup> A Educação Elementar compreende o domínio da linguagem, matemática, ciências naturais e ciências sociais.

Apesar de sua ampla generalidade, estamos diante de uma implicação paradoxal: o saber é extraído da classe trabalhadora, sistematizado pela classe dirigente e retornado à classe trabalhadora de forma parcelar e fragmentada<sup>18</sup>, cuja resultante é a cisão entre o Homo Sapiens e o Homo Faber. Não estamos diante de uma mera otimização das forças e energias humanas em prol de um bem maior. Trata-se, mais propriamente, de uma espoliação com vistas a mitigar o efetivo desenvolvimento e uso da totalidade das capacidades humanas. Desenvolve-se o lado técnico e instrumental da natureza humana, mas não sua consciência. Como exemplo dessa fragmentação apontamos os conhecidos modelos de gestão e produção: taylorismo, fordismo e toyotismo. Tratam-se de sistemas produtivos que lidam com conhecimento parcelar, muitas vezes alinhado com a utilização de maquinário e suportes informacionais. Os fundamentos daquela educação dual permanecem, pois certo conhecimento não equivale a domínio do processo produtivo, apenas maior eficácia na exploração das capacidades produtivas do indivíduo. Diante desse cenário cindido, Rodrigues afirma que

A mudança nos processos de trabalho também produziu efeitos sobre o perfil da força de trabalho. O espírito Toyota, também, nesse aspecto, pensou pelo avesso a produção fordista: produziu a desespecialização dos operários qualificados, transformando-os em trabalhadores polivalentes (RODRIGUES, 1998, p. 88).

155

Vale destacar que há, nessa polivalência, um engodo. Não estamos diante de um trabalhador com formação integral ou omnilateral, mas sim de certo alguém que se adapta às novas e diversas demandas produtivas. E, se não se adapta, estará fora do mercado de trabalho. Logo, mais uma evidência da ruptura entre ontogenia e trabalho em prol da produção de algo estranho e alheio ao próprio sujeito. Sendo assim, voltemos aos termos daquela pergunta já posta: se produzir está no nosso ser, então, deveria ser impossível dissociar Educação e Trabalho?

Podemos afirmar que, desde a pré-história, o desenvolvimento da produção levou à uma divisão do trabalho e, tal fragmentação, levou a uma ruptura do ser humano consigo e com o meio, portanto, com o processo de produção do conhecimento<sup>19</sup>. Usualmente, associa-se com a Revolução Burguesa

<sup>18</sup> Saviani, diante desse cenário enfatiza que “a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais ela procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e os devolver na forma parcelada” (1989, p. 13).

<sup>19</sup> Nesse âmbito, sintetiza Marx e Engels: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (apud RODRIGUES, 1998, p. VII).

o evento histórico que caracteriza a essência da unidade perdida entre o ser humano, Educação e produção. Mas, não é bem assim. Essa ruptura tem uma ancestralidade maior e mais longeva. Há muitas divisões ao longo da história que voltam seu potencial desagregador contra o próprio homem; não é incomum o potencial construtivo ou benéfico de uma mudança ser transformada em uma nova prisão (às vezes de corpos, noutras do espírito). O retrocesso educacional não é um monopólio brasileiro. Mesmo vivendo num mundo causal e sermos dotados de racionalidade, isso não nos torna imunes aos contratempos dessa realidade. Por que disso? Em grande medida isso deve-se a uma compreensão fragmentada e limitada da própria realidade<sup>20</sup>, cuja principal resultante é a construção de um mundo dilacerado e contraditório, por exemplo, na Educação, no Trabalho, na Técnica e na Tecnologia. Com vistas à totalidade, Machado argumenta que

A tecnologia englobaria, então, a prática social; os aprendizados humanos, em seus processos e produtos; o conhecimento empírico, o saber tácito produzido no trabalho; as artes e técnicas desenvolvidas pelos homens; as forças produtivas; as racionalidades e lógicas historicamente produzidas (MACHADO, 2010, p. 85).

Essa é a síntese de uma visão ampla e integral da relação humana com o seu entorno. Afirma a ontogenia e a junção entre o Homo Faber e o Homo Sapiens. Em suma, a “tecnologia (...) é conhecimento formalizado orientado para um fim prático e sujeito a normas e critérios estabelecidos socialmente. Ela reflete o comportamento criativo e eficaz do homem; objetiva aquilo que a subjetividade humana produz como criatividade” (MACHADO, 2010, p.86). Esse deveria ser o ponto fulcral da Educação e da formação para o Trabalho. Um ambiente em que o ser humano, dada a sua ontogenia, faria uso da Técnica e da Tecnologia para fins de desenvolvimento humano e, concomitantemente, social, econômico, político... Entretanto, isso não ocorreu no Brasil. Por quê?

<sup>20</sup> Reforça Engels que as “formações sociais precisam ser examinadas em detalhe antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas” (ENGELS apud FRIGOTTO, 2009, p.173).

## Educação Técnica e Tecnológica no Brasil

Tratarmos de Educação Técnica e Tecnológica no Brasil equivale a abordá-la sob o prisma da institucionalização, isto é, através de políticas públicas governamentais. Tal abordagem, dada sua contradição, traz outro correlato histórico: o surgimento da sociedade de classes. Aqui vale o alerta: “As classes não se constituem em si e nem mesmo para si, mas para as outras (Oliveira, 1987a, p.10-11) (FRIGOTTO, 2009, p.182). E mais, o surgimento da sociedade de classes será coetâneo ao aprofundamento da divisão do trabalho. Com a divisão do trabalho temos a outra face da moeda, a divisão da Educação. Vejamos isso um pouco melhor.

Neste texto, quando abordamos a Educação dual, constatamos que se tratava de uma forma que expressava, por sua própria constituição, a natureza dual da sociedade brasileira. Para reforçar essa deletéria dualidade, o Estado<sup>21</sup> teve (e veremos que ainda tem) papel preponderante e fundante. É importante ressaltar que estamos diante de uma contradição. Assim, essa preponderância materializou-se na proposta de uma Educação pública, gratuita, universal, obrigatória e leiga. A priori, isso seria altamente positivo e necessário, especialmente numa sociedade que se quer constituir e evoluir como garantidora efetiva dos direitos sociais mínimos para ampla parcela de si mesma. Posto nesses termos, até parece que nossa Educação poderia retomar aquela unidade outrora perdida. Aí, como consequência da totalidade dos eventos, temos que “a relação entre educação e trabalho deve potencializar essa escola igual para todos” (MOURA, 2013, p.133). Mas não é bem isso que as nossas construções, contradições e antinomias históricas revelam. Aqui, em síntese, a Educação – que deveria propiciar unidade - torna-se mera instrução – cujo foco é a fragmentação do saber e do indivíduo. Assim, estamos diante de um cenário em que mais do que rupturas temos formas que poderiam emancipar, ou alienar o homem. Em função disso, o problema não deve ser procurado isoladamente na Técnica ou na Tecnologia, mas sim na maneira causal dos seres humanos agirem ao longo do processo histórico, posto que é este que modela os contornos da realidade efetiva das coisas. Ou pior, estaríamos

---

<sup>21</sup> Mas, muito cuidado. Oliveira, ao analisar as ações e a tendência do Estado brasileiro, é categórico ao delinear-lo como um apêndice de toda estrutura que favorece o capital em detrimento do trabalho. Situação em que os postos de trabalho são destruídos, direitos sociais perdidos e negados, políticas de segregação, e por aí vai. Tanto que, “A essa ‘destruição’ e ‘criação’ vão ser superpostas as versões de um ‘socialismo dos tolos’ tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, ‘estatismo’, sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso?” (OLIVEIRA, 2013, p. 41).

diante de um “...retrato constrangedor... negação da cidadania efetiva à grande maioria dos jovens brasileiros” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p.7).

Em função disso, a Educação Técnica e Tecnológica está (e estará) intimamente associada ao equacionamento das contradições inerentes à sociedade brasileira. Isso não equivale a alguma apologia de certos casuísmos sócio-educacionais típicos da história brasileira. Trata-se, objetivamente, de propor a construção de uma sociedade cujo foco seja a formação integral do seu cidadão. O cidadão como fim e não como meio. Nesse sentido,

A especificidade da educação profissional e tecnológica consiste em promover o desenvolvimento de capacidades de trabalho de interesse dos indivíduos, das empresas, da sociedade e dos governos. No entanto, é preciso considerar que os avanços culturais, das técnicas, das ciências e das tecnologias vêm introduzindo novos requerimentos de educação profissional, tornando-a cada vez mais densa de conteúdos culturais, técnicos, tecnológicos e científicos, fazendo-a mais próxima e integrada à educação básica (MACHADO, 2010, p. 89).

Ora, isso coloca-nos diante de certos dilemas ou contradições. Por consequência é preciso que delimitemos os contornos de uma Educação Profissional e Tecnológica partindo da verdade efetiva das coisas, para a partir daí compreendermos as possibilidades que nos são oferecidas e/ou vedadas. Afinal, a construção de uma sociedade minimamente equilibrada perpassa pela construção hegemônica de suas próprias bases fundantes.

## **Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho: determinantes na Educação Tecnológica e Educação Profissional**

Anteriormente, vimos que a máquina, após a Revolução Industrial, foi adquirindo um maior valor<sup>22</sup> e proeminência em relação ao trabalhador<sup>23</sup>. Por um lado, em relação ao artesão medieval, essa situação, no limiar da modernidade, passou a

<sup>22</sup> Há uma íntima conexão entre máquina, trabalho e valor. Tanto que “...dispêndio de trabalho humano em geral que cria valor” (NEVES e PRONKO, 2008, p.22).

<sup>23</sup> Diante disso, podemos compartilhar da seguinte tese: “[...] sei que há um trabalho fundamental a ser feito em relação à hegemonia cultural. Acredito que o sistema de significados e valores que a sociedade capitalista gera tem de ser derrotado no geral e no detalhe por meio de um trabalho intelectual e educacional contínuo. [...] temos de aprender e ensinar uns aos outros as conexões que existem entre formação política e econômica e, talvez, mais difícil, formação educacional e formação de sentimentos e de relações, que são os nossos recursos em qualquer forma de luta. (CEVASCO apud WILLIAMS, 2007, p.15)” (FRIGOTTO, 2009, p.178).

requerer do trabalhador uma menor gama de habilidades e qualificações para o efetivo desenvolvimento das atividades no interior da indústria<sup>24</sup>. Por outro lado, com o uso crescente do maquinário industrial, novas habilidades e qualificações faziam-se necessárias aos trabalhadores. Seja num ou noutro prisma, teremos profundas implicações no ambiente escolar. Uma dessas implicações é que a escola não está mais voltada para a formação do homem ou cidadão, mas sim do trabalhador. E, eis que a dualidade educacional, novamente, mostra sua face contraditória: escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para a classe dirigente. A Educação não deveria ser como ‘duas margens de um rio’. Acreditamos que, sem abusar das imagens, se trataria muito mais de uma ponte. Uma ponte, dado seu caráter hegemônico (ainda a ser construído), conectando os diversos componentes e forças intrínsecas à nossa sociedade. Portanto, uma etapa a ser edificada nesse processo de mutação social.

Outra consequência do que analisamos está na centralidade do Estado e das suas propostas educacionais. Ao trabalho cindido corresponderá uma Educação cindida, rompida ou fragmentada. O Estado, por meio de seus governos, deveria atuar no sentido de conduzir o desenvolvimento da Nação e sua respectiva cultura. Esse desenvolvimento pressupõe duas componentes principais e duas derivadas. As principais: Educação e Ciência. As derivadas: Técnica e Tecnologia. Nesse desenvolvimento, a política encontra a epistemologia. Àquela tese de que o saber é neutro e o conhecimento em si é a meta suprema de uma vida vivida em liberdade encontra sérios obstáculos nas sociedades contemporâneas, especialmente a brasileira. O saber tem seus determinantes histórico-sociais, isto é, o “saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina” (SAVIANI, 2007, p.160). É o ambiente em que a racionalidade humana é convertida em fator de produção material. Enquanto é capaz de produzir, o ser humano é útil, se não produz... Essa é outra etapa de desenvolvimento histórico-social que expressa a fragmentação do indivíduo face à sociedade, especialmente aos ditames do mercado de trabalho – o qual é o esteio dessa Educação parcelar e limitada.

---

<sup>24</sup> Nesse aspecto, Adam Smith argumenta que “O homem que passou a vida toda realizando pouquíssimas operações bastante simples, cujo resultado é sempre o mesmo ou quase o mesmo, não tem nenhuma oportunidade de exercitar o entendimento ou exercitar sua inventividade para descobrir expedientes que removam dificuldades jamais enfrentadas. Portanto, naturalmente perde o hábito de fazer esse esforço e em geral se torna tão estúpido e ignorante como é possível a uma criatura humana tornar-se” (SMITH, 2016, vol. II, p.987).



Dadas as problemáticas apontadas acima, temos como uma provável solução a politecnicidade<sup>25</sup> ou a omnilateralidade como meio para a efetiva formação integral do ser humano<sup>26</sup> para o mundo do trabalho. Trata-se de uma perspectiva efetiva para superar a limitação do Ensino Técnico Profissional e sua dualidade. Como adendo, mencionamos que há, também, o Ensino Superior, o qual, diferentemente do politécnico, deveria primar pela organização da cultura superior como uma forma de participarmos plenamente da vida cultural e social em suas múltiplas diversidades, isto é, independente da profissão, torna-se um membro da sociedade com amplo e profundo conhecimento da nossa efetiva realidade. Tal ensino superior deveria nos preparar para não sermos meros acadêmicos ou intelectuais passivos. Ao ensino superior, cabe mencionar, caberia o desenvolvimento da ciência com vistas aos interesses hegemônicos de um Estado autônomo e efetivamente soberano.

Mas, retomando o aspecto do treinamento – e não da Educação –, constatamos que a Educação com foco na politecnicidade pode oferecer um importante aporte para repensarmos as concepções e práticas educacionais vigentes no país. Se admite-se sua validade e viabilidade, é possível repensar o presente e o futuro da Educação Brasileira. E mais, refletir sobre a politecnicidade é, basicamente, uma reflexão sobre o mundo do trabalho<sup>27</sup>. A politecnicidade traz no seu bojo possibilidades efetivas para pensarmos, ou repensarmos, o trabalho como fato e conceito: “A noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13). Por romper com a fragmentação e dualidade do nosso sistema de ensino, a politecnicidade visa a integração entre o fazer e o pensar. Assim, se superaria a contradição marcante da sociedade capitalista e que se materializa, por exemplo, no atual modelo de ensino profissionalizante. Tal modelo de formação

---

<sup>25</sup> Em linhas gerais, podemos compreender a politecnicidade e a omnilateralidade como sendo o “domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não mero adestramento em técnicas produtivas” (SAVIANI, 2007, p.161).

<sup>26</sup> Como ser social, isso equivale a tratar o homem como fim e não mero meio. Por isso, “pode-se demarcar que o horizonte da formação polivalente proposta pelo discurso industrial é o mercado, enquanto o horizonte da educação politécnica é o homem omnilateral, a busca da liberdade no e do trabalho” (RODRIGUES, 1998, p. 140).

<sup>27</sup> Adotamos a expressão “mundo do trabalho” por compreendermos que a mesma abarca as várias dimensões do ser humano, ao passo que ‘mercado de trabalho’ é a expressão de um momento específico da sociedade capitalista.

educacional necessita ser revisto diante desse cenário antagônico entre o mercado de trabalho e o mundo do trabalho.

O Ensino Superior, dado o seu caráter científico e de cultura superior, é notadamente uma continuação do Ensino Médio. Mas, em que etapa da formação do sujeito deveria-se inserir a formação profissional? Ou, em termos práticos, qual a melhor etapa para iniciar essa modalidade educacional? Saviani, entre outros, indica o Ensino Médio<sup>28</sup>. O mundo do trabalho deve estar aberto, também, aos jovens e adolescentes. Entretanto, ao caminharmos da proposta para a prática, constatamos que não será por meio de alguma política pública governamental que tal formação omnilateral terá seus dias de glória. Se assim fosse, ela já teria sido implementada massivamente e teríamos um estudante do Ensino Médio preparado para desenvolver certas atividades específicas; isto seria possível devido ao seu aprendizado dos fundamentos e bases conceituais assimilados ao longo de sua formação. E é com base e fundamento que o jovem pode ser encaminhado para o Ensino Superior no seu viés propriamente científico. Essa formação omnilateral pressupõe um elevado nível de autonomia, justamente para superar o aprendizado e o conhecimento fragmentado e parcelar<sup>29</sup>.

Outra importante consequência da superação de tal dualidade educacional tem reflexos que extrapolam qualquer fronteira nacional. Por isso, estamos diante de um desafio para a atual e, também, futuras gerações. Estamos vivendo uma época em que temáticas abordando a destruição de sociedades, e até mesmo do mundo, não são incomuns. Como chegamos a isso? A reflexão sobre trabalho, Educação, Técnica e Tecnologia tem muito a nos dizer. Tal cenário destrutivo pode ser visto sob dois prismas distintos e complementares: Tecnologia e relações de trabalho. No âmbito Tecnológico há um fato: “cada vez mais a ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas do capital e se voltam contra a classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 2009, p.182) e, principalmente contra os fundamentos civilizatórios dessas mesmas sociedades. A destruição do outro não pode ser um pilar para construção de sociedades saudáveis. Essa antinomia, por si mesma, não contribui em nada para a edificação e/ou reforço dos pilares de qualquer sociedade civilizada.

---

<sup>28</sup> Saviani é categórico: “o segundo grau deveria já se organizar na forma de uma explicitação da questão do trabalho” (1989, p.12).

<sup>29</sup> Para Frigotto, “O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p.76).

Conexo a esse aspecto deletério da Tecnologia há a relação de trabalho. No aspecto das relações de trabalho, Frigotto compartilha “da crítica relativa à forma cada vez mais destrutiva e violenta do sistema do capital e de sua natureza não reformável” (2009, p.171). Tal tese ancora-se na inconciliável divisão de classes típica das sociedades modernas, dentre elas, a brasileira. Trataria-se de uma divisão que levaria ao estrangulamento de toda e qualquer relação social, tendo como resultante a destruição comum. Essa é uma tese de origem marxiana, que trata dos focos antinômicos que marcam as duas classes em disputa pela supremacia, a saber, a burguesa e a trabalhadora. Uma almeja a servidão e outra a liberdade: antinomia pura. Ou, mera lógica destrutiva! Nesse cenário de evidente disputa, restaria à classe trabalhadora o desenvolvimento de sua consciência como agente histórico, e tal compreensão levaria ao entendimento de si mesma como um agente revolucionário. Contudo, a classe trabalhadora encontra-se efetivamente privada dessa expressividade por meio de um complexo processo ideológico burguês<sup>30</sup> que a impede de ver e sentir a própria miséria como um fruto da desproporção no usufruto dos bens produzidos pela totalidade da sociedade.

No encadeamento daquelas causalidades, a classe trabalhadora continuaria construindo relações sociais que se voltam contra si mesma e, pior ainda, contra seus semelhantes<sup>31</sup> - em escala local e também mundial. Mesmo sendo sujeitos historicamente plurais com múltiplos potenciais, mostra-se necessário criar certa convergência e unidade nessa batalha contra a supremacia do capital. A Educação – em seus vários níveis – é primordial nessa convergência. Mas, qual Educação? Aquela com o viés politécnico e/ou omnilateral, evidentemente. Nesse antagonismo, como vimos, há muito em jogo e é uma batalha que, dado seu caráter de antinomia, tem sido mitigada e postergada ao longo da nossa história. Aos trabalhadores caberia a autocompreensão desses fatores e daquilo que lhe é historicamente prejudicial. É uma disputa que tem fatores empíricos e subjetivos em profusão e confusão. Até por isso, de acordo com Frigotto, tais “noções (...) têm um poder ideológico letal e apresentam a realidade de forma duplamente invertida: o nosso desenvolvimento

<sup>30</sup> “A sociabilidade centrada no trabalho não pôde resistir, e a vitória ideológica do capital transformou-se numa guerra de todos contra todos” (OLIVEIRA; RIZEK, 2007, p.35).

<sup>31</sup> Esse paradoxo, segundo Thomson, “não nega a existência de uma estrutura objetiva de classe, mas indica o fato de que a grande maioria dos que estruturalmente pertencem à classe trabalhadora e vivem objetivamente a experiência dessa classe não tem consciência de classe” (apud FRIGOTTO, 2009, p.177).

está barrado porque temos baixos níveis de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua empregabilidade” (2010, p.31). Em suma, caberá ao trabalhador construir a Educação, em seus diversos níveis e modelos, que efetivamente merece. Como vimos, a Educação que se tem não propicia a formação integral do cidadão trabalhador.

### Últimas ponderações...

O ser humano tem um estreito vínculo indissociável com o Trabalho e com a Educação. Esse vínculo manifesta-se de diferentes maneiras ao longo do tempo. Até por isso, segundo Nilton Bueno Fischer, no aspecto temporal encontramos “a continuidade que precisa ser assegurada das ações implementadas, independente dos mandatos ‘intra ou extraperíodos’ de diferentes gestões do aparelho de estado” (2010, p.17). É justamente por ser uma característica intrínseca dos sujeitos, que não deveríamos nos submeter às demandas oportunistas de determinados governos, posto que estes últimos são passageiros e, pior, podem truncar ou desvirtuar essa expressão ontogenética do ser humano.

Ao invés de truncar e desvirtuar, devemos atuar efetivamente para darmos sentido a esta conjunção entre Educação, Trabalho, Técnica e Tecnologia. Faz-se necessário, segundo Ramos, “um princípio educativo que unifique, na pedagogia, éthos, logos e *técno*” (2010, p.50). Enfim, assim adentraríamos numa sociedade que valoriza tanto os sujeitos, quanto os conhecimentos.

Vimos que há uma característica dúplice do trabalho. O homem, na sociedade atual, está cindido e aviltado. O trabalho é praticamente uma relação material, isto é, uma compra e uma venda. Claro, para aqueles que ainda conseguem ‘vender’. Essa não é uma tese nova, ela já foi formulada por Marx: “sob o capital o trabalho avilta, degrada, aliena cada vez mais o trabalhador. E conclui que, em sendo isso, o trabalho não pode ser tomado como princípio educativo” (apud FRIGOTTO, 2009, p.189). Por outro lado, temos o aspecto altamente positivo do trabalho. Trata-se do “trabalho como princípio educativo (...) não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p.60).

A Educação pode romper ciclos e paradigmas. Assim como pode, e muito, reforçá-los. Vimos que ela pode adquirir uma faceta instrumental, fragmentada e

cindida. Em meados do século passado até os dias atuais, a

educação foi chamada a resolver as demandas da industrialização fordista; a educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível. Em suma, até agora, a educação vem sendo usada como alibi para os rejeitos de toda ordem do modo de produção capitalista” (RODRIGUES, 1998, p.145).

Uma vez mais, é a Educação que reafirma o papel do indivíduo como meio para um fim produtivo. O ser humano deve ser mais do que uma ferramenta animada. Dada a ontogenia humana, o *ethos* do mundo do trabalho (formação humana integral) deve prevalecer sobre o mercado de trabalho (formação parcelar e limitada aos estreitos paradigmas da produção).

Esse novo paradigma requer uma nova escola e uma nova pedagogia. Tanto que, para Machado,

os desafios pedagógicos da integração dos currículos do ensino médio e do ensino técnico convergem na mesma direção dos desafios colocados pelo desenvolvimento social: viver e trabalhar com dignidade; participar plenamente do desenvolvimento do país; melhorar a qualidade de vida; enriquecer a herança cultural; mobilizar os recursos locais; proteger o meio ambiente, etc. (2010, p.91).

Persistimos na tese da indissociabilidade entre Educação e Trabalho. Como uma última ponderação, reafirmamos essa proposição por meio das palavras de Dante Moura: “é por meio do trabalho que o ser humano ao mesmo tempo pensa e faz, gerando conhecimentos, os quais são histórica, social e culturalmente acumulados, ampliados e transformados – dimensão ontológica ou ontocriativa do trabalho” (2013, p.134).

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FISCHER, Nilton Bueno. Prefácio. In: In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista & O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2 vol., 2016.

## Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais

Vera Chaia, Rosemary Segurado, Tathiana Senne Chicarino (orgs.).

Educ/Fapesp, 2021

Eduardo Viveiros de Freitas<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-9615-5290

*O líder/governante sempre é alguma coisa, aparece pelas suas qualidades e defeitos, pelos seus predicados, pelas suas valências, ambivalências ou prevalências. O 'ser' essencial ou existencial de um ser humano só tem uma redutibilidade absoluta possível: a sua natureza humana (...) Excetuada essa redutibilidade, os seres humanos são aquilo que parecem ser. E aquilo que parecem ser é um jogo definido, em parte, por escolhas, e em parte, por determinações externas. Nunca se saberá se é uma expressão do verdadeiro caráter íntimo, da alma, daquela pessoa, ou se é um disfarce, uma simulação ou uma dissimulação.*

FORNAZIERI, Aldo – Liderança e poder, São Paulo, Editora Contracorrente, 2022, p.182.

167

O NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP), inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), produziu nos últimos 25 anos

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1983. Mestre (2002) e Doutor (2010) em Ciências Sociais: Política pela PUC-SP. Foi professor universitário na Panamericana Faculdade de Arte e Design (fevereiro de 2009 a maio de 2011), coordenou o Curso de Ensino Médio Integrado em Gestão de Negócios Culturais do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (fevereiro a dezembro de 2007) e foi professor titular no Centro Universitário Estácio de São Paulo (março de 2009 a dezembro de 2017). Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea, e nas áreas de Comunicação e Produção Cultural.



diversos projetos de pesquisas, orientações de iniciação científica, mestrados e doutorados, seminários, encontros, workshops, grupos de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais que resultaram em produções acadêmicas nos mais variados suportes de divulgação e publicação (artigos, livros, relatórios científicos, pareceres, vídeos, anais de eventos acadêmicos e científicos etc.).

Ao incentivar novas abordagens nas Ciências Sociais, o NEAMP forma pesquisadores e estimula a reflexão intelectual, a produção nesta área de conhecimento (relação entre Mídia e Política) centrada na Ciência Política, buscando interseção com outras formas de poder originadas no campo das artes e no da produção midiática. O estudo das correntes de pensamento acadêmico, a pesquisa de abordagens criativas, o uso do instrumental teórico da Ciência Política, das Ciências Sociais, da Comunicação, da Crítica e da Produção de Artes fundamentam o trabalho constante e produtivo da equipe do NEAMP. O reconhecimento desse trabalho se constata em diversos fóruns e formas de apresentação da produção científica e acadêmica, tanto dentro quanto fora do espaço universitário.

**Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais** materializa o resultado de um projeto temático de pesquisa do NEAMP iniciado em julho de 2013, em meio ao processo político que incorporou grandes manifestações daquele ano (as “Jornadas de Junho”), que tinha por objetivo detalhar características das lideranças políticas no poder e das que emergiram naquele momento, investigando como tais lideranças se estruturavam, se posicionavam e agiam em termos institucionais. Dividido em quatro linhas de pesquisa baseadas em onze temas, o projeto demandou seis anos de intenso trabalho de fundamentação teórico-metodológica, pesquisas, entrevistas, análises, discussões e produção textual: artigos, trabalhos apresentados em eventos científicos e capítulos do livro, produto final que apresenta, discute, sintetiza e coloca em debate para a academia e para a sociedade o significado e o papel da liderança política.

A organização da publicação acompanha as etapas de criação, produção e apresentação dos resultados da pesquisa: dividido em seis partes, o livro relata desde como foi construído o arsenal teórico que embasou a pesquisa, até a produção de um Banco de Dados que registrou perfis das lideranças abordadas, seus vínculos institucionais e um resumo de suas atividades. A variável gênero

e construção do estilo de lideranças políticas; trajetória e biografia política; modo de análise das lideranças; lideranças políticas e movimentos sociais; lideranças políticas na arte e na mídia, são as demais partes que completam um todo complexo não só em temas, como na construção do instrumental teórico-metodológico-analítico incorporado como avanço no debate e na investigação do papel das lideranças políticas.

É essa importante contribuição que a pesquisa apresentada no livro dá não só ao universo acadêmico e à reflexão sobre o fenômeno político, na perspectiva e no objetivo que a pesquisa se propôs atingir. A leitura desse livro dá à sociedade brasileira caminhos de aprendizado, apreensão e compreensão de como se constituem e atuam as lideranças que emergem do processo político, dos movimentos sociais, da ação política de partidos, grupos, segmentos, de como a dimensão simbólica e a ação crítica e criativa da Arte se contrapõem ou complementam a ação da Política, e de como o papel da mídia, da comunicação, é cada vez mais importante numa “sociedade em rede”, onde o poder e a comunicação estão ligados de maneira inseparável. Sempre levando em conta, ao pensarmos no ator político, na liderança política, que personagem e ator se confundem, intuitiva ou premeditadamente, num jogo de aparência e essência que se repete constantemente.

[www.pucsp.br/revistaurora](http://www.pucsp.br/revistaurora)

ISSN 1982-6672